

MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL E EM RORAIMA

ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)

2022

MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL E EM RORAIMA

MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL E EM RORAIMA

Elói Martins Senhoras
(organizador)

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Francisleile Lima Nascimento

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se8 SENHORAS, Elói Martins (organizador).

Migração venezuelana no Brasil e em Roraima. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 163 p.

Série: Relações Internacionais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-996305-9-0
https://doi.org/10.5281/zenodo.5762655

1 - Brasil. 2 - Migração. 3 - Roraima. 4 - Venezuelanos.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Relações Internacionais. IV - Série

CDD–327

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
Migrações e Estudos para a Paz: Refugiados Venezuelanos no Brasil 13

CAPÍTULO 2 |
Migração Venezuelana Sob a Ótica Jornalística Roraimense (2014-2019) 33

CAPÍTULO 3 |
Operação Acolhida: Cooperação Interinstitucional no
Atendimento à Crise Migratória Venezuelana em Roraima 67

CAPÍTULO 4 |
O Impacto da Migração Venezuelana na Tutela Jurídica da Saúde no Estado de Roraima 95

CAPÍTULO 5 |
Habitação e a Ocupação de Prédios Públicos por Migrantes Venezuelanos em São Luiz/RR 129

SOBRE OS AUTORES | 155

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O ciclo vicioso de uma dupla crise econômica e política pela qual tem passado a Venezuela desde 2010 repercutiu gravemente dentro e fora do país em função de um elevado êxodo populacional que repercutiu em fluxos de imigração, majoritariamente de natureza Sul-Sul ligada aos círculos regionais da América Latina e Caribe, mas também de natureza Sul-Norte, fundamentada pela proximidade cultural com os Estados Unidos e a Europa.

Tomando como referência o contexto de crise que se instalou na Venezuela e as repercussões de saída de quase 10% dos cidadãos para o exterior no curto espaço de uma década, o objetivo do presente livro é analisar o contexto de recepção de um significativo número de migrantes e de pedidos de refúgio de venezuelanos no Brasil, e de modo mais específico no estado de Roraima, o qual faz fronteira internacional com o país vizinho.

Estruturada em cinco capítulos, esta obra apresenta relevantes debates relacionados não apenas ao contexto de insegurança multidimensional instalada na Venezuela, mas principalmente ao contexto de recepção das demandas de residência permanente e temporária no Brasil e em Roraima, demonstrando assim a complexa problemática advinda dos pedidos de imigrantes, asilados e refugiados oriundos do país vizinho.

Partindo da ampla capacidade dialógica do campo científico das Relações Internacionais, o presente livro, intitulado “Migração venezuelana no Brasil e em Roraima”, apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos sobre a realidade dos fluxos humanos que saíram do país vizinho e os consequentes desafios pessoais e institucionais que enfrentam em terras tupiniquins e roraimenses de modo conjuntural ou estrutural.

A proposta implícita nesta obra tem no paradigma eclético o fundamento para a valorização da pluralidade teórica e metodológica, sendo este livro construído por meio do trabalho coletivo de seis pesquisadoras e pesquisadores de distintas formações acadêmicas e *expertises*, o que repercutiu em uma rica oportunidade para explorar as fronteiras das discussões sobre os fluxos migratórios venezuelanos a partir do campo epistemológico das Relações Internacionais.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de potenciais leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem simples e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados pelos estudos migratórios.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

(organizador)

CAPÍTULO 1

Migrações e Estudos para a Paz:
Refugiados Venezuelanos no Brasil

MIGRAÇÕES E ESTUDOS PARA A PAZ: REFUGIADOS VENEZUELANOS NO BRASIL

Thiago Augusto Lima Alves

A migração é um fenômeno universal que cresce em número e em complexidade, desafiando os instrumentos legais e institucionais vigentes. Quando o Estado não oferece meios de sobrevivência digna e segura, a sociedade busca formas de reação: a mobilidade humana é uma dessas formas de resistência. Atualmente, apesar das evoluções sociais estabelecidas, o mundo ainda se depara com os grandes êxodos, muitos dos quais se justificam pelos mesmos motivos daqueles já ocorridos há centenas de anos.

O relatório *World Migration Report 2020*, publicado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), estimou a existência de 272 milhões de migrantes internacionais no mundo em 2019, o que corresponde a 3,5% da população mundial. De acordo com o documento, 41 milhões de pessoas estão internamente deslocadas e outras quase 26 milhões de pessoas são refugiadas. Já o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2020) divulgou que existem 41,3 milhões de deslocados internos, 25,9 milhões de refugiados e 3,5 milhões de solicitantes de refúgio. O ACNUR concluiu ainda que o número de refugiados cresceu mais de 50% nos últimos 10 anos e que 52% deles são crianças. O documento apresentado revelou que 57% dos refugiados do mundo são da Síria, do Afeganistão e do Sudão do Sul; os três países que mais acolhem são Turquia, Paquistão e Uganda.

Atualmente, a Venezuela vivencia uma crise humanitária que tem causado efeitos no Brasil. De acordo com o ACNUR (2020), desde 2014, mais de 4,5 milhões de venezuelanos já saíram do país,

o que torna essa uma das mais recentes e maiores crises de deslocamento forçado no mundo. Existem, conforme dados do Comissariado, mais de 650 mil solicitantes de refúgio e cerca de 2 milhões que vivem sob outras formas legais de estadia nas Américas.

A partir desse contexto, o objetivo geral do trabalho é problematizar os processos de securitização do refugiado e as várias facetas da violência (direta, cultural e/ou simbólica) que envolvem os refugiados venezuelanos ingressantes no Brasil. A incursão metodológica que possibilita a realização desta investigação é direcionada por abordagens de pesquisa qualitativa e por método dedutivo. O procedimento metodológico é bibliográfico e documental, pois será feito a partir do levantamento de referências teóricas e documentos oficiais já analisados e publicados.

DIÁLOGOS TEÓRICOS

Os refugiados são considerados migrantes internacionais forçados que cruzam as fronteiras nacionais de seus países de origem em busca de proteção. De acordo com a definição do ACNUR, são aqueles que estão fora de seus lugares de origem, devido a temores bem fundamentados em um histórico de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou à opinião política, como também devido à violência generalizada, à grave violação dos direitos humanos e a conflitos internos; não podem ou não querem, portanto, voltar a seu país de origem porque não contam com proteção estatal.

No Brasil, de acordo com a Lei nº 9.474/1997, que estabeleceu o Estatuto dos Refugiados, o entendimento sobre o indivíduo que está nessa condição[1] se apresenta da seguinte maneira:

> Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

O debate sobre os movimentos de refugiados frequentemente motiva uma reflexão sobre o estado de vulnerabilidade, que necessita ser problematizado. Marques (2016) propõe pensar a vulnerabilidade como:

> um conceito multidimensional que diz respeito a uma condição de fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos perante riscos produzidos por riscos naturais ou contextos econômico-sociais. O termo surge na análise geográfica associada aos riscos e posteriormente nos estudos sobre pobreza,

1 É importante evidenciar a distinção do conceito de migrante e o de refugiado para que os dados apresentados no decorrer da pesquisa sejam adequadamente analisados. Os migrantes são pessoas que se deslocam espontaneamente em busca de melhores condições de vida e podem optar por retornar a seus países de origem, pois continuam recebendo proteção estatal. Já os refugiados – população estudada nesta pesquisa –, são forçados a sair do país e não podem ou não querem voltar a seus países de origem porque não contam com proteção estatal.

> desenvolvimento e mudanças globais. […] Nas ciências sociais e humanas, a vulnerabilidade social refere-se aos grupos sociais mais marginalizados de uma sociedade, aqueles que estão excluídos dos benefícios e direitos que todos deveriam aceder num mundo civilizado. Está relacionado a processos de exclusão social, pobreza, discriminação e violação de direitos fundamentais, em consequência do seu nível de rendimento, educação, saúde, localização geográfica, entre outros (MARQUES *et al*., 2016, p. 163).

As violências sofridas pelas pessoas em situação de mobilidade, como no caso dos refugiados, são muitas e dos mais variados tipos – xenofobia, racismo e misoginia, por exemplo. Pode se considerar, ainda, que as refugiadas mulheres, negras e jovens se encontram ainda mais à margem, observados os seus marcadores sociais de diferença (BRAH, 2006).

A partir desse elemento, Johan Galtung (1976) elucida o conceito de violência, ao tipificá-la em três categorias interdependentes: a violência física (violência direta), a violência cultural e a violência estrutural (violências indiretas). O primeiro tipo, também chamado "violência visível", engloba insultos e agressão física – é mais improvável não ser percebida quando acontece. Por outro lado, tanto a violência cultural como a estrutural podem não ser facilmente notadas, uma vez que tendem a ser cometidas de forma sutil; por esse motivo, são consideradas, por Galtung, violências indiretas. A Figura 1 ilustra o "Triângulo da Violência" de Galtung, que sistematiza os conceitos do autor.

Galtung avalia que a violência estrutural se expressa primordialmente quando há violência institucional, ou seja, parte geralmente da esfera pública e institucional que, muitas vezes, nega direitos básicos ou até mesmo inviabiliza e negligencia o

atendimento aos cidadãos. No caso dos refugiados venezuelanos, a dificuldade consiste, entre tantas outras adversidades, na falta de assistência social e de integração local, por exemplo.

Figura 1 – "Triangulo da Violência" de Galtung



Fonte: Amaral (2015).

A violência cultural, conforme o autor, está arraigada na cultura de determinada sociedade, como as manifestações de racismo, machismo e misoginia. Ambas as formas de violência são correlatas e estão presentes nos valores de algumas sociedades. Galtung explica que a violência cultural é intrínseca à violência estrutural e as duas estão entendidas como violência indireta, pois não são facilmente visíveis. Esses conceitos se relacionam diretamente com o bem-estar das pessoas. Para Helman (2009), por exemplo, as migrações afetam bruscamente a saúde mental e física dos migrantes, pois:

> […] ser um migrante, em si, não necessariamente leva a doença mental. Diversos outros fatores também são relevantes, incluindo fatores externos como status empregatício, condições de moradia, e reações da sociedade "hospedeira". Fatores como xenofobia, discriminação, preconceito racial (individual e institucionalizado) […] contribuem para a má saúde mental e física do imigrante, assim como as condições econômicas e políticas que prevalecem na comunidade hospedeira (HELMAN, 2009, p. 169).

É importante destacar que uma significativa parcela dos refugiados, 52% deles, é composta por crianças que percorrem as fronteiras em busca de melhores condições de vida, de bem-estar e de saúde, fugindo das violências estruturais que assolam seus países, como a miséria, a pobreza e a fome. Para amenizar a vulnerabilidade própria ao percurso desses jovens e para que essas trajetórias possam alcançar novos caminhos que conduzam a uma vida com dignidade, é necessária uma inclusão respeitosa que contemple a alteridade e a diversidade (SILVA, 2020).

A migração pode representar uma forma de reestruturação e resistência da sociedade conforme processos de reconstrução de paz, uma vez que, sem segurança e desenvolvimento em conjunto, as sociedades reagem de diferentes maneiras, entre as quais, pode-se citar a fuga. Nesse sentido, a migração passa a ser um direito, uma vez que o território não oferece o mínimo necessário para a vida.

Os elementos que alicerçam o acolhimento de refugiados pelos Estados abrangem a fronteira erguida entre inclusão e exclusão, admissão e rejeição; ao mesmo tempo, estes elementos ensejam vulnerabilidade, indefinição e incerteza a esses migrantes internacionais forçados. Tal fronteira separa os que serão inseridos na ordem social, cultural, econômica e política estatal, daqueles que

não terão este direito, os que não serão contemplados (NYERS, 2005).

Os refugiados são vistos como *outsiders* (SENHORAS, 2013); são estrangeiros, por não pertencerem à nação, por serem estranhos aos códigos compartilhados e informados pela identidade cultural, social, étnica, religiosa, linguística da comunidade de destino. A partir do estabelecimento dessas diferenças, o ato de migrar pode ser entendido pelo Estado como um risco ou ameaça – aplicando-se a Teoria da Securitização para aqueles que estão em busca de sobrevivência. Para Balzacq (2005), a securitização é uma prática governada por regras, cujo sucesso não depende necessariamente da existência de uma ameaça real, mas da capacidade discursiva de se construir um cenário no qual a necessidade de securitização torna-se inevitável.

BRASIL E OS REFUGIADOS

O Brasil foi o primeiro país da América do Sul a ratificar, no ano de 1960, a Convenção Internacional de 1951, relativa ao Estatuto do Refugiado. Em razão das limitações, temporais e geográficas, evidenciadas na referida Convenção, foi estabelecido, em 1967, o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, que propositava alcance mais amplo à definição do termo "refugiado". Tal documento foi assinado pelo Brasil no ano de 1972.

Posteriormente, o País assinou a Declaração de Cartagena, de 1984, um documento regional que influenciou a associação entre o conceito de refúgio e o de direitos humanos, especificamente o de direito humanitário na América Latina. É fundamental ressaltar que essa discussão se origina no ordenamento jurídico brasileiro em meio ao regime ditatorial, quando milhares de cidadãos brasileiros

saíram do País em busca de asilo político, exilando-se no exterior por razões político-ideológicas.

Os passos decisivos para esse histórico legal aconteceram sob um regime democrático: a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988) e das Leis nº 9.474, de 1997, e nº 13.445, de 2017. A legislação brasileira foi considerada importante pelo ACNUR por tratar da proteção aos refugiados e por ser referência para os demais países da América do Sul.

O Brasil tem sido um país bastante procurado por indivíduos em situação de refúgio. Sempre reconhecido por sua diversidade cultural e pela composição multiétnica, o País foi edificando sua identidade a partir de ideias como "democracia racial" e "homem cordial", presentes nos debates propostos, respectivamente, pelo antropólogo Gilberto Freyre e historiador Sérgio Buarque de Holanda, pensadores do Brasil e da formação da sociedade brasileira. Esta sociedade, contudo, também é uma das mais violentas do mundo: a violência é parte inerente do nosso processo de colonização, o qual gerou práticas e dinâmicas excludentes, elitistas e pautadas na construção do projeto colonial e modernizador europeu, que incluía a escravidão e, por conseguinte, a sujeição de outros indivíduos e povos, cuja cultura foi sublimada e cujos corpos foram objetificados.

Ao passo que o Brasil se negava enquanto fruto da diáspora africana e do genocídio indígena, construía para si, como projeto de nação insurgente e de república recém-fundada, a ideia de uma nação mestiça, resultado do encontro de raças originais que levariam à construção de uma espécie de nova raça cósmica. O debate que abrange esses conceitos é bastante consolidado nas ciências sociais brasileiras.

O movimento migratório recente, que marca as primeiras décadas do século XX, revela, no entanto, conotações e elementos

distintos. Haitianos, venezuelanos, sírios, entre outros povos, passaram a solicitar ao Brasil o visto de refugiado. Essas comunidades migrantes são recentes no País e estigmatizadas pela imagem internacionalmente construída de suas origens, fatores que as fazem enfrentar as barreiras religiosas e linguísticas em um país que viu emergir, justamente ao longo da última década, o crescimento das forças conservadoras e da simpatia a movimentos protofascistas, que consistem em uma menor adesão ao regime democrático, ao Estado democrático de direito e à defesa dos direitos humanos.

Os elementos e as dinâmicas sociopolíticas que marcam a sociedade brasileira na atualidade também respondem a aspectos econômicos, como a crise mundial de 2008. A partir de então, como um fenômeno global, em meio a um período de recessão econômica e de aumento do desemprego, os nacionais de diferentes países passaram a ressentir a entrada de migrantes, temendo perderem postos de trabalho e considerando, através das visões estigmatizadas, xenófobas e racistas, o potencial aumento da violência e a pressão sobre serviços públicos já escassos e de baixa qualidade, assim como a possibilidade de verem sua qualidade de vida diminuir, de acordo com o imaginário da competição estabelecida com aquele que chega.

Outro aspecto fundamental desse fenômeno é também seu componente cultural e moral, já que em termos valorativos a emergência da extrema direita e de forças conservadoras implica menos tolerância com o diferente, seja por questões de orientação sexual, seja por questões linguísticas, culturais, raciais e religiosas. O Brasil apresentou avanços em termos legais e jurídicos para o recebimento de migrantes e, em especial, refugiados; na última década, no entanto, sofreu um considerável retrocesso democrático que não se reflete tão somente no posicionamento político-ideológico de governantes, mas em uma cultura democrática que se deteriorou consideravelmente, situação que contribuiu para um

ambiente menos cordial e mais hostil, mais individualista, tribal, polarizado e radicalizado.

A INSERÇÃO E A INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Uma das formas mais eficazes para solucionar o problema dos refugiados é a integração. Para Karen Jacobsen (2001), a integração local pode ser mais ou menos difícil a depender da situação política e/ou econômica do país de acolhimento. A dificuldade de concretizar essa medida por parte do Estado é um atestado de violência e de falta de compromisso com os acordos internacionais assinados.

É preciso considerar que o termo "integração local" pode ser vago. Para a literatura, a expressão faz referência ao processo que se desenvolve quando o refugiado passa a interagir em novo contexto no país receptivo. O Estatuto dos Refugiados não menciona políticas públicas de integração e não aborda os elementos necessários para efetivar tal medida. Esse assunto permanece sem previsão legal adequada e, por isso, sua execução fica dependente de políticas específicas de governos, os quais não garantem organicidade.

Jeff Crisp (2004) entende que o refugiado não precisa abandonar sua própria cultura. Para o autor, nacionais e estrangeiros podem ajustar seus comportamentos e atitudes entre si, o que demanda esforço dos nacionais para entender o diferente e pressupõe garantia do direito, ao refugiado, de preservar seu repertório cultural de origem. O autor destaca a multidimensionalidade da integração local a partir de três divisões: dimensão legal, que serve para garantir direitos no país acolhedor; dimensão econômica, para que o refugiado possa ter uma vida economicamente viável e autônoma; e

dimensão sociocultural, por meio da qual se preserva a tranquilidade do refugiado de viver em uma sociedade sem o risco/temor de sofrer discriminação ou exploração (CRISP, 2004).

Mahlke (2017, p. 244) adverte que a "integração não deve ser confundida com 'assimilação', uma vez que ao refugiado não deve ser exigido que abandone sua cultura e identidade para compor indistintamente a sociedade local", mas deve ser permitido a ele viver em um ambiente plural. Já para Tom Kuhlman (1991), a integração é o processo mediante o qual os refugiados mantêm sua própria identidade, mas se tornam parte da sociedade acolhedora à medida que podem conviver com a população local de modo aceitável.

Os autores Ager e Strang (2008) concebem a integração como um processo dialético entre refugiados e sociedade receptora. Para eles, os elementos centrais desse grupo se referem à aquisição e ao acesso a emprego, moradia, educação e saúde, bem como ao estabelecimento de cidadania, de direitos e de processos de relações sociais com grupos dentro da comunidade receptora, tornando-se crucial identificar também as barreiras estruturais a essas relações em função da língua, da cultura e do ambiente local.

Tal abordagem concebe a integração como uma via de mão dupla, a qual supõe adaptação não apenas do recém-chegado, como também da sociedade receptora. Esse processo implica mudança em termos de valores, normas e comportamentos tanto para os refugiados quanto para os membros da comunidade local. Ao mesmo tempo, faz-se necessário propiciar o acesso a serviços e a oportunidades de empregos, assim como é fundamental incentivar a aceitação dos refugiados em termos de interação social e aquisição de direitos, inclusive políticos. Essa visão se opõe àquela voltada para assimilação, mediante a qual se espera que os refugiados descartem sua cultura, tradição e língua de origem, devendo se

integrar na sociedade receptora sem qualquer acomodação recíproca (MOREIRA, 2014).

Um exemplo que pode ser citado, no que diz respeito às medidas de acolhimento aos refugiados, é a possibilidade de solicitar que um albergue público os receba; no entanto, esses locais já atendem a população em situação de rua. São duas populações em vulnerabilidade, mas carentes de cuidados diferenciados, consideradas suas características peculiares.

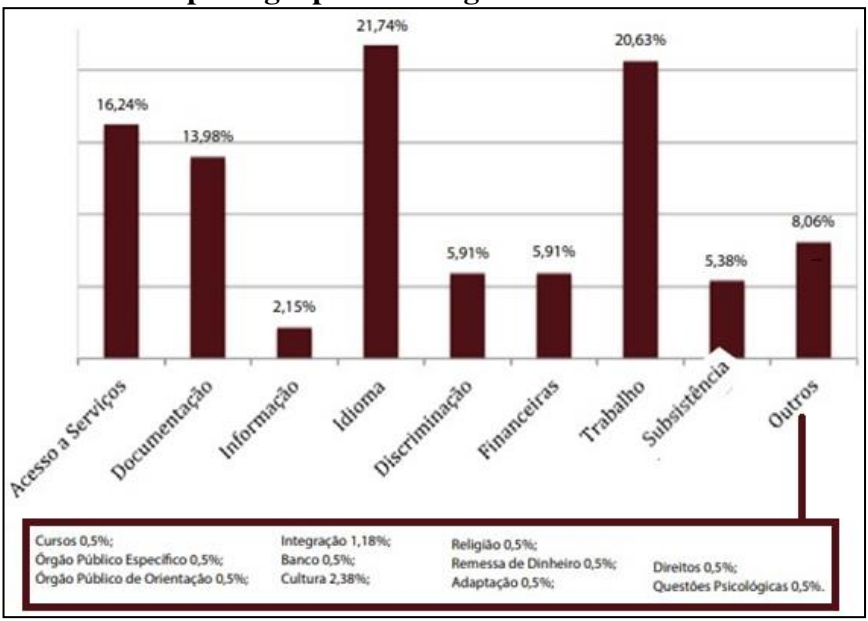
Como o poder público não tem estrutura para acolhimento nem planos arrojados de integração para os refugiados, a responsabilidade para fazer esse trabalho recai sobre a sociedade civil, instituições religiosas, ONGs e associações de refugiados. Em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com o Ministério da Justiça, alguns gargalos sobre o processo de integração foram revelados:

> No contexto nacional, e conjugando-se os dados obtidos em todas as entrevistas e questionários, conseguiu-se traçar um perfil geral dos imigrantes no Brasil, bem como verificar que: a) há violações de seus direitos humanos, b) há vários obstáculos de acesso a direitos e serviços, c) não há diretrizes centralizadas de atendimento a imigrantes, e d) que os imigrantes não têm conhecimento de ações para a melhoria de sua proteção no Brasil (IPEA, 2015).

Apesar de a Lei nº 9.474/1997 determinar que os refugiados em solo brasileiro devem estar sujeitos aos mesmos direitos e deveres dos nacionais, várias dificuldades são percebidas, como a barreira do idioma, a falta de documentação solicitada, a existência de demasiados requisitos e exigências para a inclusão em programas sociais e/ou de créditos, conforme afirma Mahlke (2017). O Gráfico

1 foi feito pelo IPEA (2015) e demonstra os problemas vivenciados pelos grupos de refugiados:

Gráfico 1 - Problemas vivenciados pelos grupos de refugiados no Brasil



Fonte: IPEA (2015). Adaptações próprias.

Ainda de acordo com a pesquisa do IPEA (2015), a partir da perspectiva das instituições, as dificuldades dos imigrantes são maiores do que as da população nacional, o que pode ser entendido como discriminação e/ou vulnerabilidade específica dos imigrantes. Para Mahlke (2017, p. 244), "todos esses obstáculos podem ser resumidos em um único problema: a falta de uma estrutura de acolhimento adequada, acompanhada de políticas públicas direcionadas para a população refugiada". A igualdade para todos

apresentada pela Constituição de 1988 refere-se à igualdade de direitos e oportunidades e, para isso ocorrer, é necessário considerar a condição especial dos refugiados e promover ações para que essa igualdade seja atingida (MAHLKE, 2017).

A população migrante, em especial a refugiada, já enfrenta as barreiras linguísticas e, muitas vezes, não conta com uma rede de apoio em seu novo país. Seu ponto de partida é consideravelmente mais desafiador. Constata-se a existência de distintas fronteiras para a efetiva integração em uma nova sociedade. Os desafios culturais impostos pelo idioma e a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e a serviços, conforme vislumbrado no Gráfico 1, também podem ser considerados efeitos de uma investida discriminatória e segregacionista, que impede a integração de refugiados à sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta algumas dificuldades vivenciadas por migrantes refugiados no Brasil, como a falta de políticas públicas de integração local para essas pessoas, o que pode ser, de acordo com a teoria de Johan Galtung, uma forma de violência estrutural. Os refugiados venezuelanos que chegam ao Brasil, nesse sentido, são submetidos à violência inerente da sociedade brasileira, que pode se manifestar de forma direta, estrutural e/ou cultural.

É possível perceber que, apesar dos importantes avanços legais, as fronteiras a serem cruzadas ainda são consideráveis, de acordo com a problemática que envolve a integração desses indivíduos. A inclusão social, a equidade e a observação dos direitos humanos, no sentido da percepção da dignidade da pessoa humana para relações interpessoais mais horizontais e solidárias, ainda

merecem ser objeto de políticas públicas específicas, as quais visem a essas populações em condição de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

AGER, A.; STRANG, A. "Understanding integration: a conceptual framework". **Journal of Refugee Studies**, vol. 21, n. 2, 2008.

AMARAL, R. A. D. "Considerações sobre a violência pela ótica de Johan Galtung: alguns aspectos do terrorismo e o advento da intolerância". **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 19, 2015.

BALZACQ, T. "The Three Faces of Securitization: political agency, audience and context". **European Journal of International Relations**, vol. 11, n. 2, 2005.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRAH, A. "Diferença, diversidade, diferenciação". **Cadernos Pagu**, n. 26, 2006.

CRISP, J. "The local integration and local settlement of refugees: a conceptual and historical analysis". **New Issues in Refugee Research**. Geneva: UNHCR, 2004.

GALTUNG, J. **Peace by peaceful means**: Peace and conflict, development, & civilization. London: Sage Publications & International Peace Research Association, 1996.

GALTUNG, J. **Peace**: Research, education, action (Essays in Peace Research, vol. 1). Copenhagen: Christan Ejlers, 1975.

GALTUNG, J. **Three approaches to peace**: Peacekeeping, peacemaking, peacebuilding, Peace, war and defense (Essays in Peace Research, vol. 2). Copenhagen: Christian Ejlers, 1976.

IOM - International Organization for Migration. "World Migration Report 2020". **Portal Eletrônica da IOM** [2020]. Disponível em: <www.iom.int>. Acesso em: 07/10/2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. "Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil". **Pensando o Direito**, n. 57, 2015.

JACOBSEN, K. "The Forgotten Solution: local integration of refugees in developing countries". **New Issues in Refugee Research: Working Paper**, n. 45, 2001.

KUHLMAN, T. "The Economic Integration of Refugees in Developing Countries: A Research Model". **Journal of Refugee Studies**, vol. 4, n. 1, 1991.

MAHLKE, H. **Direito Internacional dos refugiados**: novo paradigma jurídico. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.

MARQUES, T. S.; MATOS, F.; MAIS, C.; RIBEIRO, D**. "**Crise e vulnerabilidade social: uma leitura territorial". *In:* LOURENÇO, L. (coord.). **Geografia, Paisagem e Riscos**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016.

MOREIRA, J. B. “Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local”. **REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, n. 43, 2014.

NYERS, P. **Rethinking refugees**: beyond states of emergency. London: Routledge, 2005.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

SENHORAS, E. M. “Dinâmica Fronteiriça das Cidades-Gêmeas entre Brasil e Guyana”. **Revista Geonorte**, vol. 7, n. 1, 2013.

SILVA, L. R. “Educação e migração haitiana: um estudo de caso a partir de galtung e fanon”. **Educação por Escrito**, vol. 10, n. 2, 2020.

USP – Universidade de São Paulo. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. “Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, 1996”. **Portal Eletrônico da Biblioteca Virtual de Direitos Humanos**. Disponível em: <www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em: 27/06/2021.

CAPÍTULO 2

Migração Venezuelana Sob a Ótica Jornalística Roraimense (2014-2019)

MIGRAÇÃO VENEZUELANA SOB A ÓTICA JORNALÍSTICA RORAIMENSE (2014-2019)

Paulo Henrique Rodrigues da Costa

Elói Martins Senhoras

Entende-se que a mídia jornalística possui uma forte e relevante capacidade de influir nas ideias e nos comportamentos sociais de seus consumidores, sobretudo, em contextos de fluxos migratórios. Naturalmente o processo migratório é conturbado e tortuoso, condicionado a aceitação da população local do Estado acolhedor, sem esse aval o processo de adaptação e integração dos migrantes se torna ainda mais difícil. Este capítulo, portanto, versa sobre o processo de construção e veiculação da imagem dos migrantes na *mass media*, sobretudo, faz um estudo de caso sob o contexto da construção da imagem dos migrantes venezuelanos na mídia jornalística roraimense.

A justificativa dessa pesquisa tem em vista que a forma como os meios midiáticos em massa veicula e constrói a imagem dos fluxos migratórios dificultam no processo de acolhimento, adaptação e recepção dos migrantes ao Estado receptor. Este estudo, portanto, busca contribuir com a conscientização da popular nacional e internacional sobre os processos e finalidades que a mídia jornalística usa para apresentar o migrante internacional ao Estado acolhedor e seus efeitos para ambas as sociedades, a receptora e a em fluxo.

Assim, tem-se como objetivos: (1) mapear a forma como a mídia veicula/constrói a imagem dos migrantes venezuelanos no estado de Roraima e (2) compreender como essa forma de veiculação molda a opinião pública acerca do referido tema por meio da análise

dos textos jornalísticos da versão digital do Jornal Folha de Boa Vista, o maior jornal do estado em circulação.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos da presente pesquisa são caracterizados em sua natureza como um estudo exploratório, descritivo e explicativo quanto aos fins e quale-quante qualitativo quanto aos meios sendo utilizado o método histórico-teórico dedutivo na formulação escrita do texto. Os procedimentos metodológicos de levantamento de dados foram os de revisão bibliográfica e documental bem como o levantamento de textos jornalísticos que resultaram na construção de uma hemeroteca, base para a elaboração dos gráficos. Por sua vez os procedimentos de análises de dados foram de hermenêutica internacionalista e jornalística, com base em recortes teóricos e análise gráfica e geoespacial.

Este capítulo se divide em duas partes, a primeira parte concentra-se em explicar a metodologia de construção da hemeroteca utilizada como principal base referencial para a construção gráfica e analítica desse capítulo. Nessa parte é mostrado a forma de pesquisa dos textos, as palavras-chave utilizadas para as buscas e a técnica de pesquisa final utilizada para o levantamento e análise da base de dados.

Na segunda parte é realizado o estudo de caso da cobertura jornalística do fluxo migratório de venezuelanos para o estado de Roraima a partir dos dados levantados e sintetizados a partir da construção da hemeroteca, não se descartando o uso de materiais referenciais complementares fora do escopo dos textos jornalísticos levantados. Nesta parte, por meio da metodologia quali-quanti qualitativa foi construído representações gráficas que dinamizam a análise dos textos levantados e a construção argumentativa aqui presente.

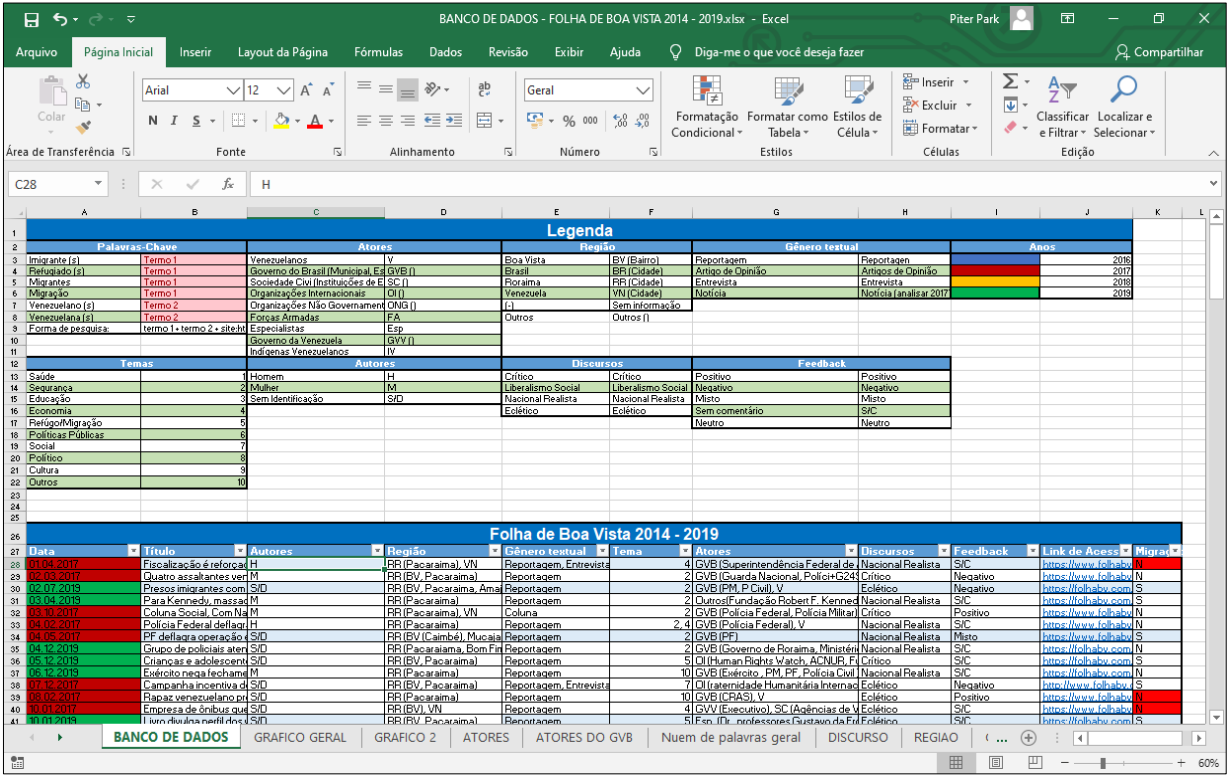
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Decorrente do fluxo migratório de venezuelanos para o estado de Roraima que se intensificou a partir de 2016, a mídia jornalística local, sobretudo o Jornal Folha de Boa Vista, maior meio de comunicação local, passou a noticiar a temática migratória, nunca ante vista em tais proporções na região. A partir de um contexto de solidariedade, no começo do fluxo, o jornal noticiava conteúdos de ajuda da população local aos migrantes internacionais, atitudes as quais que a partir da intensificação do fluxo nos anos seguintes se converteu em discursos nacionalistas pró fechamento de fronteira.

Partindo do objetivo de analisar e compreender esse processo, de construção e veiculação da imagem dos migrantes venezuelanos pela mídia jornalística do estado de Roraima, mais precisamente pela análise dos variados discursos presentes nos textos jornalísticos da versão digital do *Jornal Folha de Boa Vista,* a presente pesquisa possui como característica principal, para além de uma abordagem multidisciplinar uma fundamentação multimetodológica.

A formulação da hemeroteca se baseou no uso da metodologia de revisão integrativa e bibliométrica realizada sob uma abordagem quanti-qualitativa para o estabelecimento de um padrão das características de veiculação presetes nos textos jornalísticos do Jornal Folha de Boa Vista (discursos, estrutura textual, espacialização, áreas temáticas dos textos etc.), para a então compreensão do processo de construção da imagem do fluxo migratório de venezuelanos ao estado de Roraima e da forma como esses textos, construídos por múltiplos posicionamentos discursivos, influenciam a percepção da população local, opinião pública, acerca do fluxo durante o período em análise 2014 a 2019.

Figura 1 – Tela inicial do banco de dados



Fonte: Elaboração própria (COSTA; SENHORAS, 2021).

A natureza das fontes utilizadas para a análise do objeto desta obra sustenta-se em bibliografias referentes a temática mídia e migração, documentos divulgados pelos governos envolvidos e pelas organizações humanitárias presentes no contexto, para além dos textos jornalísticos publicados pela Folha de Boa Vista sistematizados na hemeroteca, portanto, essa pesquisa se baseia em sua grande parte na utilização de fontes primárias. A construção desse banco de dados de jornais, da hemeroteca, foi realizada com o uso da ferramenta *Microsoft Excel 2019*, como mostrado em parte na Figura 1.

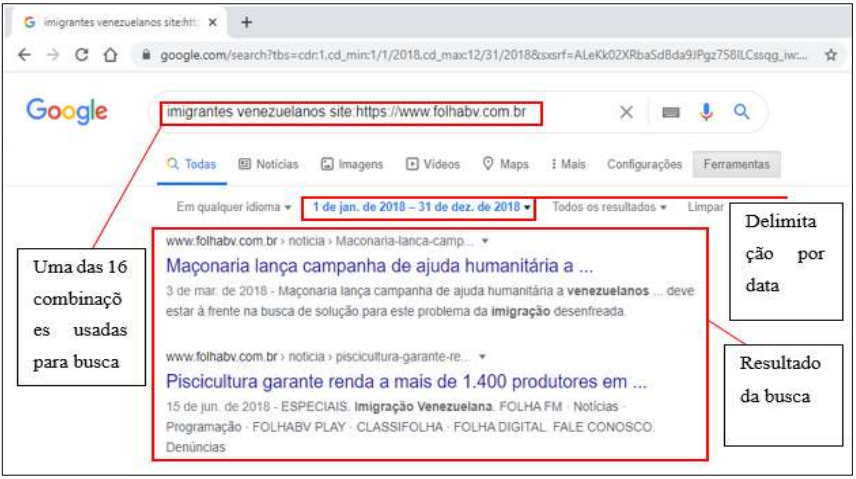
A formulação da hemeroteca se deu, precisamente, a partir do uso da metodologia Estado da Arte, a pesquisa, portanto, iniciou-se com um processo de inventariação e sintetização das produções acadêmicas e jornalísticas nas áreas da mídia e migração, para assim, se atingir seus objetivos: (1) padronizar a forma como a mídia veicula e constrói a imagem dos migrantes internacionais e (2) compreender como essa forma de veiculação molda a opinião pública acerca do referido tema no contexto do fluxo migratório de venezuelanos ao estado de Roraima.

O processo de inventariação dos textos jornalísticos consistiu na procura, por meio do navegador de *Internet Google Chrome,* pelos conjuntos de palavras-chave, chamados aqui de: Termo 1 (Imigrante (s); Refugiado (s); Migrante (s); Migração (ões)), Termo 2 (Venezuelano (s); Venezuelana (s)) e Termo 3 e suas variações no plural, como pode ser visto no Quadro 1 abaixo.

A técnica de pesquisa final consistiu na combinação dos Termos 1 e 2 mais a combinação escrita: "site: https://www.folhabv.com.br" (Termo 3) como exemplo: [Imigrante + venezuelano + site:https://www.folhabv.com.br] com o intuito de captar os textos jornalísticos produzidos pela versão digital do Jornal Folha de Boa Vista diretamente no endereço eletrônico do jornal em análise, neste processo também foi utilizado o campo de delimitação

por data da própria ferramenta *Google* que ajudou na realização do levantamento dos textos por ano de publicação, como representado na Figura 2.

Figura 2 – Exemplo da técnica de pesquisa



Fonte: Elaboração própria (COSTA; SENHORAS, 2021).

Nesse processo foram analisadas todas as páginas as quais o buscador puxou em cada conjunto de palavras-chave procurado, ao todo foram realizadas mais de 16 combinações de busca (Quadro 1), onde foram puxados em média mais 10 páginas de resultado, sendo que cada página de resultado continha dez textos (endereço eletrônico) para análise.

Ressalva-se, entretanto, que embora tenha-se atingido os objetivos pleiteados, existem lacunas na coleta do próprio buscador e da metodologia de coleta de dados utilizada, sendo possível encontrar, portanto, outros resultados em termos de quantidade de textos publicados pelo jornal se empregado um ou outro método de

coleta de dados, diferente do utilizado, ou se utilizado qualquer outro buscador diferente do *Google*.

Quadro 1 – Terminologias utilizadas na pesquisa no jornal Folha de Boa Vista

N°	Termo 1	Termo 2
1	Imigrante	Venezuelano
2	Imigrante	Venezuelana
3	Imigrantes	Venezuelanos
4	Imigrantes	Venezuelanas
5	Refugiado	Venezuelano
6	Refugiada	Venezuelana
7	Refugiados	Venezuelanos
8	Refugiadas	Venezuelanas
9	Migrante	Venezuelano
10	Migrante	Venezuelana
11	Migrantes	Venezuelanos
12	Migrantes	Venezuelanas
13	Migração	Venezuelano
14	Migração	Venezuelana
15	Migrações	Venezuelanos
16	Migrações	Venezuelanas

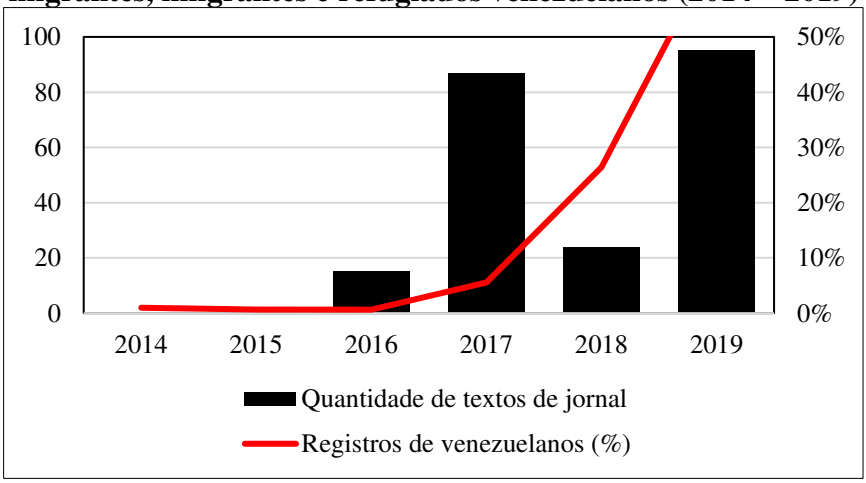
Fonte: Elaboração própria (COSTA., 2021).

Fora escolhido esse método por dentre todos os testados no início da coleta de dados ter apresentado um resultado mais pontual e abrangente tendo em vista que com a utilização do Termo 3 (https://www.folhabv.com.br) a busca das combinações dos termos é realizada somente tento do domínio do jornal eletrônico da Folha de Boa Vista dinamizando a pesquisa em tempo e qualidade.

ANÁLISE DO *CORPUS*

Partindo dos processos metodológicos apresentados no tópico anterior e da linha geral de argumentação desenvolvida até aqui, abaixo segue a análise da cobertura da mídia jornalística local do fluxo migratório de venezuelanos ao estado de Roraima durante os anos de 2014 a 2019. Ao decorrer deste tópico será abordado os resultados da construção da hemeroteca desenvolvida para a sistematização dos textos publicados pelo Jornal Folha de Boa Vista em sua versão digital.

Gráfico 1 - Quantitativo de textos jornalísticos sobre migrantes, imigrantes e refugiados venezuelanos (2014 – 2019)



Fonte: Elaboração própria (COSTA; SENHORAS, 2021).

A partir da coleta de dados e da sistematização dos mesmos em um banco de dados, chegou-se ao resultado presente no Gráfico 1. Tal gráfico mostra o quantitativo total de textos publicados (221)

pelo Jornal Folha de Boa Vista, distribuídos por cada ano em análise: 2014 (0); 2015 (0); 2016 (15); 2017 (87); 2018 (24) e 2019 (95), juntamente com o quantitativo de venezuelanos registrados pela Polícia Federal (PF) que entraram no Brasil durante esse mesmo período (linha vermelha).

Percebe-se que a curva ascendente inicial do gráfico entre os períodos de 2016 a 2017 coincide com o início do fluxo migratório em 2016, inicialmente de baixa intensidade, registrado pela PF, juntamente com o seu respectivo ápice em 2019. Em uma primeira visão, há uma disparidade entre o aumento gradual no registro de venezuelanos e a volatilidade na publicação de textos de jornais pela Folha, isso pode ser explicado pela visibilidade que a mídia e a população local tinham dos venezuelanos, principalmente quando grande parte deles se encontravam desassistidos nas ruas do estado nos anos de 2017 e 2019 (picos na entrada de migrantes).

Devido à alta vulnerabilidade socioeconômica em que se encontravam, muitos passaram a ocupar locais públicos e privados como: praças, semáforos, prédios e terrenos abandonados, sobretudo nos municípios de Boa Vista e Pacaraima, que juntamente com a sobrecarga na demanda por serviços públicos locais (OLIVEIRA, 2018), deram visibilidade aos mesmos na mídia local.

Com a instauração das Operações Acolhida e Controle (DIRETRIZES 03 e 04, 2018) entre fevereiro e março de 2018, as quais realizaram o abrigamento em massa e um controle mais efetivo na fronteira com a criação do Posto de Triagem de Pacaraima e de Boa Vista, fizeram com que diminuíssem significativamente o número de venezuelanos nas ruas, reduzindo o número de reportagens sobre tal temática. Logo em janeiro de 2019, a publicação de textos sobre o fluxo migratório de venezuelanos retorna em massa (95 textos publicados).

Quando analisada a curva ascendente entre 2018 e 2019, percebe-se que conforme há um aumento na entrada de venezuelanos no país há uma progressão no número de textos publicados. Quando observado o mês de janeiro de 2019, mês em que Juan Guaidó se declara presidente interino da Venezuela, por exemplo, vê-se que o saldo de venezuelanos registrados pela Polícia Federal mais que dobrou, saltando de 3.918 em dezembro de 2018 para 8.426 registros em janeiro de 2019, motivando a publicações jornalísticas

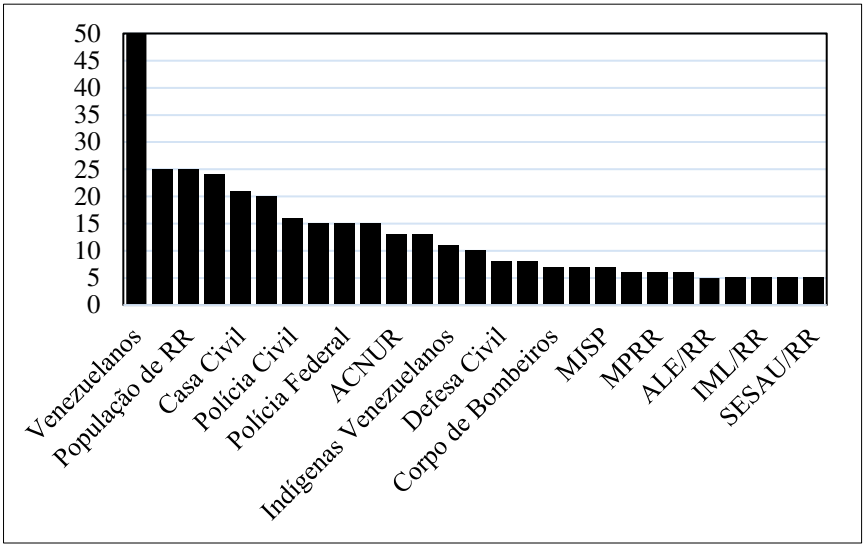
Devido a uma acentuação na desestabilização política da Venezuela, com a auto intitulação de Guaidó como presidente interino, juntamente com uma maior estabilidade do Brasil, em comparação ao país vizinho e a criação de uma logística de recepção para o fluxo de venezuelanos, acentuaram a vinda de migrantes para o estado em busca de melhores condições, modificando o eixo de atuação da Operação Acolhida, que consistia antes em abrigar, transitou agora para um processo mais intenso de interiorizar (COSTA, 2019).

Tais fatores configuraram-se em uma grande quantidade de materiais disponíveis para a publicação, tanto a nível nacional (aumento do fluxo e das interiorizações) e internacional (ascensão política de Guaidó e a desestabilização político-venezuelana), que juntamente com a ré-ascensão do interesse da população em consumir essas informações fizeram com que o número de texto publicados aumentassem.

Quanto aos atores envolvidos nessa dinâmica migratória para o estado, em análise geral, dentre todos os atores citados nos textos analisados, os venezuelanos foram os mais referenciados, seguidos do Exército, da população (representada aqui como nacionais brasileiros) e da Polícia Militar, como ser visto no Gráfico 2. Para a construção desse gráfico optou-se a não utilização de classes de variáveis para que assim fossem incorridos todos os atores citados nos textos sem uma prévia categorização, entretanto, devido a

grande quantidade de atores citados no jornal (219) e a impossibilidade de representar todos em um único gráfico, foi exposto no gráfico abaixo apenas os atores citados em até 5 vezes.

Gráfico 2 – Atores



Fonte: Elaboração própria (COSTA; SENHORAS, 2021).

Tal resultado mostra os atores envolvidos que estavam em maior número de citação na mídia local, revelando fatores curiosos como a intensa participação das forças de segurança pública nessa dinâmica (Polícia Militar, Polícia Civil e a Polícia Federal) para além das Forças Armadas. Esse resultado conflui com a temática predominante dos textos levantados que abordaram em sua maioria a temática de segurança pública (Gráfico 3).

Em contra partida, atores os quais se esperavam um maior número de citações, como entidades governamentais, não

governamentais e Organizações Internacionais (OIs), estão abaixo, em nível de referenciação, em comparação ao número de citações a instituições de segurança pública. Essa característica deve-se ao fato de que a presença mais incisiva de OIs e das ONGs só vieram a ocorrer em 2018 com a instauração da Operações Acolhida e Controle.

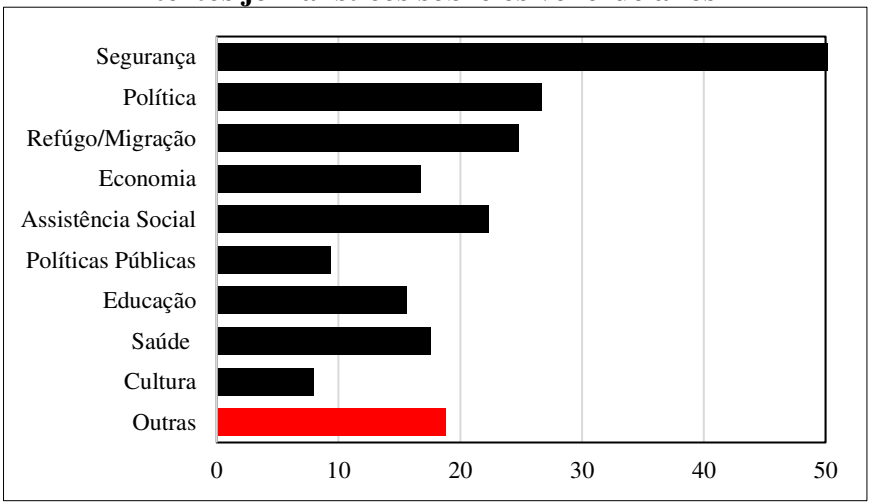
Para analisar esses atores por setor, os mesmos, foram distribuídos entre dez categorias: Indígenas Venezuelanos; Venezuelanos; Especialistas; Organizações Não Governamentais; Governo da Venezuela; Forças Armadas; Organizações Internacionais; Sociedade Civil; Governo do Brasil e Outros. Quando analisadas as participações desses atores, após suas classificações, percebeu-se que o Governo do Brasil (aqui condensado em todas as instituições e pessoas políticas que o representa) teve um maior nível de atuação (45% dos textos), seguidos pela Sociedade Civil (15%), pelas as Organizações Internacionais (6%) e as Forças Armadas (4%).

Outros atores como ONGs, Especialistas e Indígenas Venezuelanos foram pouco citados nos textos, o que incorre três suposições: (1) a baixa participação desses na dinâmica migratória; (2) a pouca procura dos redatores por esses participantes e (3) o pequeno interesse dos leitores em consumir informações dessa natureza, seja qual delas for, o fato é que a imprensa pouco veiculou textos com a participação desses atores.

Os textos com consulta a especialistas somaram-se 16, ao longo dos quatro anos de publicações em análise, o que representa uma baixa procura do jornal por esses profissionais. Quanto as ONGs as mesmas só vieram a atuar massivamente a partir de 2018 na Operação Acolhida e como muitas delas atuavam sob contrato de OIs, como ACNUR e OIM por exemplo, possuíam, na maioria das vezes, como porta voz essas instituições o que retira de certo modo uma parcela de sua visibilidade.

Quando analisadas as áreas temáticas de que tratavam os textos, percebeu-se, ao longo dos anos em análise, que houve uma preponderância na abordagem da temática de Segurança Pública pelo meio midiático local (28% dos textos). Notícias, em sua maioria, de abordagem policial e delitos como: furto, roubo, agressões contra mulher e xenofobia, as quais envolviam os atores das forças de segurança pública, cidadãos locais e os migrantes.

Gráfico 3 – Principais temáticas nos textos jornalísticos sobre os venezuelanos



Fonte: Elaboração própria (COSTA; SENHORAS, 2021).

Isso mostra, em outras palavras, que um dos maiores impactos sentidos pela população local está na área da segurança pública, onde essa insegurança é sentida em pior escala pela população de migrantes que sofrem ainda mais devido a condição de vulnerabilidade social em que se encontram acrescentado a ataques

e preconceitos devido a sua nacionalidade e ao fato de muitos morarem nas ruas (OLIVEIRA, 2019; SIMOES, 2017).

A segunda temática mais citada refere-se a variável Política com 12% dos textos produzidos, essa variável abarca os textos que vinculam decisões e atores políticos das três esferas da União, não englobando a área da política pública separada em um tópico específico, logo engloba textos sobre fechamento de fronteira, repasses de recursos e responsabilidades dos atores envolvidos, por exemplo.

O campo Refúgio/Migração, representado por 11% dos textos selecionados para apreciação nesta pesquisa, constam textos que abarcam assuntos sobre as temáticas migratórias e suas características, processo de documentação, triagem e abrigamento. Tais resultados representam, em outras linhas, uma vinculação do fluxo migratório a uma condição insegurança tanto por parte das instituições governamentais, que se utilizam constantemente das forças de segurança pública, quanto por parte da população local, que consome essa mídia e comenta sobre.

Por outro lado, as temáticas Saúde, Economia e Educação, encontram-se abaixo dos resultados esperados, tendo em vista, a grande quantidade de comentários negativos dos leitores a respeito dos temas (cerca de 31%), devido ao aumento significativo na demanda por esses atendimentos, sobretudo na área da saúde (SOUSA; MOURA, 2018; OLIVEIRA, 2019; COSTA, 2020).

Outrossim, ao distribuir as temáticas por ano percebemos seus ciclos com seus respectivos ápices. Notícias vinculadas a temática de Segurança, por exemplo, possuíram publicações constantes: 2016 (2 textos), 2017 (26 textos), 2018 (5 textos) e 2019 (26 textos), com ápices em 2017 e 2019, anos em que o fluxo migratório foi mais intenso o que representa uma correlação entre

aumento populacional e aumento na demanda por segurança pública e outros atendimentos.

Permanece logo atrás, com picos nos mesmos intervalos de tempo (2017 e 2019), a temática Política, que mostrou em seus textos, a divulgação de pronunciamentos e encontros políticos que ocorreram para solucionar as problemáticas que envolviam o fluxo migratório. A frisar, já no início de 2018 houve a instauração da operação acolhida e no fim de 2019 a início de 2020 uma intensificação no processo de interiorização como soluções para o aumento no fluxo migratório para o estado, ocorrências que tomaram a atenção da mídia e promoveram uma maior publicação de textos.

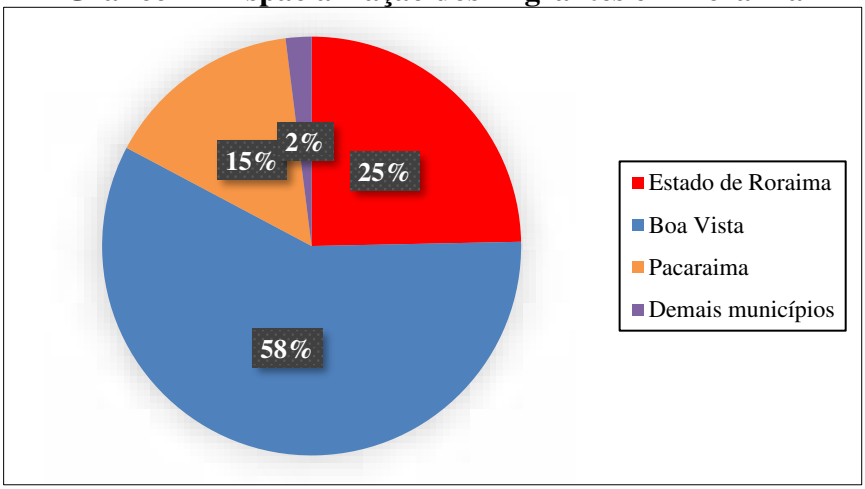
Outras temáticas como, Saúde e Educação só passaram a entrar em voga a partir de 2017 com as sobrecargas dos sistemas de saúde e educacional, e assim como a temática de Segurança tiveram seus ápices em 2017 (5 e 4 textos) e 2019 (8,75 e 8,25 textos respectivamente). Por outro lado, as temáticas Social, Políticas Públicas e Cultura, encontraram-se pouco representadas, tendo seus ápices apenas em 2017, com picos de 15%; 7% e 5%, respectivamente, mantendo uma média de 2 artigos por ano nos demais anos, metade da média referente as publicações nos campos de Saúde e Educação (4 artigos em média por ano).

Ao analisar o conteúdo desses textos percebeu-se, por outro lado, um intercambiar das ações sociais antes prestadas pela sociedade civil, que agora são exercidas por instituições públicas, privadas, ONGs e OIs resultado da Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum) a qual possui uma dinâmica interagência.

Em perspectiva espacial, as regiões a que mais se referenciavam os textos do jornal, em uma visão macro, fora a do estado de Roraima (87% dos textos) como palco dos acontecimentos

relatados, seguido da própria Venezuela com 10% das referências e 2% referentes a outros estados da Federação brasileira.

Gráfico 4 – Espacialização dos migrantes em Roraima



Fonte: Elaboração própria (COSTA; SENHORAS, 2021).

Quando analisada em recorte a micro região do estado de Roraima, percebeu-se que mais da metade dos artigos de jornal referenciavam a capital do estado o município de Boa Vista, devido sobretudo, ao município concentrar os principais poderes de decisão do estado, para além, por possuir uma maior infraestrutura de suporte ao fluxo. A capital concentra ainda a maioria dos abrigos criados pela Operação Acolhida e a maioria dos centros de atendimento aos migrantes.

Em continuidade, 25% dos textos referiam-se ao estado de Roraima como um todo, sem especificar uma determinada região, grande parte tratava de notícias onde reverberavam os discursos dos

representantes políticos locais quanto a incapacidade de o estado em arcar sozinho com os custos do fluxo migratório sem ajuda da União.

Pacaraima é representada nos seus 15% dos textos referenciados, como porta de entrada do fluxo para o restante do Brasil e sempre é descrita em estado de colapso. Com uma população de 17.401 habitantes (IBGE, 2019), a região enfrentou sérios agravos no fornecimento de serviços públicos pelo aumento repentino na demanda. Os demais municípios consubstanciaram em 2% dos textos coletados no período em análise citando as cidades de Amajarí, Alto Alegre, Bom Fim, Mucajaí e Uiramutã.

Quando analisados as referenciações dos textos publicados por zonas do município de Boa Vista, percebeu-se uma alta referenciação dos textos a zona Oeste com 34% das referências citadas, seguido da zona Sul (14%), Centro (12%), Norte (10%) e Leste (1%), as demais publicações (29%), referiam-se à cidade de Boa Vista como um todo sem especificar um bairro., Essa leitura, entretanto, mostrou-se muito abrangente tendo em vista a diferença na distribuição de bairros por zonas na cidade: zona Oeste 38; zona Sul 5; Centro 1; Norte 5; e Leste 4 bairros, notando-se a necessidade de uma leitura mais pontual, por bairros, como consta a seguir.

Quando analisados a incidência de textos por bairros da região de Boa Vista, é foi possível perceber a existência de uma maior referenciação das reportagens a regiões onde se concentram os principais atores que atuavam em resposta ao fluxo migratório e onde se concentravam as residências dos migrantes. No Centro, representado por 12% das publicações, se concentravam os três poderes do estado: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, além de instituições como OIM, Cátedra Sérgio Vieira de Mello e a Diocese de Roraima que também atuam em suporte ao fluxo.

O bairro 13 de setembro, representado por 10% dos textos, concentrava atores como a Polícia Federal (PF), o Posto de

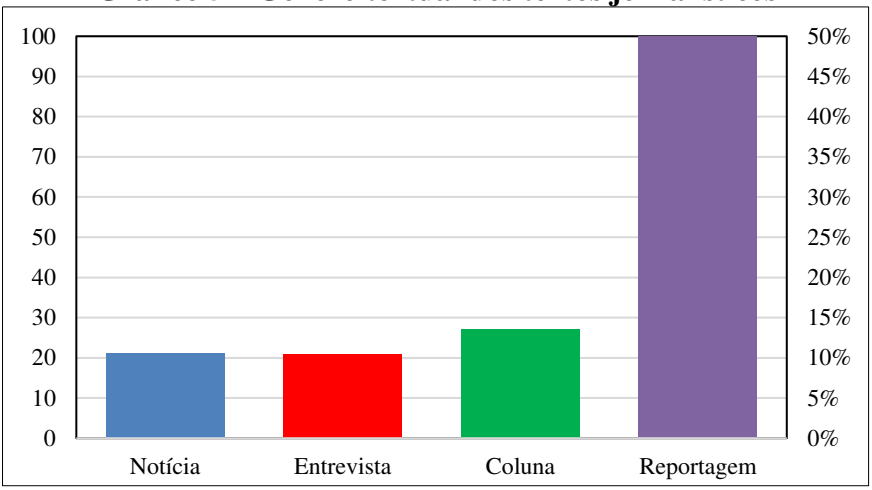
Interiorização e Triagem de Boa Vista (P-Trig BV), o Grupo Tático Civil Municipal (GTAM) e os abrigos Rondon 1, Rondon 2 e Rondon 3, para além das instalações do Exército Brasileiro que se concentravam no bairro Marechal Rondon, de fronteira ao bairro 13 de setembro. Os demais textos, por outro lado, referenciavam-se aos bairros onde ocorreriam eventos adversos e onde estavam localizados o restante dos abrigos da capital.

Quanto ao gênero textual abordado nas publicações, a escolha de tais variáveis de análise (Gráfico 5) implicou-se sobre a concepção de Marques de Melo em que "os gêneros jornalísticos sofrem influência direta da cultura em que se inserem, seja em local ou em tempo diferente" (FERREIRA, 2012, p. 6). Em outras palavras, os "gêneros refletem aquilo que os cidadãos querem e precisam saber/conhecer/acompanhar." (MELO; ASSIS, 2016, p. 12). O que estabelece uma condição de coautoria entre o jornal e a população que consome os textos publicados.

Essa dinâmica é perceptível na forma em que o Jornal Folha de Boa Vista organiza a disposição das informações em seu meio digital e ao fato em ter criado um campo especial chamado *Imigração Venezuelana* em seu menu online. A atual forma de catalogação das informações da versão digital do jornal reforça outra concepção de Marques de Melo que "[os] gêneros jornalísticos não são estáticos. Ao contrário possuem tendência híbrida e dialética" (MELO, 2010, p. 107), que se transmutando ao longo do tempo.

Partindo então, da classificação de José Marques de Melo e Francisco de Assis (2010) quanto aos gêneros e formatos jornalísticos, foi encontrado no jornal uma prevalência no gênero jornalismo informativo, divulgado nos formatos de Notícias, Reportagens e Entrevistas e do gênero de jornalismo opinativo, divulgado nos formatos de Coluna, como constam no gráfico abaixo.

Gráfico 5 – Gênero textual dos textos jornalísticos



Fonte: Elaboração própria (COSTA; SENHORAS, 2021).

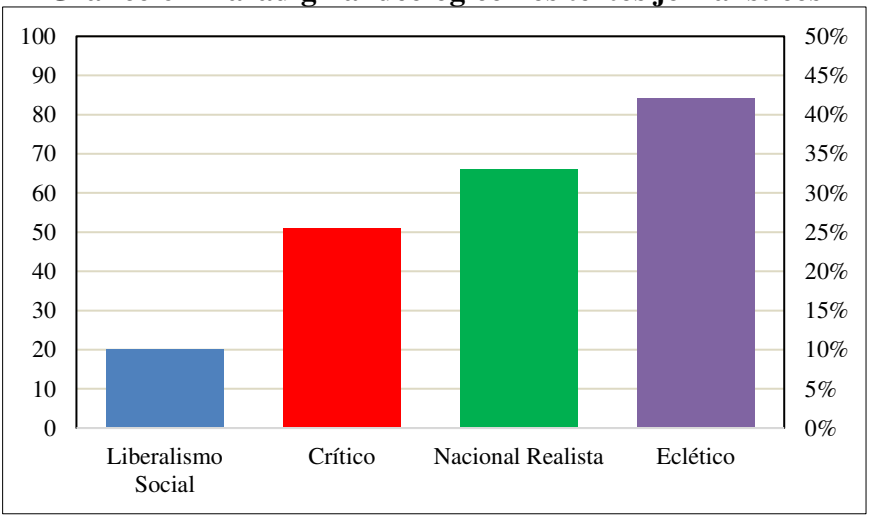
Devido ao alto número de textos no formato de Reportagem encontrados, percebeu-se que a maioria das informações publicadas pelo jornal tiveram um aprofundamento no conteúdo das histórias abordadas. Como explica Sonia Parratt (2008), a reportagem analisa um fato que era notícia, de uma forma mais ampla e aprofundada, e são muitas vezes escritas por especialistas ou com a ajuda dos mesmos, esse último ponto foi perceptível a baixa, porém importante, participação de especialistas de instituições como UFRR, Universidade Estácio, UER, ACNUR no contexto de criação dos textos pelo Jornal Folha.

No formato jornalístico coluna, tinha-se uma preponderância nos textos publicados pela colunista social Shirley Rodrigues, que para além de informar transmitia comentários sobre os venezuelanos de forma acolhedora e profissional. Os textos no formato notícia apenas transmitiam informações quanto a eventos, reuniões e

encontros de autoridades e de especialistas e acadêmicos, quando não, noticiavam ocorrências policiais.

Já os textos no formato jornalístico de entrevista (10% dos textos), se basearam em conversas com personalidades bem informadas e ditas dignas de interesses do jornal, com autoridades políticas e institucionais, para além de funcionários de ONGs e OIs. Poucos textos davam espaço entrevistas com os próprios venezuelanos, minimizando assim a voz e a auto representatividades dos mesmos no meio midiático local.

Gráfico 6 – Paradigma ideológico nos textos jornalísticos



Fonte: Elaboração própria (COSTA; SENHORAS, 2021).

A natureza dos discursos presentes nos artigos de jornais encontrados prevaleceu a um discurso de cunho eclético (38% dos textos), ou seja, um discurso que mescla todos os paradigmas ideológicos referidos no Gráfico 6 abaixo, fornecendo o jornal

teoricamente aos seus leitores uma percepção ínfima de viés ou de tendencialismo, exceto, nos artigos de gêneros mais pessoais, como os artigos de opinião e entrevistas, que permitem uma colocação própria e mais pessoal se comparado as duas outras categorias de gênero textual utilizados: reportagem e notícia (MELO, 2010).

Entretanto, a forte incidência de textos ecléticos só se dá a partir do ano de 2018 com a presença das OIs, das ONGs e de representantes de outros Estados, diplomatas, cônsules e outros doadores, que modificam as pautas do jornal ao darem entrevistas e emitirem opiniões acerca do fluxo fornecendo uma visão mais humanitária. Ainda assim o jornal não se desvalia de sua visão política tendencialista característica desde seu processo de formação.

Aos demais discursos presentes nos textos, percebeu-se a correlação dos tipos Nacional Realista com os textos cujos atores possuíam natureza estatal, tais como: representantes políticos e as forças de segurança pública. Esses textos se apoiavam nos discursos negativos desses atores e os utilizavam, sobretudo no começo do fluxo, como principal argumento das reportagens as quais eram intensamente apoiadas pelos leitores como perceptível na interação dos mesmos com o jornal pelas caixas de comentários. Quanto a presença dos venezuelanos no estado, reverberando discursos quanto a incapacidade dos governos locais (estadual e municipais) em arcarem com o custo da migração, a exemplo:

> O senador Telmário Mota, que preside a Subcomissão, disse que os senadores precisam ajudar no aparelhamento do Governo de Roraima para ele não só ter suporte a essas migrações, mas para dar continuidade às atividades que lhe são competentes (Telmário Mota *apud* FOLHA DE BOA VISTA, 2019A).

> Nós acolhemos os imigrantes, o governo mandou o dinheiro, a gente gastou esse dinheiro e o estado ficou só com o ônus. Qual foi o ônus? Violência, aumento da demanda na saúde, na educação, degradação social e o mais grave é que nossa economia, que é basicamente de serviços, está quase toda ocupada pelos imigrantes [...] (Hiran Gonçalves *apud* RODRIGUES, 2019B).

Quanto aos discursos Críticos, a maior parte estão correlacionados a forma de escrita em coluna. As críticas presentes nesses textos se configuravam tanto aos venezuelanos quanto as entidades governamentais que prestam assistência a eles. Os textos dessa natureza discorriam criticamente sob a forma de acolhimento, a inação do governo brasileiro e ao mandato de Nicolás Maduro etc., a exemplo:

> Criminalidade só aumenta na fronteira. O declínio do comércio local e a migração em massa de venezuelanos para a cidade fronteiriça de Pacaraima, [...], têm gerado altas taxas de criminalidade nos últimos seis meses. Prostituição, roubos, arrombamentos e tráfico de entorpecentes são crimes que estão assustando os moradores. [...]. Muitas residências já foram invadidas e furtadas. É comum ver garotas se prostituindo perto dos bares no Centro da cidade. As brigas entre venezuelanos são constantes na frente de casas e comércios. Muitas delas já acabaram em homicídios que chocaram os moradores (GONZALO, 2016A).

> Após o presidente Nicolás Maduro ter prorrogado novamente o prazo para a abertura das fronteiras com o Brasil e a Colômbia, que permanecerão fechadas até

> janeiro, o povo faminto e sem dinheiro, saqueou, sim, lojas em várias cidades (RODRIGUES, 2016B).

Outrossim, estavam correlacionados aos discursos Liberal Social matérias cujos atores eram partes de: Organizações Internacionais, Organizações Não Governamentais, Governo Municipal e até mesmo a própria Sociedade Civil que ora, no início do fluxo, se mostrava acolhedora ora, com a intensificação do fluxo, pediam o fechamento da fronteira. Exemplos desses discursos podem ser vistos abaixo:

> Com o objetivo de adaptar as crianças imigrantes à língua portuguesa e ao sistema de ensino brasileiro, o grupo de trabalho voluntário Ação Social criou o projeto Praça na Escola. A ação, que conta com a parceria de diversas outras instituições, vai atender os pequenos, em sua maioria venezuelanos, que vivem nas dependências da Rodoviária Internacional de Boa Vista (FOLHA DE BOA VISTA, 2017A).

> Em Boa Vista, 435 famílias de origem venezuelana estão inseridas no Cadastro Único Federal para que sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família. Desse total, 55 já estão recebendo os R$ 180,00 do programa [...] (FOLHA DE BOA VISTA, 2017B).

Devido ao tamanho das matérias de jornal de cada texto publicado serem curtas (em média 2 páginas, si impressas com propagandas), e ao fato de se sustentarem em entrevistas e citações de autoridades e de personalidades dignas de interesse dos jornalistas e do jornal, (o que toma grande espaço dos textos), foi percebido que as argumentações dos autores se sustentavam nos discursos dessas

autoridades que são citadas nas matérias, dificultando assim a análise dos paradigmas ideológicos dos autores dos textos.

Todavia, partindo do pressuposto de que os próprios redatores escolhem seus entrevistados e escolhem, assim, as falas citadas por eles que irão compor os textos jornalísticos os mesmos, os redatores, não estão isentos de viés. Nos textos enquadrados em uma única categoria (Liberal Social, Crítico e Nacional Realista), essa tendência foi mais perceptível, diferente dos que foram classificados na categoria eclético, os quais possuíam posicionamentos avessos dos atores presente no discurso das matérias.

Quando distribuídos os paradigmas discursivos por ano, foi perceptível que a cobertura do jornal seguiu uma tendência política local não distante do histórico de construção da indústria midiática do estado de Roraima. Antes da chegada das OIs e da atuação das ONGs, o jornal seguia a tendência política local reverberando discursos anti-imigração defendido por grande parte da população.

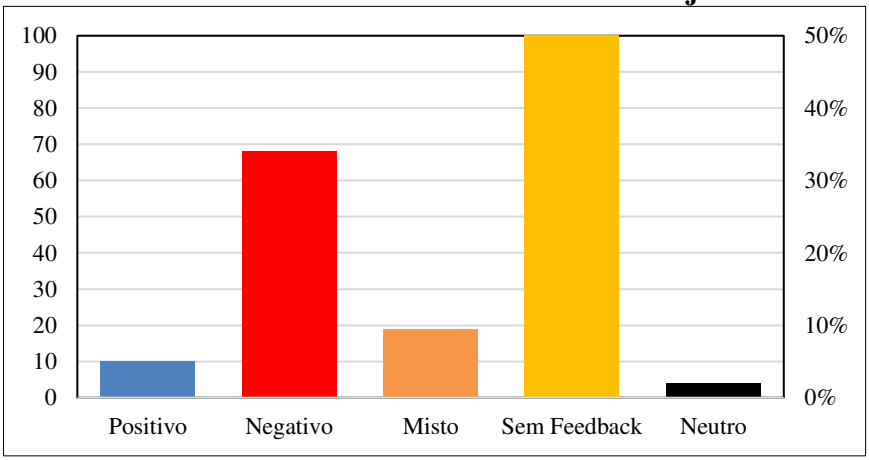
Entretanto, a partir da atuação de outros atores com a instauração da Operação Acolhida em 2018, o jornal passou periodicamente a mudar de posicionamento quanto ao fluxo migratório, seguindo tanto a tendência política local, a qual pautava-se antes no fechamento da fronteira (que agora assenta-se em pedidos de mais recursos federais para atuar no acolhimento dos migrantes) e nos discursos das agências e das organizações internacionais e não governamentais agora presentes no estado.

Como forma de analisar a opinião dos leitores sobre o fluxo migratório, foi criado o campo *Feedback* dentro da hemeroteca, ele consistiu a análise do teor e direcionamento dos discursos presentes nos comentários dos leitores nos textos de jornal encontrados.

Para a análise, os comentários foram divididos em 5 categorias de acordo com os discursos que representavam (Gráfico

7), por mais que a categoria Sem *Feedback* represente 54% de todo o levantamento realizado, é inegável a presença massiva de posicionamentos Negativos (31%), os quais não se limitavam apenas aos assuntos abordados na matéria em si, mas perpassavam para comentários ofensivos aos migrantes, abarcando também críticas a outras temáticas como e principalmente, as do campo da Saúde Pública e da Educação.

Gráfico 7 – Feedback dos leitores sobre os textos jornalísticos



Fonte: Elaboração própria (COSTA; SENHORAS, 2021).

No mesmo patamar se encontravam os comentários Mistos, os quais consistiam na presença tanto de comentários de posicionamentos Negativos quanto de comentários de posicionamentos Positivos a cerca de um mesmo texto, isso revela, por outro lado, uma margem percentual para mais nas categorias Positivo (5%) e Negativo (31%), acentuando-se a visão negativa do fluxo pelos leitores.

Alguns dos comentários positivos partiam dos próprios venezuelanos, perceptível pelo uso do idioma espanhol, em defesa dos ideais de sua nacionalidade e em resposta as ofensas dos brasileiros. Os posicionamentos Neutros consistiam em comentários que analisavam os pontos positivos e negativos das matérias e se expandiam para uma análise macro da condição do migrante no estado, refletindo sobre a incapacidade de absorção desse grande número de pessoas pelo estado, ao mesmo tempo, conscientes da fragilidade em que os migrantes se encontravam e das consequências para os serviços públicos locais prestados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo no início, o fluxo de migrantes venezuelanos ao estado de Roraima ganhou repercussão na mídia e nos mais variados meios de comunicação local e nacional tanto por se tratar de um tema sem precedentes na história do estado quanto pela consequente sobrecarga nos serviços públicos locais que já precários vieram enfim ao colapso com o abrupto aumento na demanda. A consequente incapacidade de absorção desse fluxo acarretou, por sua vez, a vinculação dos venezuelanos, por parte da população, da mídia e dos políticos locais, como a principal causa da então ineficiência do estado em suprir as demandas sociais já existentes.

Esse processo de estigmatização social ao fluxo migratório fez repercutir nos meios de comunicação local e nacional a reverberação de discursos anti-imigratórios e xenófobos, de forma geral, discursos majoritariamente negativos que visam, de alguma forma, camuflar as condicionantes da migração e os reais fatores dos problemas infraestruturais do estado, de forma a induzir os leitores a rechaçar a presença de migrantes e a culpabilizá-los pelas deficiências já existentes.

Foi percebido que esse padrão de produção se configura como uma das técnicas de indução do pensamento popular, pela venda e divulgação de notícias trágicas em prol de notícias positivas. Outra técnica é a forma paradoxal de falar sobre migrantes sem dar voz aos migrantes de fato retirando dos mesmos a possibilidade em se defender.

Com base nas discussões desenvolvidas, os resultados obtidos com essas análises foram o mapeamento de cinco característica principais do processo de construção/veiculação que a mídia jornalística roraimense utiliza para representar os migrantes venezuelanos nos meios de comunicação:

> (1) os imigrantes possuem pouco acesso aos meios de comunicação de massa, e quando conseguem tem seus discursos moldados nos recortes das matérias, sob as vozes dos Estados e de instituições diversas que lidam com os fluxos;
>
> (2) são majoritariamente descritos de forma negativa, quando não, como contraventores dos valores locais e como inimigos da sociedade "receptora";
>
> (3) quando não em primeira instancia dos fluxos, são considerados desventurados merecedores do acolhimento "altruísta" da sociedade local, somente quando e se se submetem aos valores e ideologias locais;
>
> (4) embora sejam temas das reportagens, são raramente citados como fontes, tendo suas histórias representadas fora de seu alcance discursivo;
>
> (5) há a existência de poucas matérias valorativas quanto a presença dos imigrantes.

Conclui-se, com base nas discussões apresentadas até aqui, que a cobertura jornalística do fluxo de venezuelanos pelo Jornal Folha de Boa Vista segue as características da cobertura midiática nacional e internacional, tendo em vista que os venezuelanos possuem pouca voz ativa nos meios de imprensa e quando conseguem tem seus discursos moldados nos recortes das matérias, sob as vozes do Estado e das instituições diversas que lidam com o fluxo.

Como analisado, os migrantes são majoritariamente descritos de forma negativa pejorativamente, quando não, como contraventores dos valores locais e como inimigos da sociedade "receptora". Os venezuelanos são assim responsabilizados pela incapacidade do estado em atender as demandas sociais por segurança, saúde e educação, entre outros problemas já existentes no estado é pouco percebido pela população local até a chegada de um grande fluxo de demanda.

Em alguns textos jornalísticos do ano de 2016 (ano em que a imprensa começa focar nesse tema) os migrantes foram extremamente vitimizados considerados desventurados merecedores do acolhimento "altruísta" e da "hospitalidade" da sociedade local que promoveu ações de doação de alimentos e vestimentas, tais ações, entretanto se reverteram para um posicionamento anti-imigratório o qual confluiu com o aumento dos textos jornalísticos que vinculava o fluxo a problemas já existentes no estado.

Neste capítulo fora percebido também que embora sejam temas principais das reportagens, os atores mais relevantes dessa circunstância, são raramente citados como fontes tendo suas histórias representadas fora de seu alcance discursivo, moldada sempre ou pelo Estado ou pelas Organizações Internacionais e Não Governamentais ou pelo próprio jornal não dando aos migrantes voz ativa as suas próprias histórias.

A existência de poucas matérias valorativas quanto a presença dos venezuelanos é outro ponto que pode ser confirmado nesta pesquisa, a maioria dos textos que vinculam a temática migratória faz referência a casos de segurança pública (28%), que tratam assuntos de roubos, furtos, brigas etc., em prol de textos que retratem os migrantes de forma positiva.

Embora a esteriotipação dos migrantes venezuelanos no jornal local tenha diminuído, devido à diminuição da intensidade dos textos publicados e a presença de novos atores, que diminuiu o tendencionismo político local quanto a temática migratória, ver-se ainda uma grande necessidade da tomada de ações que instiguem a mídia para a promoção de compreensão, tolerância e amizade entre indivíduos e grupos diferentes e para a erradicação de todo o tipo de discriminação, preconceito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Presidencial n. 9.285**. Brasília: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: <www.e-diariooficial.com>. Acesso em: 07/07/2019.

BRASIL. **Diretriz Ministerial n. 03/2018.** Brasília: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: <www.e-diariooficial.com>. Acesso em: 07/07/2019.

BRASIL. **Diretriz Ministerial n. 04/2018.** Brasília: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: <www.e-diariooficial.com>. Acesso em: 07/07/2019.

CAMARGO, J. F. **Ecos do Fragor**: a invasão do Iraque em 2003. Brasília: UnB, 2008.

CAMARGO, J. F.; MOREIRA, E. "Pesquisa qualitativa". *In*: SIMÕES, G. (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017.

COSTA, F. "Governo federal lança nova fase da Operação Acolhida para acelerar interiorização de venezuelanos". **Portal Eletrônico do Ministério da Defesa** [2019]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 01/03/2020.

COSTA, P. H. R. "Análise do Sistema Único de Saúde do estado de Roraima durante o fluxo migratório de venezuelanos (2014-2019)". *In*: SENHORAS, C. A. B. M.; SENHORAS, E. M. (orgs.). **Políticas Públicas**: Agendas em tempos de crise. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

COSTA, P. H. R.; SENHORAS, E. M. **Base de dados sobre a cobertura jornalística da migração venezuelana para o estado de Roraima (2014-2019)**. Boa Vista: UFRR/NAPRI, 2021.

COSTA, P. H. R; SENHORAS, E. M. "A cobertura jornalística do fluxo migratório de venezuelanos pela Folha de Boa Vista". *In*: SENHORAS, C. A. B. M.; SENHORAS, E. M. (orgs.). **Políticas Públicas**: Agendas em tempos de crise. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

COSTELLA, A. **Comunicação:** Do Grito ao Satélite. São Paulo: Mantiqueira, 1984.

FERREIRA F. G. "Gêneros jornalísticos no Brasil: estado da arte". **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. 4, n. 1, junho 2012.

FOLHA DE BOA VISTA. "Governador apresenta impacto da crise em RR em audiência no Senado". **Folha de Boa Vista**

[10/05/2019A]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 29/07/2020.

FOLHA DE BOA VISTA. "Projeto social leva educação para crianças imigrantes na rodoviária". **Folha de Boa Vista** [25/09/2017A]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 29/07/2020.

FOLHA DE BOA VISTA. "Venezuelanos já começam a receber Programa Bolsa Família na Capital". **Folha de Boa Vista** [14/11/2017B]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 29/07/2020.

GONZALO, C. "Com comércio em crise, onda de violência aumenta em Pacaraima". **Folha de Boa Vista** [26/11/2016A]. Disponível em: < www.folhabv.com.br>. Acesso em: 29/07/2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Roraima". **Portal Eletrônico do IBGE** [2019]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12/07/2020.

MELO, J. M. ASSIS, F. "Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório". **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. 39, n.1, 2016.

MELO, J. M.; ASSIS, F. **Gêneros jornalísticos no Brasil.** São Bernardo do Campo: UMESP, 2010.

OLIVEIRA, A. T. R. "A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos". **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol. 13, n. 1, 2019.

OLIVEIRA, G. A. G. de. “A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente à Crise Migratória da Venezuela”. **Military Review**, 2018.

RODRIGUES, E. “Governo federal já gastou R$ 500 mi com Operação Acolhida”. **Folha de Boa Vista** [10/09/2019B]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 29/07/2020.

RODIGUES, S. “Em baixa”. **Folha de Boa Vista** [19/12/2016B]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 29/07/2020.

SIMÕES, G. F. (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017.

SOUSA, J. P. **Elementos de Teoria e Pesquisa**: da comunicação e dos media. Porto: Letras Contemporânea, 2006.

CAPÍTULO 3

Operação Acolhida: Cooperação Interinstitucional no Atendimento à Crise Migratória Venezuelana em Roraima

OPERAÇÃO ACOLHIDA: COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL NO ATENDIMENTO À CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA EM RORAIMA

Kelma Cristina da Silva Wendling

Francisleile Lima Nascimento

Elói Martins Senhoras

As migrações internacionais se intensificaram com o processo industrial, e ao longo da história ocorreram motivadas por diversos fatores de cunho econômico, político, religioso, ambiental, conflitos, entre outros fatores como as desigualdades socioeconômicas, que se intensificaram significativamente entre as nações em virtude das contradições e das relações internacionais, bem como a globalização neoliberal (CASTLES, 2010).

No caso da migração venezuelana para o Brasil, Senhoras (2019) aponta que a crise imigratória da Venezuela teve início em 2010 com grande pico no período de 2016 a 2017, sendo caracterizada como uma migração ocasionada por fatores socioeconômicos, que se constituiu na maior migração da história entre os dois países e que sobrecarregou os principais serviços básicos do Brasil.

A crise migratória é um termo de origem eurocêntrica, utilizado para designar o deslocamento intenso de refugiados no contexto da migração Oriente Médio para a Europa, bem como as problemáticas que afetam os setores sociais, políticos, econômicos e culturais (FONTANA; ZIMNOCH; LORENTZ, 2017).

Conforme Senhoras (2019), a crise imigratória corresponde ao grande fluxo de deslocamento que perdura por longo período de

tempo e intensifica os fatores socioeconômicos e causa dano de diversas ordens, ocasionando uma crise humanitária.

Dessa forma, a dupla crise política e econômica que se instaurou na Venezuela, contribuiu para desestruturar a sociedade venezuelana e criou círculo vicioso que culminou na saída descontrolada da população, exigindo do governo brasileiro e das entidades internacionais medidas para controlar o fluxo e acolher os migrantes, na qual foi instalado a "Operação Acolhida", uma força tarefa numa gestão bilateral entre o Governo Federal através do Ministério de Desenvolvimento Social e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) (LIMA; FERNANDES, 2019).

O problema desta pesquisa se fundamenta na seguinte pergunta: como se caracteriza a crise migratória venezuelana em Roraima e o papel do Governo federal e do ACNUR no âmbito da "Operação Acolhida"?

O objetivo geral da pesquisa visa caracterizar a crise migratória venezuelana em Roraima e o papel do Governo federal e do ACNUR no âmbito da "Operação Acolhida". Dessa forma, ressalta-se que a crise migratória venezuelana ocorreu no desenrolar da crise política e econômica na Venezuela, mostrando que a crise se configura em dois momentos, 2010 e 2016/2017, sendo os deslocamentos migratórios venezuelanos no mundo, e a migração e refúgio venezuelano na fronteira no Brasil.

Cabe mencionar que a rede de atendimentos dos fluxos venezuelanos em Roraima se deu sobre o Acordo de Cooperação Técnica, instalado pela parceria entre o Ministério de Desenvolvimento Social e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), destacando as principais instituições envolvidas na gestão e manutenção dos 13 abrigos públicos para a proteção dos imigrantes venezuelanos. Sendo assim, a temática

"Operação Acolhida: cooperação interinstitucional no atendimento à crise migratória venezuelana em Roraima", discorre sobre a Operação Acolhida e sua assistência emergencial no acolhimento dos venezuelanos em situação de vulnerabilidade, bem como as ações do Governo Federal e do ACNUR na prestação de assistência humanitária, fornecimento de infraestrutura adequada para cada abrigo, assim como toda parte logística e serviços de saúde.

A metodologia do estudo parte de pesquisa exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins, qualitativa quanto aos meios, procedimentos e levantamentos de dados, revisão bibliográfica e documental, e os procedimentos de análise hermenêutica humanística e internacionalista. A construção da discussão foi feita com base numa lógica discursiva agustiana de gradação crescente, de modos que os capítulos se encontram padronizados com o quantitativo de páginas.

Por fim, os resultados e considerações finais são construídos afim de sintetizar novos debates e apontar eventuais sugestões de melhoria das *policy making* (elaboração de políticas) da Operação Acolhida, bem como apontar sugestões para novas pesquisas. Dessa forma, torna-se necessário destacar as forças e fraquezas (aspectos internos), ameaças e oportunidades (aspectos externos) da Operação, no sentido de apontar melhorias. Sendo assim, cabe mencionar como pontos fortes, a experiência do Exército nesse perfil de atividade, bem como as experiências das organizações multilaterais, e as fraquezas podem ser citados os problemas de interoperacionalidade e comunicação entre as partes. Com relação às ameaças que estão ligados ao próprio fluxo de migração, há a pandemia do novo coronavírus COVID-19 que surge como um desafio aos abrigos e o dinamismo econômico brasileiro que limitou e ameaçou os financiamentos da operação. Como oportunidade, evidencia-se que os acontecimentos recentes possibilitaram que a operação pudesse se

reavaliar e atuar de forma objetiva aos problemas operacionais, sendo indicada ao Nobel.

OPERAÇÃO ACOLHIDA E A COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

A crise política e econômica se instaurou na Venezuela desde 2010 e se intensificou em 2016/2017, tendo a necessidade da criação da Operação Acolhida. Destaque principalmente para os fluxos que atingem a região norte do Brasil, principalmente o Estado de Roraima.

Conforme Monasterios (2020), dos 4,6 milhões de imigrantes venezuelanos que saíram de seu País desde 2018, em função da crise política e econômica, quase 900.000 tiveram destino para o Brasil. A porta de entrada para o Brasil e para a legalização de documentos, se faz por meio da Operação Acolhida, criada no início de 2018, pelo Governo Federal, que conta com o apoio das Agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e organizações da sociedade civil.

A fronteira da Venezuela faz divisa com o Município de Santa Elena de Uairén interligada com o Município de Pacaraima, sendo assim o maior corredor migratório das pessoas que "escolheram" o Brasil, ou para ficar ou como rota de fuga para outros países. No decorrer dos últimos dois anos, o município vem recebendo uma intensa demanda por parte dos imigrantes venezuelanos, que fogem da penúria causada pela economia instável no seu País, cruzando a fronteira várias vezes ao dia (FERREIRA, 2020).

Quadro 1 - Operação Acolhida - eixos operacionais

OPERAÇÃO ACOLHIDA		
Ordenamento de Fronteira	**Acolhimento**	**Interiorização**
Como primeiro pilar operacional, há o instrumento jurídico da Resolução nº 3, de 2 de maio de 2018, com a instituição do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, estabelecendo sua composição e objetivos. A resolução estabelece o desenvolvimento de diretrizes para a organização da fronteira Brasil-Venezuela, provendo um desenho metodológico com os serviços de regularização migratória, vigilância sanitária e imunização, pondo em prática a Operação Controle, pela Diretriz Ministerial de nº 04/2018. Tal resolução marca a criação de uma estrutura que possa comportar os objetivos operacionais, como forma de organizar os serviços de atendimento, recepção e acolhimento dos migrantes na sua entrada no País. Essa metodologia visa estabelecer uma rede de acolhimento que assista o beneficiário com os serviços do sistema público brasileiro, permitindo que este tenha acesso aos principais documentos e proporcionando sua inserção socioeconômica, desde o primeiro momento de chegada no território brasileiro	Como segundo pilar, o acolhimento tem por principal premissa a condição de vulnerabilidade da população que estava em condições de rua. O abrigamento foi a alternativa proposta, retirando a população vulnerável que estava nas ruas de Boa Vista e Pacaraima. A operação é coordenada pelo ACNUR, tendo suporte das Forças Armadas na ação logística e fornecimento de insumos e estruturas adequadas de acesso à água, ao saneamento e aos cuidados sanitários, que permitam aos beneficiários estarem em melhores condições. Tal atividade tornou-se prioridade nos primeiros meses da operação, diante do número de venezuelanos que se encontravam espalhados pelas cidades e desabrigados, em condições de vulnerabilidade	Como terceiro pilar no planejamento da resposta governamental ao fluxo migratório, a interiorização configura ações com o objetivo de realocar a população venezuelana que deseja voluntariamente estabelecer-se em outras cidades brasileiras, aliviando sua concentração no Estado de Roraima. O suporte do Governo é dado à população venezuelana não autossuficiente, para custear viagens no País. Antes mesmo da iniciativa da interiorização, estudos já observaram a existência de venezuelanos que desejavam deslocar-se para outras cidades. Perante os pilares anteriores propostos pelo Comitê, a interiorização consolidou um fluxo aceito pela população venezuelana, tornando ascendente o quantitativo de beneficiários, tendo em vista a constante procura por iniciar cadastros para interiorizar

Fonte: Elaboração Própria. Baseada em: ALBUQUERQUE, (2021).

No início de dezembro de 2018, foi realizada a 8ª Reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial, criado com a finalidade de dar atenção à questão migratória dos venezuelanos. O governo federal tem parceria com o Ministério da Defesa, que coordena o operacional das três frentes, como o ordenamento da fronteira, o acolhimento e a interiorização (AGUIAR, 2018).

A Operação Acolhida trata-se de uma assistência emergencial no acolhimento dos venezuelanos em situação de vulnerabilidade. Todos os envolvidos na Operação buscam viabilizar a questão humanitária no Brasil, que é baseada nos três eixos já citados (R4V, 2019). Cabe ressaltar que a Operação Acolhida foi criada sobre três eixos operacionais: Ordenamento de Fronteira; Acolhimento; e Interiorização (ALBUQUERQUE, 2021) (Quadro 1).

De acordo com Nascimento (2020), a Operação Acolhida possibilita aos que entram no Brasil, um processo de recepção e triagem, onde o imigrante passa pelo Posto de Recepção e Identificação (PRI) e pelo Posto de Interiorização e Triagem (PiTrig), evitando que durante o processo de aquisição de documentos durmam pelas ruas e não finalizem o processo de documentação, onde são acolhidos e recebem as vacinas necessárias, bem como a emissão dos protocolos de refúgio ou residência e CPF, sendo alojados nos abrigos como ocorre em Pacaraima, que acolhem no Alojamento BV8, as pessoas que estão em processo de documentação.

Conforme Cruz (2020), o quantitativo de imigrantes que passam diariamente pela Operação é alto e grande parte de público consegue concluir o processo de documentação em até dois dias, sendo deslocados para Boa Vista ou outras regiões do País. Entretanto, quem permanece por mais tempo no alojamento BV-8, passa pelo processo de abrigamento ou interiorização. Cabe ressaltar, que esse quantitativo de quem fica nos abrigos em

Pacaraima é um número inferior ao número de entrada diária pelos postos da Operação Acolhida, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2 - Quantitativo de Fluxo Migratório de Venezuelanos na Fronteira com o Brasil – Pacaraima – RR

Venezuelanos que procuraram a Polícia Federal para solicitar regularização migratória	**96.094**
Pediram refúgio	**62.128**
Pediram residência	**24.966**
Haviam agendado atendimento até novembro de 2018	**9.000**

Fonte: Elaboração Própria. Baseada em: AGUIAR (2018).

Conforme Senhoras (2019), a Cooperação Interinstitucional por meio da Operação Acolhida, constitui a principal ação brasileira para o atendimento a esse fluxo migratório venezuelano. De modo que existe uma gestão compartilhada, explorando o conceito de cooperação interinstitucional, sendo um trabalho conjunto de diferentes instituições.

A AÇÃO DO GOVERNO FEDERAL E DO ACNUR

O Ministério da Defesa, com o apoio da Operação Acolhida, criada para prestar assistência humanitária, fornece infraestrutura adequada para cada abrigo, juntamente com as Forças Armadas como o Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira. São responsáveis pela parte logística e Saúde (SENHORAS, 2019) (Quadro 3).

Quadro 3 - Ação do Governo Federal na Operação Acolhida

ÓRGÃO	POSTO DE RECEPÇÃO E IDENTIFICAÇÃO	POSTO DE TRIAGEM
Exército Brasileiro	Responsável pela recepção, organização de filas e espaço, direcionamento aos serviços e fornecendo alimentação, considerando que muitos chegam com fome de seu País de origem. Cabe ressaltar, que a vacinação é realizada pela cédula de saúde das Forças Armadas	Apoia a Operação como um todo na questão logística, sendo responsável por organizar o fluxo
Polícia Federal	Realiza a admissão ao território brasileiro no Posto de Recepção e Identificação.	Responsável por validar o documento do *permiso* de ingresso ou o passaporte, realizando o controle de entrada e saída do território
Defensoria Pública da União – DPU	Atua na promoção da garantia de direitos aos refugiados em situação de vulnerabilidade, assegurando a entrada segura, regular e ordenada de pessoas em território brasileiro	Atua na prevenção de tráfico de pessoas, casos de crianças indocumentadas e proteção a menores separados ou desacompanhados, garantindo a identificação e proteção dos menores
Imunização e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA	Tem o papel de fiscalizar e verificar a existência das doenças ainda em território fronteiriço. Com a instalação da Operação Acolhida em Pacaraima, a ANVISA passou a atuar no Posto de Recepção e Identificação	Opera realizando uma triagem sanitária e com a emissão de certificado de vacinação internacional, para aqueles que seguem a outros países. Além disso, a ANVISA também distribui o hipoclorito, solução para purificar a água, elemento importante considerando a vulnerabilidade de quem o necessita, que muitas vezes se encontram em situação de rua ou de insalubridade e só possuem acesso à água imprópria para consumo

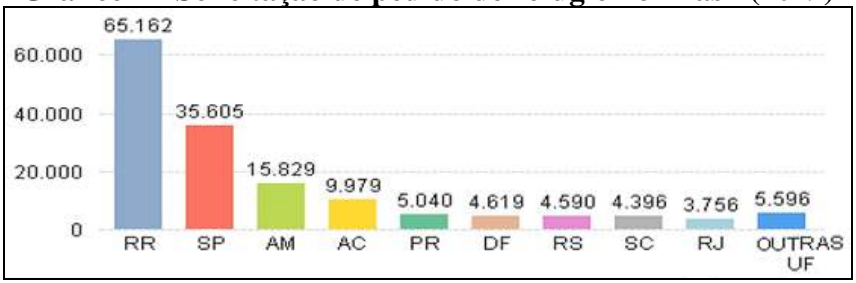
Fonte: Elaboração Própria. Baseada em: BAÚ (2019).

De acordo com a Polícia Federal, responsável pela verificação dos documentos apresentados na fronteira, a maior demanda de solicitação de pedido de refúgio está no Estado de Roraima, das 77.306 solicitações, 65.162 ocorreram no estado de Roraima, cerca de 84% (LIMA; RABELO, 2019) (Gráfico 1).

Era evidente à proporção que a crise havia chegado, e que urgentemente a cidade precisava de apoio humanitário. Muitos venezuelanos chegavam totalmente desidratados, com fome, e com doenças que traziam consigo da Venezuela. Muitos brasileiros sem compreender o que estava sucedendo com tamanha aglomeração de pessoas, e com o déficit no mercado de trabalho, instauraram-se as hostilidades xenofóbicas e a falta de empatia para com o outro, que carecia de hospedagem.

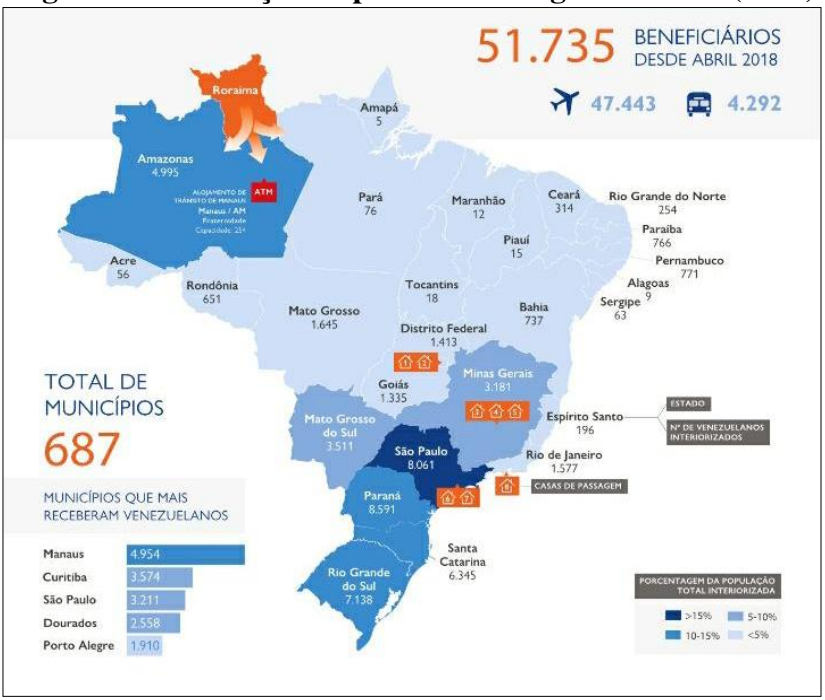
O governo do Estado atribuiu a culpa ao estrangeiro por tudo de desagradável que acontece na cidade, com o intuito de conduzir o cidadão brasileiro a olhar a migração, e responsabilizá-la de problemas já existentes, desviando a atenção às verdadeiras questões (COELHO, 2020), levando o governo a tomar medidas de interiorização desses imigrantes (Figura 1).

Gráfico 1 - Solicitação de pedido de refúgio no Brasil (2019)



Fonte: LIMA; RABELO (2019).

Figura 1 - Solicitação de pedido de refúgio no Brasil (2019)



Fonte: MONASTERIOS (2020).

E como medida para o procedimento simplificado adotado pela Operação Acolhida, o País vem determinando o status de refugiado aos imigrantes, reconhecendo mais de 17.000 pessoas, e atingindo um total de 37.000 refugiados venezuelanos reconhecidos. E como forma de integração desde abril de 2019, o Brasil transferiu 27.222 refugiados e migrantes venezuelanos para as cidades do Sul do País (CRUZ, 2020).

Entretanto, deve-se considerar que nem todos vão conseguir adentrar em um Abrigo, acrescentando significativamente a ansiedade daqueles que carecem de amparo. Destarte, os imigrantes

deduzem que só não basta enfrentar uma viagem na investida de melhores condições de vida, a contenda agora é como ingressar em um abrigo. Atualmente ao lado da Superintendência Regional Polícia Federal em Roraima, localizada no bairro 13 de setembro, se encontra o Posto de Triagem (P-TRIG), onde o imigrante que chega em Roraima e não passou pelo Posto de Triagem em Pacaraima, deve se direcionar para sua regularização no Brasil (BAÚ, 2019).

O estabelecimento do ACNUR consagrou uma nova fase na proteção internacional dos refugiados. Essa instituição veio a ser um órgão da ONU, para o qual foi transferida a proteção dos refugiados após a extinção da Organização Internacional de Refugiados (OIR) (ACNUR, 2001).

O ACNUR foi estabelecido em 1.º de janeiro de 1950 no âmbito da ONU, como mencionado, no que difere de sua antecessora, que era um órgão autônomo. Seu mandato foi estipulado em três anos, mas em face da manutenção da crise dos refugiados, tem sido renovado a cada cinco anos, em que o órgão vem atuando no encargo de proteger os refugiados (ACNUR, 2001).

Partindo desse princípio, Jubilut (2007) menciona o artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça que atribui ao ACNUR atribuições:

> Trata-se do artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, que estipula que este órgão decidirá as questões a ele apresentadas com base nas convenções internacionais, no costume internacional, nos princípios gerais do direito, nas decisões judiciárias internacionais e na doutrina dos juristas mais qualificados, além da equidade (JUBILUT, 2007, p. 81).

Nesse sentido, notou-se a positivação internacional das origens do Direito Internacional dos Refugiados, com a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados e com o Protocolo de 1967 referente ao Estatuto dos Refugiados, o que ajudou para o início da real sistematização internacional de proteção (ONU, 1951).

Portanto, o ACNUR e a ONU, versam sobre o caráter universal e, com a proteção dos refugiados que passou a ser tratada como um assunto desta origem, o que aludiu a melhora das condições de recepção dos refugiados pelos países da acolhida e uma maior proteção pela comunidade internacional (JUBILUT, 2007).

Assim, o ACNUR favoreceu para o compartilhamento da temática dos refugiados e para a elucidação da comunidade internacional quanto a função em relação a estes, proporcionando a inserção dessa temática em legislações nacionais e garantindo, por conseguinte, a efetivação dos diplomas internacionais sobre a matéria (MOREIRA, 2014).

Atualmente, o ACNUR tem papel fundamental no processo de proteção ao refugiado, pois se alguém reconhecido como refugiado e tem sua solicitação negada pelo governo do Estado, no qual se encontra em situações emergenciais, como em campos de refugiados, o ACNUR intervém e se responsabiliza por este refugiado podendo buscar outras soluções para efetivar a sua proteção, como por exemplo, tentar reassentá-lo (JUBILUT, 2007).

A acolhida dos refugiados abrange três programas principais, como cita Jubilut (2007):

> 1) Proteção: realizada pela fiscalização da aplicação dos diplomas legais sobre refugiados (onde no Brasil se aplica na Lei 9.474/1997 e na Convenção de 1951, revisada pelo Protocolo de 1967); 2) Assistência e 3) Integração: que trata dos aspectos sociais e cotidianos

> dos refugiados, visando a sua integração à sociedade brasileira e o resgate de sua dignidade (JUBILUT, 2007, p. 32).

Sem dúvidas o ACNUR representa um meio para administrar os problemas que afligem os países com impasses nos altos fluxos migratórios. Ressalta-se a importância do ACNUR no âmbito internacional, no que se refere aos direitos e deveres dos solicitantes de refúgio, categorizando-os em: refugiados, solicitantes de refúgio, deslocadas internas, apátridas etc. (ACNUR, 2021).

No Brasil, o órgão que prevê a proteção dos refugiados, é o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), que consiste numa instituição caracterizada por guiar-se, "na tomada de suas decisões e em suas atuações, pela prevalência de um caráter democrático e humanitário" (LEÃO, 2011, p. 70).

Trata-se de um órgão de deliberação coletiva e tripartite do Estado e da sociedade brasileira de elevado conteúdo humanitário, que se dedica à elegibilidade do refúgio no País. Ademais, orienta e coordena as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados reconhecidos pelo Brasil (LEÃO, 2011).

Segundo o ACNUR, o Brasil segue as regras internacionais atuais do direito de refugiados, pois a criação do CONARE seria uma prova desse avanço brasileiro, uma vez que a dimensão jurídica internacional e nacional com relação à proteção do instituto do refúgio está representado na Lei nº. 9.474/1997 do próprio CONARE (LEÃO, 2010).

Nesse sentido, os refugiados no Brasil são contemplados pelos conceitos do Direito Internacional dos Refugiados do século XXI, pois o "refúgio é um instituto de proteção à vida decorrente de compromissos internacionais". O Brasil foi o primeiro País da

América Latina a normatizar a questão da proteção dos refugiados (VEDOVATO, 2011).

Conforme dados do ACNUR (2000), o Brasil oferta uma grande rede de serviços aos refugiados podendo destacar:

> Atualmente o Brasil tem a maior rede de suporte aos refugiados da América Latina, com aproximadamente 100 organizações locais envolvidas, tendo no Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), o ponto focal desta rede. Em geral, os refugiados se beneficiam dos serviços sociais básicos – tais como acesso à educação e saúde – oferecidos pelo governo brasileiro nos níveis federal, estadual e municipal (ACNUR, 2000, p. 140).

Entretanto, apesar de ofertar uma rede de atendimento, o Brasil também concede livre acesso à entrada dessas pessoas em busca de refúgio. Contudo, com o grande fluxo da Venezuela, observa-se que o País não tem sido capaz de proporcionar uma vida minimamente digna à maioria deles (SENHORAS, 2019). Nessa perspectiva, o ACNUR (2000, p. 14) menciona que "enquanto pouco for feito para que essa situação mude, os refugiados que vieram e vivem no Brasil continuarão a sofrer dos mesmos males, vendo sua vida passar e, com ela, a esperança de um recomeço digno".

Com relação ao apoio aos imigrantes venezuelanos refugiados no Brasil, o ACNUR fornece apoio ao Ministério de Desenvolvimento Social na gestão temporária dos abrigos, por meio de empresas privadas e participantes externos que se solidarizam com a causa. Os centros temporários de acolhida são gerenciados pelo Ministério da Defesa com o apoio do ACNUR. Sendo sua gestão transitória para outras ONGs, que atualmente fazem a administração dos abrigos em Boa Vista e Pacaraima (Quadro 4).

Quadro 4 - Ação do ACNUR na Operação Acolhida

ÓRGÃO	POSTO DE RECEPÇÃO E IDENTIFICAÇÃO	POSTO DE TRIAGEM
ACNUR	Está presente no primeiro contato com o Venezuelano no Brasil, no PRI, explicando aos venezuelanos as formas de regularização migratória no Brasil, identificando casos de proteção e realizando os devidos encaminhamentos para documentação	Desempenha na fronteira, o trabalho de acesso à informação, pré-documentação, cadastro, identificação e encaminhamento de casos de vulnerabilidade. ACNUR se faz presente no PTRIG, em duas salas, na primeira sala ocorre o processo de pré-documentação, ou seja, o preenchimento do formulário para solicitação de refúgio do CONARE. E também ocorrem sessões informativas, sobre a importância da documentação, o que é uma pessoa refugiada no Brasil, direitos trabalhistas, e informações sobre o processo que está inserido. Na segunda sala, o ACNUR registra todas as pessoas que passam pelo PTRIG, independente de qual documentação solicitou. O registro tem a finalidade de proteção aos venezuelanos, sendo ferramenta para identificar vulnerabilidades e necessidades específicas, além de ser usado como ferramenta de administração dos abrigos. Por fim, o registro também é um instrumento de coleta de dados

Fonte: Elaboração Própria. Baseada em: BAÚ (2019).

Dessa forma, o ACNUR atua no controle vigente, onde são necessários a identificação e o cadastro biométrico dos abrigados, emissão de carnês, segurança, distribuição de alimentos nas refeições, distribuição de kits de limpeza e higiene, além de outros

itens de primeira necessidade, impulsionando e apoiando a organização comunitária, divulgando informes, coordenando as barracas disponíveis para acomodação das famílias e pessoas, seja nos dormitórios ou em barracas. Sempre visando à coordenação geral dos abrigos (ACNUR, 2020).

Conforme Senhoras e Senhoras (2019), o ACNUR trabalha com o acolhimento e assistência, atuando diretamente com as pessoas e com as famílias, bem como em parcerias com as ONGs parceiras que trabalham nos abrigos, estendendo no período de 2017 a 2021 uma rede de serviços a milhares de imigrantes, que nos últimos cinco anos contribuiu para o aumento populacional roraimense que se ampliou em 60 (sessenta mil) pessoas. Vale ressaltar que o fluxo migratório venezuelano em Roraima, tem sido caracterizado por especialistas como sendo uma Indústria da migração, que ao longo do tempo aumentou sua população em 6 milhões e coloca em situação crítica a capacidade da Operação Acolhida que tem sido bem limitada.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Buscando responder ao problema da presente pesquisa para entender como se caracteriza a crise migratória venezuelana em Roraima e o papel do Governo federal e do ACNUR no âmbito da "Operação Acolhida", o estudo abordou o contexto da Operação Acolhida refletindo sobre o papel do Governo Federal e do ACNUR na migração venezuelana em Roraima e seus transbordamentos.

Com base nas discussões, esta pesquisa apresenta os seguintes resultados, que visam responder o objetivo geral de caracterizar a crise migratória venezuelana em Roraima e o papel do Governo federal e do ACNUR no âmbito da "Operação Acolhida",

mostrando que a Operação caracteriza a Cooperação Interinstitucional no atendimento à crise migratória venezuelana, em que sua assistência emergencial se volta ao acolhimento dos venezuelanos em situação de vulnerabilidade, bem como as ações do Governo Federal e do ACNUR na prestação de assistência humanitária, fornecimento de infraestrutura adequada para cada abrigo, assim como toda parte logística e serviços de saúde.

Dessa forma, a pesquisa mostra que a atuação do Governo Federal compreende basicamente na ação das forças armadas com o suporte do Ministério da Cidadania, sendo responsáveis pela parte logística e Saúde, tendo o Exército como executor das ações. Quanto às ações do ACNUR, a mesma atua com o acolhimento e assistência, trabalhando diretamente com as pessoas e as famílias.

Diante das análises, a pesquisa mostra que a Cooperação Interinstitucional e a Operação Acolhida são as principais ações brasileiras para o atendimento a esse fluxo migratório venezuelano. De modo que existe uma gestão compartilhada, explorando o conceito de cooperação interinstitucional, sendo o trabalho conjunto de diferentes instituições, com destaque para as ações do Governo Federal e do ACNUR.

Entretanto, cabe mencionar que dentro das ações do ACNUR, existem as parcerias das ONGs que trabalham com elas nos abrigos. Dessa forma, o capítulo descreveu e caracterizou a Operação Acolhida e as ações do Governo Federal, ressaltando o papel dele junto com o ACNUR no processo de interiorização dos migrantes venezuelanos.

A pesquisa comprovou ainda que a migração na Venezuela se caracteriza como política e econômica por causa das crises inflacionárias e do petróleo em 2010 no governo Chávez, além de ser econômica e humanitária pela crise governamental e gestão de Maduro em 2016/2017.

Conforme as reflexões ficam evidentes, frisa-se o fato de que o período mais crítico da crise migratória é o período de 2016/2017, quando os problemas se tornaram mais significativos causando diversos problemas no cenário econômico, político e social, marcado pelo desemprego, fome, violência e xenofobismo, entre outros. Evidenciou-se que em determinado momento de 2016/2017, surgiu a necessidade da intervenção internacional e a aplicabilidade das medidas bilaterais, como a Operação Acolhida constituída numa Cooperação Técnica entre o Governo federal através do Ministério de Desenvolvimento Social e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), visando sanar as dificuldades na oferta dos serviços essenciais, como saúde, educação e segurança, bem como assegurar os direitos dos brasileiros e migrantes, diminuindo o impacto social que a migração venezuelana tem causado na sociedade roraimense.

Cabe ressaltar também que a rede de atendimento da Operação Acolhida, apesar de apresentar uma rede de atendimento aos fluxos de imigrantes venezuelanos em Roraima com mais de 600 instituições, muitas dessas instituições relacionadas são listadas, mas os grandes atendimentos acabam sendo feitos pelas ações da sociedade civil.

Nota-se ainda possíveis falhas de comunicação e interoperacionalidade na Operação Acolhida, pois a situação dos abrigos gera uma dualidade, que em alguns casos os abrigos estão superlotados, e outros quase vazios, bem como alguns encontram-se em condições precárias de higiene e sanitária, gerando denúncias que alegam que crianças e mulheres estariam em situação de vulnerabilidade e aglomeração contribuindo para a proliferação da COVID-19.

Comprovam-se ainda os pontos fortes e as fraquezas (aspectos internos), sendo que o primeiro pode-se citar a experiência do Exército nesse perfil de atividade, bem como as experiências das

organizações multilaterais, e as fraquezas podem-se citar os problemas de interoperacionalidade e comunicação entre as partes.

E também há a identificação das ameaças e oportunidades (aspectos externos) da Operação no sentido de apontar melhorias. Sendo assim, cabe mencionar como ameaças, os fatores que estão ligados ao próprio fluxo de migração, a pandemia do novo coronavírus COVID-19, que surge como um desafio aos abrigos, o dinamismo econômico brasileiro que limitou e ameaçou os financiamentos da operação. Como oportunidade evidencia-se que os acontecimentos recentes possibilitaram que a operação pudesse se reavaliar e atuar de forma objetiva aos problemas operacionais, sendo indicada ao Nobel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com base nessas discussões que, a Operação Acolhida implantada no Brasil para gerenciar a crise migratória no Brasil, surgiu em um momento crucial em que a crise política e econômica na Venezuela se configurou em uma crise humanitária, gerando diversos problemas de cunho sociais e econômicos em diversos países sul-americanos, em especial no Brasil que recebeu grande contingente na região Norte, especificamente no Estado de Roraima, causando um grande colapso nos serviços essenciais.

Sendo assim, a Operação Acolhida foi fundamental para o gerenciamento da crise, organizando o ordenamento da fronteira, o processo de acolhimento, e conduzindo os migrantes à dinâmica da interiorização para diversas regiões do País. Entretanto, cabe mencionar que a Operação também apresenta pontos fracos que se tornaram visíveis com o contexto da pandemia do novo coronavírus da doença da COVID-19, no qual foi possível evidenciar algumas

falhas no gerenciamento e comunicação entre as instituições e serviços, mostrando assim a necessidade de recursos para o melhor desenvolvimento da Operação.

Com base nesses resultados, a presente pesquisa apresenta dois perfis de sugestões: Uma de *policy making* (elaboração de políticas) como melhoria nas dinâmicas processuais da Operação Acolhida, e outra sugestão para novas pesquisas que possam tomar como referência esse estudo.

Como sugestão de *policy making* (elaboração de políticas), a pesquisa aponta a necessidade de se ampliar os recursos para a operação, pois à medida que as fronteiras forem reabertas, o fluxo migratório ganhará força novamente. Dessa forma, torna-se fundamental ampliar a rede de parcerias com outras entidades e organismos, bem como com outros países numa cooperação internacional no sentido de recrutar financiamento para a operação.

Como sugestão para novas pesquisas, o estudo aponta a necessidade de um estudo avaliativo dos resultados obtidos pela Operação Acolhida, destacando as fraquezas e forças, assim como possíveis mudanças. Ressalta-se ainda um levantamento a nível nacional para apresentar a atual situação dos migrantes, que foram contemplados pelo processo de interiorização, no sentido de identificar se esses refugiados foram integrados ou se desejam retornar ao seu País de origem.

REFERÊNCIAS

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. **“Refugiados” e “Migrantes”**: Perguntas Frequentes. Brasil: ONU, 2021. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 05/08/2021.

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. **A situação dos refugiados no mundo**: cinquenta anos de ação humanitária. Almada: A Triunfadora Artes Gráficas, 2000.

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. **Conheça os abrigos que acolhem refugiados e migrantes em Roraima**. Brasília: ONU, 2020. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 05/08/2021.

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. **Coronavírus e refugiados**: o que o ACNUR está fazendo no Brasil e no mundo. Brasília: ONU, 2020. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 05/08/2021.

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. **Coronavírus e refugiados**: o que o ACNUR está fazendo no Brasil e no mundo. Brasília: ONU, 2020. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 05/08/2021.

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. **Histórico Brasil 2001**. Brasília: ONU, 2001. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 05/08/2021.

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. **Número de refugiados e migrantes da Venezuela ultrapassa 4 milhões, segundo o ACNUR e a OIM**. Brasília: ONU, 2019.Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 05/08/2021.

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. **Participação comunitária fortalece prevenção à COVID-19 nos abrigos para venezuelanos em Roraima**. Brasília: ONU, 2020. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 05/08/2021.

AGUIAR, F. **Comitê Federal apresenta balanço de ações de acolhimento de venezuelanos**. Brasília: Casa Civil, 2018. Disponível em: <www.casacivil.gov.br>. Acesso em: 05/08/2021.

ALBUQUERQUE, É. B. F. **Intervenção humanitária em contexto migratório venezuelano**: estudo de caso da ação do ACNUR e da OIM no estado de Roraima (Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteiras). Boa Vista: UFRR, 2021.

BAÚ, M. C. M. **Deslocamento venezuelano**: perspectivas sobre reconhecimento e acolhimento na fronteira (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Relações Internacionais). Boa Vista: UFRR, 2019.

BRASIL. **Percursos, percalços e perspectivas**: a jornada do projeto Atuação em Rede: capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil. Brasília: ESMPU/ACNUR, 2020.

CASTLES, S. "Entendendo a Migração Global - uma perspectiva desde a transformação social". **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 18, n. 35, 2010.

COELHO, M. A. G. **Os impactos da migração venezuelana para o estado brasileiro de Roraima, à luz da expressão econômica do Poder Nacional** (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Ciências Militares). Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2020.

CRUZ, G. L. **Um estudo sobre a Operação Acolhida** (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Ciências Militares). Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2020.

FERREIRA, A. "Projeto em Pacaraima acolhe refugiados e migrantes em situação de rua". **Portal Eletrônico do ACNUR** [15/01/2020]. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 05/08/2021.

FONTANA, E.; ZIMNOCH, L.; LORENTZ, L. A. "A Crise Migratória no Século XXI: A-nomalia ou Consequência da Política Internacional". **Revista Relações Internacionais para Educadores**, vol. 4, 2017.

JUBILUT, L. L. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

JUSBRASIL. "Acordo de Cooperação Técnica n. 35/2018, Processo n. 71000.031696/2018-00". **Portal Eletrônico Jus Brasil** [2021]. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso 05/08/2021.

LEÃO, R. Z. R. "CONARE: 14 anos de existência". **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, vol. 11, n. 11, 2011.

LEÃO, R. Z. R. "O reconhecimento do refugiado no Brasil no início do Século XXI". *In*: FERREIRA BARRETO, L. P. T. (org.). **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR/MJ. 2010.

LEÃO, R. Z. R. **CONARE**: Balanço de seus 14 anos de existência - 60 anos de ACNUR. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011.

LIMA, F. G. S.; RABELO, G. M. "O reflexo da migração de venezuelanos no mercado de trabalho formal e informal no estado de Roraima". **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, vol. 6, n. 4, 2019.

LIMA, J. C. F.; FERNANDES, G. **Migrantes em Roraima (Brasil)**: a massificação dos termos acolher/acolhimento. Boa Vista: UFRR, 2019.

MONASTERIOS, J. L. A. "Venezuelanos no Brasil: Relatório de Internalização - dezembro de 2019". **Jornal O Conservador** [02/02/2020]. Disponível em: <www.jornaloconservador.com.br>. Acesso em: 05/08/2021.

MOREIRA, J. B. "Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local". **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 22, n. 43, 2014.

NASCIMENTO, K. R. C. **Políticas públicas na educação**: a migração venezuelana no espaço escolar e urbano do município de Pacaraima – Roraima (Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteiras). Boa Vista: UFRR, 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. "Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)". **Portal Eletrônico da ONU** [2021]. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 05/08/2021.

R4V - Response for Venezuelans. "Brazil – Coordinationplatform for refugees and migrants from Venezuela". **Portal Eletrônico da R4V** [2021]. Disponível em: <www.r4v.info>. Acesso em: 05/08/2021.

SENHORAS, C. A. B. M.; SENHORAS, E. M. **Trinta anos de Delegacia da Mulher em Boa Vista (1986-2016)**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

SENHORAS, E. M. "Venezuela em rota de colisão: da estabilidade à crise". **Portal Eletrônico Jornal Roraima em Foco** [01/04/2019].

Disponível em: <www.roraimaemfoco.com>. Acesso em: 05/08/2021.

SENHORAS, E. M.; GAMA NETO, R. B. "Petróleo como Arma de Poder: Uma contextualização da Petrodiplomacia Venezuelana nas relações Internacionais". **Meridiano 47 – Journal of Global Studies**, vol. 10, n. 105, 2017.

VEDOVATO, L. R. **Direito dos refugiados e realidade**: a necessária diminuição das distâncias entre o declarado e o alcançado. 60 anos de ACNUR. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 2011.

CAPÍTULO 4

O Impacto da Migração Venezuelana na Tutela Jurídica da Saúde no Estado de Roraima

O IMPACTO DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA NA TUTELA JURÍDICA DA SAÚDE NO ESTADO DE RORAIMA

Nathália Santos Veras

Iara Loureto Calheiros

Elói Martins Senhoras

O interesse na presente pesquisa surgiu a partir discursos que colocam a migração venezuelana como um problema, em especial, discursos de autoridades locais que, em geral, utilizavam a migração como justificativa para prestação ineficiente de serviços públicos, dentre os quais a saúde.

Como registram Milessi *et al.* (2018), é frequente a utilização por autoridades locais de discursos com elementos xenofóbicos atribuindo a esse fenômeno a deficiência de serviços públicos, muitos dos quais possuem problemas estruturais e anteriores (MILESI *et al.*, 2018). O Governo do Estado de Roraima chegou a expedir decreto com limitações para acesso a serviços de saúde.

Esta proposta de estudo se justifica pela necessidade de análises sistematizadas que apliquem a literatura existente ao caso concreto e de levantamentos que permitam analisar o impacto da migração nos serviços de saúde. Assim, esta pesquisa partiu de levantamento de processos judiciais no Estado de Roraima, nos anos de 2015 a 2019, sobre demandas de saúde. O objetivo da pesquisa é identificar o impacto financeiro e aumento da demanda a partir dos processos judiciais.

A pesquisa caracteriza-se, portanto, como descritiva, de abordagem qualitativa e quantitativa e utiliza o método dedutivo.

Utilizaram-se os procedimentos metodológicos das pesquisas bibliográfica e documental. Delimitou-se a pesquisa documental aos processos judiciais eletrônicos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima que estão no sistema PROJUDI. Excluíram-se os processos do Juizado Especial da Fazenda Pública (que utiliza o sistema PJe) e os das Varas da Infância e Juventude por serem em sua grande maioria sigilosos. Aplicou-se o recorte temporal de 2015 a 2019 a fim de abarcar o início da migração, mas foram excluídos os processos iniciados a partir de 2020 em razão do tempo médio em que ocorre a tramitação até a sentença.

Na primeira seção, faz-se uma contextualização da migração venezuelana para Roraima. A seguir, abordam-se alguns elementos do discurso político sobre o impacto da migração venezuelana na saúde do Estado de Roraima e, ato contínuo, apresentam-se alguns dados sobre a utilização dos serviços de saúde por migrantes venezuelanos. Por fim, discorre-se sobre o resultado do levantamento realizado nos processos judiciais.

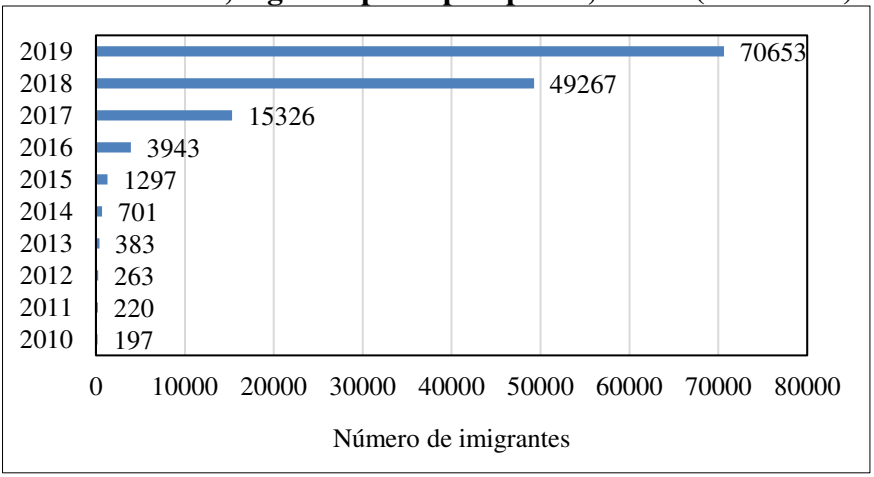
A MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA RORAIMA

O limite do Brasil com a Venezuela possui cerca de 2.199 quilômetros e é assinalado por 2973 marcos (BRASIL, 2002). Na fronteira, encontram-se as cidades gêmeas de Santa Elena de Uairén (Venezuela) e Pacaraima (Brasil), com uma distância de apenas 15 quilômetros entre elas. Em razão da proximidade, o fluxo entre as duas cidades sempre foi intenso, notadamente pela migração de curta duração para utilização de serviços e comércio.

De acordo com Rodrigues (2006), a Venezuela recebia mais brasileiros que o contrário, principalmente em meados das décadas de 1970, final da década de 1980 e 1990, pela migração de

garimpeiros brasileiros. Ainda segundo Rodrigues (*apud* ROSSI, 2017) a migração venezuelana começou pela classe média em direção à Espanha e aos EUA e posteriormente os mais pobres seguem o mesmo caminho, o que se intensifica já em 2010. Nesse mesmo período tem início a migração de retorno de brasileiros e depois intensifica-se a migração, que chegou aos maiores números a partir de 2017.

Gráfico 1 - Registros de imigrantes da Venezuela, de longo termo/residentes, por ano de entrada, segundo principais países, Brasil (2010-2019)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Polícia Federal - Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA, 2020 *apud* OBMIGRA, 2020).

Em razão da situação na Venezuela que sofre, dentre outros fatores com a hiperinflação e a crise política, intensificou-se a emigração. Em 2010, a Venezuela tinha 556.641 emigrantes e em 2017 já eram 1.642.442 (OIM, 2021c). Estima-se que cerca de que 5,4 milhões de venezuelanos tenham emigrado até o meio de 2020

(UM-DESA, 2020 *apud* OIM, 2021). Em 2015, entre 17 países, o Brasil estava no 14º, na frente apenas de Trinidad e Tobago, Uruguai e Peru, situação que se repete entre os países com dados em 2016 e passa para 10º lugar em 2017 (OIM, 2021b). Atualmente, em novembro de 2021, o Brasil é o 5º com mais população venezuelana na América Latina (R4V, 2021). Desde 2010, o número de nacionais da Venezuela que migram para o Brasil vem aumentando, conforme se verifica no Gráfico 1.

Conforme visto, os emigrantes venezuelanos mais que dobraram no mundo todo, o que se refletiu no Brasil. No entanto, deve-se esclarecer, que o grande aumento a partir de 2017, em especial dos pedidos de residência, se deveu em parte à Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, que entrou em vigor em novembro e tornou menos burocrática a regularização migratória (a Polícia Federal não possui dados para estimar a migração indocumentada). Até outubro de 2017, o maior número de solicitações era de refúgio, o que muda consideravelmente com a entrada em vigor da referida lei.

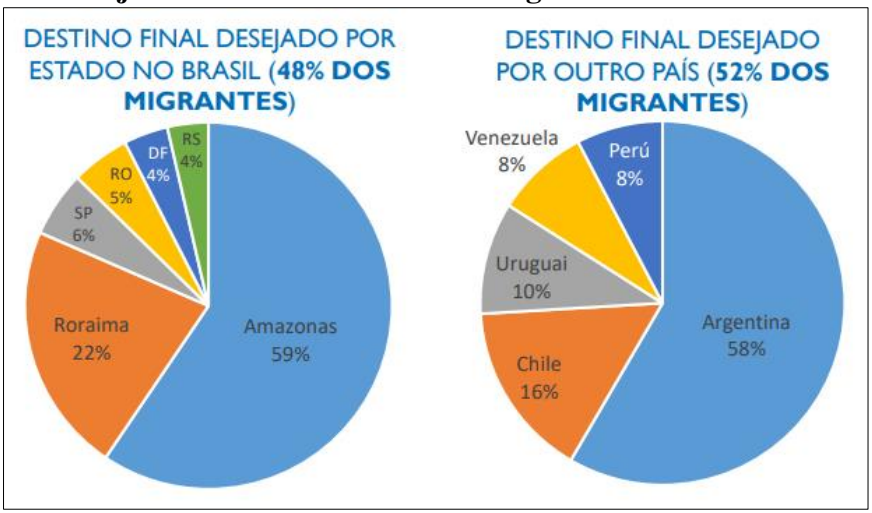
É pela cidade de Pacaraima, único ponto legal de acesso terrestre, que entram a maioria dos migrantes venezuelanos no Brasil. A maior parte se dirige à capital Boa Vista, que fica distante 215 quilômetros de Pacaraima, pois é na capital que se reúnem a maior parte dos serviços públicos e privados e do comércio. Nas palavras de Santos (2018, p. 39):

> [...] Boa Vista é pensada como um espaço que transcende o espaço geográfico circunscrito às cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén, uma vez que, por ser capital do Estado de Roraima, configura-se como um lugar de passagem para os brasileiros que emigram para a fronteira do Brasil/Venezuela e de recepção para a maioria dos venezuelanos que procuram Roraima para "fugir" da crise na Venezuela [...], além de ser o maior polo

econômico e de serviços mais próximo dessa fronteira.

Boa Vista também é passagem praticamente obrigatória aos migrantes que se destinam a outros lugares. É na capital que está o único aeroporto com voos para outros estados e é também por ela que passam as rodovias federais em direção ao Amazonas, única conexão terrestre do Estado de Roraima com outros estados, e em direção à República Cooperativista da Guiana. É também em Boa Vista que se localizam 12 (doze) dos 14 (catorze) abrigos da Operação Acolhida, que tem como como objetivo oficial "garantir o atendimento humanitário aos refugiados e migrantes venezuelanos em Roraima".

Gráfico 2 - Migrantes venezuelanos por destino
Desejado Gráfico – Destino dos migrantes venezuelanos



Fonte: OIM (2018).

Conforme dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), no *Displacement Tracking Matrix* (DTM) Brasil nº 1, pesquisa realizada de janeiro a março de 2018, Roraima não era o destino da maioria dos migrantes venezuelanos. Com efeito, 52% dos migrantes tinham como destino outro país e apenas cerca de 10,5% pretendiam permanecer no Estado de Roraima[2].

No DTM Brasil nº 2, pesquisa realizada de maio a junho de 2018, a maioria dos entrevistados disseram que desejavam permanecer no Brasil (90% dos entrevistados nos Bairros de Boa Vista e Pacaraima e 77% dos que estavam Posto Oficial da Fronteira entre Brasil e Venezuela em Pacaraima e na Rodoviária de Boa Vista). Dentre os que pretendiam permanecer no Brasil, 61% respondeu que o destino era Boa Vista.

É inegável o aumento da população venezuelana em Roraima, cuja população é pequena (estimada em 652.713 pessoas pelo IBGE em 2021). No entanto, o tamanho do estado, que também possui o menor PIB per capita e poucas oportunidades, aliado a outros fatores como a língua diferente, explica a não permanência de muitos migrantes (WOLF, 2021). Dos mais de 450 mil migrantes venezuelanos que chegaram ao Brasil, quase 270 mil migraram novamente (R4V, 2020 *apud* WOLFE, 2021).

Apesar do Brasil não ser um dos países que mais recebem migrantes venezuelanos, tornou-se frequente discursos que atribuem à migração venezuelana deficiências dos serviços públicos, dentre os quais na saúde pública.

[2] A pesquisa realizada pela OIM em 2018 tinha dois tipos de entrevista, uma para os migrantes que já moravam em Boa Vista e Pacaraima e outra para pessoas que estavam no Posto Oficial da Fronteira entre Brasil e Venezuela em Pacaraima, Aeroporto e Rodoviária de Boa Vista. Já a pesquisa de 2021, entrevistou apenas migrantes já residentes nos municípios de Roraima e por isso não são comparáveis. De acordo com a pesquisa de 2021, 88% das pessoas entrevistadas desejam ficar em Roraima, 11% irem para outro estado do Brasil, 0,5% voltar à Venezuela e 0,5% irem para outros países.

O DISCURSO POLÍTICO SOBRE O IMPACTO DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA NA SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA

Conforme visto no tópico anterior, a migração venezuelana vem aumentando desde 2010. Esse fato, aliado às crises econômica e política do país vizinho, permite concluir que o fluxo migratório da Venezuela para outros países, incluindo o Brasil, era previsível. Não obstante, a retórica que tem prevalecido desde 2016 é de "crise", fluxo "desordenado" e "inesperado"

As primeiras medidas adotadas com relação aos migrantes venezuelanos foram deportações coletivas (RUSEISHVILI *et al.*, 2018). Em outubro de 2016, a então Governadora Suely Campos emitiu o Decreto de n º 21.871-E (RORAIMA, 2016), que institui o Gabinete Integrado de Gestão Migratória, em dezembro do mesmo ano Decreto nº 22.199 declara de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (RORAIMA, 2016b) em razão do fluxo migratório, trazendo retóricas de "crise" e "emergência".

Apenas em 2017, foram tomadas medidas abrigamento de migrantes, inicialmente pelos governos municipal de Boa Vista e estadual em cumprimento a determinação de decisão judicial de dezembro de 2016 da 1ª Vara da Infância e Juventude[3]. Já estava presente o discurso que atribuía à migração venezuelana as deficiências no serviço público. Com efeito, a referida medida foi suspensa liminarmente ainda em 2016 quando se acataram os argumentos da Prefeitura Municipal de Boa Vista, dentre outros que

[3] Trata-se de medida protetiva de ofício de autos nº Medida Protetiva nº 0800206-42.2017.8.23.0010 proferida pelo Juiz Parima Dias Veras. É relevante esclarecer que a decisão em sede de medida protetiva de ofício foi tomada após o pedido do Ministério Público de Estado para institucionalizar todas as crianças que estivem em sinais, ainda que na companhia dos pais.

o cumprimento da decisão judicial levaria a saúde municipal ao caos. A liminar apenas foi revogada em outubro de 2017 (TJRR, 2017).

Em dezembro de 2017, o Decreto 24.469-E decreta situação de emergência social (RORAIMA, 2017). Ruseishvili *et al.* (2018, p 64-65) destaca algumas das retóricas:

> O texto do decreto [24.469-E], que já no seu título anuncia duplamente um estado de "emergência" e de "crise" — "decreta situação de emergência social, no estado de Roraima, afetado por intenso processo de imigração, ocasionado pela crise social - econômica na Venezuela" — produz um discurso performativo do desastre que por sua vez, legitima uma série de intervenções, normalmente ausentes na ordem cotidiana (OPHIR, 2010).
>
> [...]
>
> O texto do decreto define a migração venezuelana nos seguintes termos: i) "imigração intensa", ii) "inesperado e rápido aumento", iii) "fluxo imigratório intenso, ilimitado e desordenado". O estado de emergência social é argumentado por meio das expressões: i) "agravamento da situação no estado de Roraima", ii) "as sérias dificuldades enfrentadas pelas equipes estaduais quanto ao apoio humanitário e logístico (recepção, acolhimento e desligamento) [...], que extrapolam completamente a normalidade da execução de políticas públicas estaduais", iii) "sérios riscos à saúde e segurança dos imigrantes e dos nacionais", iv) "riscos decorrentes da situação de anormalidade".

Em 2018, a Governadora Suely Campos assina outro Decreto, o de nº 25.862-E, exigindo a apresentação de passaporte válido para acesso a serviços de saúde (RORAIMA, 2018). A

medida gerou reação de várias instituições governamentais e da sociedade civil e a declaração judicial de inconstitucionalidade.

Em sentido similar, a Lei Municipal nº 2.074, de 7 janeiro de 2019 (BOA VISTA, 2019), aprovada pela Câmara de Vereadores de Boa Vista, limitava a 50% o número de vagas para atendimento de migrantes na rede municipal de saúde. A lei foi vetada pela então Prefeita Tereza Surita, mas o veto foi derrubado pela Câmara. A própria Prefeitura Municipal de Boa Vista propôs ação direta de inconstitucionalidade, julgada procedente (TJRR, 2021).

Tornou-se cada vez mais frequente discursos de autoridades políticas que imputavam à migração venezuelana as deficiências no serviço público, mesmo que tivessem problemas estruturais. Nesse sentido, Milessi *et al.* (2018, p 57) afirmam que:

> Na narrativa construída, nota-se a clara intenção de responsabilizar exclusivamente os venezuelanos por diversos problemas observados em Roraima, muitos dos quais têm causas estruturais e já estavam presentes antes mesmo da atual conjuntura migratória. Ao fazê-lo, os políticos locais buscam isentar-se de suas responsabilidades pela precariedade dos serviços públicos, desviando a atenção das reais causas dos problemas e utilizando os imigrantes como bode expiatório.

Milessi *et al.* (2018, p. 58) citam ainda argumentos utilizados pelo Estado de Roraima na Ação Civil Originária 3121, tais como o reaparecimento do sarampo e crescimento de casos de malária:

> Desde 2017, a Venezuela enfrenta uma epidemia de sarampo e há, de fato, indícios de que o vírus em circulação no Brasil esteja relacionado a esta situação

> no país vizinho (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). No entanto, o argumento discriminatório se evidencia ao se observar a solução proposta para lidar com o surto da doença, qual seja, a criação de uma barreira sanitária na fronteira. Assim, ao invés de se focar na contenção da circulação do vírus por meio de campanhas de vacinação, propõe-se impedir a circulação de pessoas, argumento repetido várias vezes por governantes locais e também por parlamentares roraimenses. Fazendo uma analogia, seria como se o combate ao surto de sarampo que ocorreu no Ceará dependesse de impedir a mobilidade da população do estado no território nacional, algo que soa absurdo. Parte-se, portanto, de fatos reais, mas chega-se a conclusões falaciosas.
>
> No caso da malária, por exemplo, depois de seis anos de queda, em 2017 a doença voltou a crescer no Brasil. De maneira oportunista, as autoridades locais passaram a associar a alta dos casos da enfermidade ao fluxo migratório. Porém, especialistas atribuem o aumento à redução de investimento nas ações de combate à malária e, apesar de a Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde afastar "qualquer relação do aumento [do número de casos de malária] com a imigração de pessoas procedentes da Venezuela", esse argumento continua a ser reproduzido, estando presente, inclusive, na ACO 3121 (FORMENTI, 2018).

Tais alegações de aumento da demanda por serviços de saúde em razão da migração e que isso traria como consequência a ausência de leitos, insumos, entre outros problemas, são com frequência repetidas pela mídia. Em matéria publicada 26 de agosto de 2018 na Folha de São Paulo (MELLO; PRADO, 2018), afirma-se que havia 50 mil venezuelanos em Roraima dos 127 mil que migraram. Ocorre que, em todo o país, havia 35 mil venezuelanos em 2017

(OIM,2021b) e 59.340 em julho de 2018 (R4V, 2021). Isso ocorria pela frequente divulgação tendenciosa pelos governos municipal e estadual de dados de entrada de migrantes, desconsiderando as saídas.

A matéria continua afirmando o aumento do número de atendimentos de venezuelanos de 2.643% ("628 em 2015 e 10.040 até julho" de 2018) no Hospital Geral de Roraima e de 102% na maternidade (de 566 em 2017 para 571 no primeiro semestre de 2018). Na mesma perspectiva, matéria publicada em 09 de maio de 2019 pelo Correio Braziliense (AGÊNCIA BRASIL, 2018), afirma que segundo o Governador Antônio Denarium, "50% dos leitos de Roraima estão ocupados pelos venezuelanos" e citando a chegada de "cerca de 200 mil venezuelanos" no país.

Tabela 1 - Número de leitos, população residente e proporção, Roraima (2013-2021)

Ano	SUS	Não SUS	Total de leitos	População residente	Leitos a cada mil pessoas
2013	797	63	860	488.072	1,7
2019	1.006	61	1.067	605.761	1,7
2020	1.439	88	1.527	631.181	2,4
2021	1.215	62	1.277	652.713	1,9

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES (BRASIL, 2021), Estimativas de População (IBGE, 2021a).

Notas: i) Para o número de leitos foram consideradas as informações de julho de cada ano; ii) as estimativas da população possuem data de referência em 1º de julho; iii) deve-se observar que o número de leitos foi aumentado em razão da pandemia da COVID-19 em 2020 e 2021, sendo que em julho de 2020, o número de leitos era de 1.527 (1.439 do SUS e 88 não SUS), havendo diminuição em 2021.

A despeito do aumento da população, é temerário atribuir à migração Venezuela o caos dos serviços públicos, inclusive da saúde. Em 2013, o Tribunal de Contas da União realizou um

diagnóstico da situação da assistência hospitalar no Estado de Roraima, que levantou dados dos Indicadores e Dados Básicos (IDB) de 2009 do Datasus. O estado possuía 2,42 leitos para cada mil habitantes em 2003 e, embora a população tenha aumentado, em 2009, eram apenas 1,72 leitos para cada 1.000 habitantes em 2009, o que o colocava na 3ª pior quantidade de leitos do país. O documento ressaltou que nas últimas duas décadas, Roraima foi o Estado com maior crescimento populacional e, apesar de ser também o estado com maior gasto per capita com saúde, teve diminuição na proporção de leitos (Tabela 1).

Observe-se que de 2013 a 2019, a proporção do número de leitos a cada mil habitantes não sofreu alteração. Embora em 2021 tenha havido aumento da proporção, não se sabe se os leitos existentes permanecerão após a pandemia, uma vez que de 2020 a 2021 já houve diminuição. Em relação ao número de leitos não SUS, praticamente não houve alteração, apenas em 2020 que o número foi elevado para 88, retornando a 62 em 2021. No tocante aos leitos do SUS, houve aumento proporcional de leitos, com ressalva em 2020, cujo número chegou a representar 2,4 leitos a cada mil habitantes, mas voltou a diminuir em 2021.

Ainda de acordo com o TCU (2013), sempre há filas para atendimento no Hospital Geral de Roraima (HGR), principal hospital do estado de Roraima e que possuía 36,74% dos leitos de todo o Estado. O excesso da demanda do HGR teria, dentre outras causas "a completa desarticulação das Unidades Básicas de Saúde, as quais, muitas vezes, não possuem médicos e insumos", "o fracasso do Programa 'Estratégia de Saúde da Família' no estado de Roraima". Consta ainda a informação de que "alguns pacientes são internados sem que existam 'camas' para serem alocados".

De 2013, data do diagnóstico do TCU, até 2019 não houveram grandes avanços na prestação de sérvios de saúde no

Estado de Roraima, o que pode ser observado na Tabela 1 e também na Tabela 2.

Tabela 2 - Indicadores selecionados da Pesquisa Nacional de Saúde, Roraima, (2013-2019)

Indicadores	2013		2019	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Pessoas que têm plano de saúde (médico ou odontológico) por mais de um ano sem interrupção	32mil	7,4	44 mil	8,3
Pessoas que conseguiram obter no serviço público de saúde pelo menos um dos medicamentos receitados no último atendimento de saúde	14 mil	43,9	19 mil	52,3
Pessoas que procuraram atendimento de saúde nas duas últimas semanas anteriores à data da pesquisa e conseguiram atendimento na primeira vez que procuraram	44 mil	89	49 mil	66,7
Domicílios cadastrados em unidade de saúde da família	61 mil	51,6	79 mil	51,8
Domicílios que receberam pelo menos uma visita de algum agente de endemias nos últimos 12 meses	95 mil	80	99 mil	64,7

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013 e 2019 (IBGE, 2015; 2020).

Notas: i) em 2019, Roraima tinha 153 mil domicílios; ii) optou-se por colocar os dados da PNS 2013 (IBGE, 2015) e 2019 (IBGE, 2020), mas é necessário prudência ao comparar os dados. Na PNS 2019, utilizou-se para o cálculo dos pesos amostrais a revisão da projeção da População, divulgada em 2018, para o período de 2010-2060 pelo Método das Componentes Demográficas. Assim, para garantir a comparabilidade, o IBGE está adequando os fatores de expansão da PNS 2013 (IBGE, 2021b).

Verifica-se que não houve grandes avanços entre 2013 e 2019. Especialmente se comparados os números absolutos, vê-se que com relação às pessoas que conseguiram obter no serviço público de saúde pelo menos um dos medicamentos receitados no último atendimento de saúde, que conseguiram atendimento na primeira vez que procuraram atendimento de saúde e domicílios que receberam pelo menos uma visita de algum agente de endemias nos últimos 12 meses, houve pouquíssimo aumento em números absolutos. Em outras palavras, apenas o aumento da população do Estado, que tem uma das maiores taxas de crescimento, já traria problemas no número de vagas existentes e no controle de doenças. Note-se ainda o fator preocupante do número de domicílios cadastrados em unidade de saúde da família, que em termo proporcionais permaneceu praticamente igual e, em termos absolutos, em 5 (cinco) anos aumentou em apenas 18 mil o número de cadastros.

Chama a atenção a pouca participação do setor privado na prestação dos serviços de saúde. Conforme visto, o aumento do número de leitos hospitalares ocorreu apenas no SUS, tendo inclusive decrescido uma unidade, comparando-se 2013 w 2021. Conforme a PNS 2019 (IBGE, 2020), a cobertura de plano de saúde médico era de 7,4%, o que colocava o estado de Roraima na 3ª pior colocação.

Diante do exposto, verifica-se que a situação da saúde no estado de Roraima é estrutural, o que não é atribuível à migração venezuelana. A fim de verificar o potencial de impacto no sistema de saúde, no próximo tópico, serão abordas algumas pesquisas acerca da utilização dos serviços de saúde por migrantes venezuelanos.

A UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE POR MIGRANTES VENEZUELANOS

Conforme visto, os discursos de autoridades locais e da mídia é reiterado no sentido do aumento da demanda de saúde. No entanto, os dados apontam que há um problema estrutural que precede à migração venezuelana. Em outras palavras, não se pode imputar à migração os problemas na saúde pública do Estado de Roraima. Por outro lado, sabe-se que o aumento da população deve gerar aumento da demanda por serviços públicos. Isso é inclusive almejável, desde que de forma preventiva. Passa-se, portanto, a analisar a utilização dos serviços de saúde por migrantes no estado.

Barreto *et al.* (2018) entendem que a questão do aumento na demanda assistencial nas unidades de saúde do estado demanda estudos aprofundados, pois a mera análise numérica não é suficiente para avaliar o impacto da migração na saúde. Os autores ponderam que o quantitativo de atendimentos pode não causar muitas mudanças no cotidiano dos estabelecimentos de saúde, em razão de que a demanda já apresenta normalmente sazonalidade, como ocorre no inverno (doenças respiratórias) e após (aumento de dengue, zika e chikungunya). Os autores (2018, p. 372) argumentam ainda que a procura pelos serviços "vem ocorrendo de maneira paralela e proporcional a entrada dos imigrantes, e considerando o tempo de instalação deste processo migratório, os serviços de saúde já deveriam apresentar respostas". Contudo, conforme visto anteriormente, os serviços de saúde não se prepararam adequadamente sequer para o crescimento da população anterior à migração venezuelana.

Outro fator que deve ser acrescido, é a melhoria dos registros das unidades de saúde, ponderação realizada pela própria Secretaria

Estadual de Saúde (SESAU, 2018) no Boletim Epidemiológico nº 03 (atualizado em 20/03/2018):

> No período de 2014 a 2017, foram registrados 62.113 atendimentos a venezuelanos nas unidades de saúde do estado, o que representa 4,2% dos 1.406.175 atendimentos registrados no período (Figura 1). Em 2014, apenas a capital do Estado registrou atendimentos a venezuelanos (766). Entre os anos de 2015 e 2016, houve um incremento substancial no número de atendimentos a imigrantes venezuelanos, passando de 7.457 em 2016 para 50.826 em 2017.
>
> A Tabela 2 mostra a distribuição dos 1.199.719 atendimentos realizados na capital do Estado, Boa Vista, no mesmo período. Os atendimentos a imigrantes venezuelanos também representaram 4,2% do total geral dos atendimentos registrados para a capital no período. Para o ano de 2014 a proporção de atendimentos a venezuelanos com relação aos atendimentos a população geral foi de 0,5%, passando para 0,6% em 2015, 1,0% em 2016 e 10,7% em 2017. Assim, observa-se um incremento de mais de 10 vezes entre os anos de 2016 e 2017. Além do aumento expressivo no fluxo migratório, esse incremento substancial nos atendimentos a venezuelanos também pode ser explicado, em parte, pela melhoria no registro dos atendimentos nas unidades de saúde.

Levando em consideração os fatores mencionados acima, deve-se olhar com cautela os números de atendimentos da população imigrante venezuelana. Os dados podem não corresponder totalmente ao aumento da demanda, mas ter influência da melhoria dos registros, especialmente considerando-se a proximidade geográfica e os movimentos pendulares para busca de serviços.

Tabela 1 - Demonstrativo do número absoluto de casos de HIV/AIDS adulto em estrangeiros, segundo ano de diagnóstico em Roraima

ESTRANGEIROS	2018	2019	TOTAL
Venezuelano	196	179	375
Guianense	2	2	4
Cubano	2	1	3
Haitiano	1	0	1
TOTAL	**201**	**182**	**383**

Fonte: SINAN-NET (20/07/2020 *apud* SESAU, 2020, p. 143).

Feita essa ressalva, deve-se observar que a busca por serviços, em especial nos primeiros anos da migração, pode ter tendido não para atenção primária, mas para assistência em casos mais graves. De acordo com os Relatórios Epidemiológicos de Roraima de 2017 (SESAU, 2018c), 2018 (SESAU, 2019) e 2019 (SESAU, 2020), houve aumento considerável dos casos de HIV/Aids de pessoas residentes na Venezuela (Tabela 4).

Tabela 2 - Número de casos de tuberculose notificados por tipo de entrada e local de residência - Roraima (2018)

	LOCAL DE RESIDÊNCIA				
	Roraima	**Amazonas**	**Guiana**	**Venezuela**	**Total**
Casos Novos	173	07	03	55	238
Transferência	06	02	01	06	15
Reing. Após Abandono	09	0	0	02	11
Recidiva	05	0	0	01	06
Pós Obito	04	0	0	0	04
Total	**197**	**09**	**04**	**64**	**274**

Fonte: SINANNET/PCT dados sujeitos a alterações (*apud* SESAU, 2019, p. 195).

Tabela 3 - Casos de tuberculose notificados em Roraima por Tipo de Entrada e Nacionalidade (2019)

NÚMERO	NACIONALIDADE						
	Brasil	**Argentina**	**Guiana**	**Venezuela**	**Portugal**	**Bangladesh**	**Total**
Casos Novos	222	01	04	73	01	01	302
Transferência	11	0	0	04	0	0	15
Reing. Após Abandono	07	0	0	01	0	0	08
Recidiva	04	0	0	0	0	0	04
Pós Óbito	05	0	0	0	0	0	05
Total	**249**	**01**	**04**	**78**	**01**	**01**	**334**

Fonte: SINANNET/PCT *apud* SESAU (2020, p. 163).

Note-se que as tabelas 1 e 3 mostram os casos por nacionalidade, enquanto a tabela 2 traz números por local de residência. Ao verificar diretamente o Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN), no link disponibilizado pela SESAU, não foi encontrada a opção de seleção "por nacionalidade". Em pesquisa por país de residência, foram encontrados dados bastante diferentes daqueles disponibilizados nos documentos oficiais da SESAU e incapazes de onerar o sistema de saúde do Estado de Roraima. Mesmo em comparação com a tabela 4, embora coincidam os números de casos de residentes na Venezuela, os referentes aos números totais de casos notificados no Estado de Roraima divergem (tabela 4).

Nota-se que mesmo diante de fontes oficiais é difícil verificar com exatidão o número de atendimentos e casos de venezuelanos ou pessoas residentes na Venezuela a fim de buscar identificar efetivamente o impacto na saúde.

Tabela 4 - Agravos notificados por agravos selecionados em Roraima, total e país de residência Venezuela

Agravo	2017		2018		2019	
	Total	VE	Total	VE	Total	VE
Atendimento anti-rabico	4.222	6	4.054	18	4.314	9
Doença de chagas aguda	3	0	3	0	19	0
HIV gestante	60	1	66	1	75	1
Aids	605	17	661	60	599	29
Tuberculose	226	10	285	55	357	73
Sífiles em adulto (excluída a forma primária)	350	1	56	0	17	0
Meningite	42	1	18	1	40	3
Hanseníanse	195	0	144	0	130	1
Hepatites virais	723	7	570	5	374	1

Fonte: SINAN/NSIS/DVE/CGVS/SESAU-RR. Disponível em: <https://saude.rr.gov.br>. Acesso em: 29/11/2021.

Segundo levantamento realizado por Barreto *et al.* (2018, p. 370), a utilização de serviços de saúde em hospitais é 4,2 vezes maior entre os migrantes documentados, os autores afirmam que:

> Os migrantes ilegais têm maior dificuldade de aceso aos serviços de saúde, tendo em vista as questões burocráticas do serviço, como por exemplo a necessidade do Cartão do SUS para receber atendimento em Unidades Básicas de Saúde, sendo assim já é possível perceber que os migrantes tentem *[sic]* a procurar por assistência à saúde somente em situação de extrema emergência, quando o Sistema permite o atendimento sem a apresentação de Cartão do SUS e o paciente grave demanda sim por maiores procedimentos, inclusive mais dispendiosos, por tanto vale a reflexão de que a ampliação do atendimento primário seria necessária, para minimização dos impactos, tanto epidemiológicos como econômicos.

Ainda há narrativas de migrantes que referem não ter conseguido atendimento em razão da exigência de CPF para tirar o cartão do SUS, mas isso vem diminuindo nos últimos anos. O pessoal que trabalha no atendimento da saúde está mais informado e já não é tão regra tais exigências, embora ainda seja frequente. A própria população imigrante está mais informada, o que se deve em grande parte aos serviços prestados por instituições públicas e privadas na Operação Acolhida. Segundo pesquisa da OIM (2021), realizada nos municípios de Roraima[4], 96% dos migrantes venezuelanos entrevistados responderam que buscam postos de saúde ou hospitais quando apresentam algum problema de saúde.

Em pesquisa publicada em 2019, a partir de questionário estruturado aplicados a migrantes venezuelanos, com mais de 18 anos e que foram atendidos no SUS/RR, Lourenco *et al.* (2020) obteve o resultado apenas 9% teriam descoberto sozinho como funciona o SUS e 4% ainda não sabia como funcionava. Infelizmente, dentre as opções (amigos, meios de comunicação e sozinho), não há orientações de instituições, como organizações internacionais presentes nos abrigos e outros pontos de atendimento. Merece destaque ainda que 20% afirmaram ter sido vítima de preconceito em razão da origem e a mesma quantidade ter sido ignorado. Apenas 60% disseram que tiveram os problemas resolvidos. Positivamente, 93% afirmam que voltariam a utilizar o serviço.

Diante do exposto, verifica-se que os migrantes estão tendo acesso aos serviços de saúde. No entanto, a dificuldade em obter fontes comparáveis de dados dificulta a verificação do impacto da migração venezuelana no sistema de saúde do Estado de Roraima.

[4] A pesquisa aplicou 1.055 questionários, sendo assim distribuídos: Boa Vista (656), Pacaraima (89), Amajari (14), Alto Alegre (22), Mucajaí (42), Iracema (25), Normandia (8), Cantá (13), Bonfim (16), Caracaraí (34) São Luiz (23), Rorainópolis (56), São João da Baliza (34), Caroebe (23). A pesquisa utilizou a técnica da bola de neve e nenhum questionário foi aplicado no Uiramutã.

O IMPACTO DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA NA TUTELA JURÍDICA DA SAÚDE NO ESTADO DE RORAIMA

Realizou-se levantamento de processos no sistema PROJUDI no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR). É necessário esclarecer que o levantamento não abarcou o sistema PJe (utilizado no Juizado Especial da Fazenda Pública do TJRR), as Varas da Infância e Juventude da Comarca de Boa Vista (em razão de serem, em sua grande maioria, segredo de justiça) nem os processos na Justiça Federal.

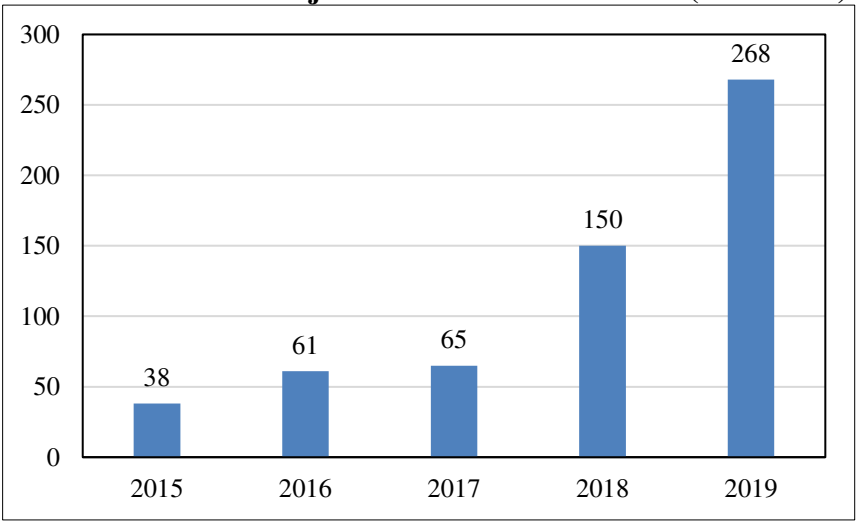
O recorte temporal abrangeu de 2015 a 2019. Levou-se em conta o período de maior número da migração venezuelana. Optou-se por não incluir 2020 em razão da demora comum dos processos judiciais para obter decisão terminativa (em média, cerca um a dois anos) e ainda que, em razão da pandemia, houve restrições à entrada de migrantes (comumente denominadas de "fechamento da fronteira")[5].

Deve-se esclarecer que o sistema PROJUDI passou a ser utilizado no TJRR em 27 de janeiro de 2007, inicialmente nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Capital. Em 2011, o sistema já estava em uso em todas as varas cíveis da capital e das comarcas do interior (CNJ, 2011). Assim, é improvável que algum processo de 2015 e 2016 não esteja no PROJUDI. A partir de 2017 (TJRR, 2017a), todos os processos judiciais do Estado de Roraima estão no PROJUDI, com exceção daqueles do Juizado Especial da Fazenda Pública (que estão no PJe), não havendo risco de exclusão dos processos inseridos nos recortes metodológicos.

[5] A Portaria nº 120, de 17 de março de 2020, restringiu a entrada de pessoas pela fronteira terrestre com a Venezuela, cujas restrições só foram retiradas pela Portaria nº 655, de 23 de junho de 2021. Embora as portarias não sejam capazes de encerrar o fluxo migratório, oficialmente houve diminuição da entrada e ausência de regularização migratória, o que acaba por restringir a busca de serviços de saúde.

Partindo-se para a análise dos resultados, observa-se que a quantidade de processos com demandas de saúde veio aumentando nos últimos anos, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 – Processos judiciais de tutela da saúde (2015-2019)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: TJRR (2015-2019).

Assim, ao se iniciar o levantamento, tinha-se a hipótese do aumento elevado de ações judiciais que tinham no polo ativo imigrantes venezuelanos. No entanto, o resultado da pesquisa surpreendeu. De 2015 a 2017, não há registro de nenhum processo cujo polo ativo (autor/requerente) tivesse migrantes venezuelanos, em 2018 e 2019 há apenas 2 e 9 processos, respectivamente.

Em que pese o resultado da pesquisa ter mostrado pouquíssimos processos cujo requerente fosse migrante venezuelano, os dados não são menos importantes. Tais números podem condizer com a quantidade de migrantes venezuelanos

residentes no Estado de Roraima. Observa-se que 2 de 150 representa 1,33% e 9 de 268 representa cerca de 3%. No entanto, isso só será confirmado com a realização do Censo Demográfico, uma vez que os números de entradas, solicitações de residência e refúgio em Roraima não refletem com exatidão a população que permanece.

Há ainda a hipótese de ausência de acesso aos próprios serviços de saúde, o que é provável para uma parcela da população migrantes, como óbices de atendimento pela ausência de CPF ou comprovante de residência, exigências que não são feitas pelo ordenamento jurídico brasileiro, mas são encontradas com frequência nas narrativas dos migrantes. Contudo, essa hipótese parece ser a mais correta, inclusive, como visto no tópico anterior 96% dos migrantes venezuelanos entrevistados referem buscar atendimentos em postos de saúde ou hospitais quando apresentam algum problema de saúde (OIM, 2021).

Outra hipótese é de limitações ao acesso à justiça, o que pode ocorrer não apenas pelo fator econômico, mas também por fatores socioculturais e fatores psicológicos. A população migrante apresenta vulnerabilidade inerente, que é agravado pela dificuldade de comunicação e pela carência financeira. No entanto, para confirmar essa hipótese, são necessárias pesquisas complementares.

O acesso à justiça é considerando um direito humano básico. Não se trata do direito de ter êxito em eventual ação judicial, mas de poder submeter uma questão jurídica ao crivo do Poder Judiciário. Cappeletti e Garth (2002) afirmam que para garantir o acesso à justiça, o primeiro passo é identificar os obstáculos. Os autores apontam os seguintes obstáculos: 1) custas judiciais: o alto custo financeiro dos processos judicias e a demora para obter o provimento jurisdicional; 2) possibilidades das partes: carência de recursos financeiros, aptidão para reconhecer um direito juridicamente exigível, a desvantagens dos litigantes eventuais (em relação aos habituais com maior experiência judicial, como os entes públicos); e

3) dificuldade de coordenação para defesa de interesses difusos (que dizem respeito a um número indeterminado de pessoas).

A partir de Cappeletti e Garth (2002), pode-se dividir os obstáculos do acesso à justiça em: 1) judiciais; 2) econômicos; e 3) socioculturais. A demora na prestação jurisdicional tem sido reduzida com a adoção do processo judicial eletrônico. As demandas de saúde, pela pesquisa realizada, demoram em média 1 ano e 9 meses entre o início (protocolo da petição inicial) e uma decisão de mérito (sentença).

O custo financeiro pode ser reduzido em razão da concessão da gratuidade da justiça (isenção ou redução de custas) e da assistência jurídica gratuita (exercida pela Defensoria Pública), porém ainda se encontram presentes especialmente considerando-se a ausência de estrutura das Defensorias Públicas que, em geral, contam em seus quadros com número insuficiente de defensores e servidores, bem como de técnicos aptos a prestarem assistência técnica (psicólogos, médicos, contadores, entre outros).

Da mesma forma, os empecilhos econômicos não se encontram presentes apenas nas custas e taxas judiciais e honorários dos advogados, mas na impossibilidade de contratar assistente técnico e não raras vezes em arcar com outras despesas que interferem na possibilidade de receber assistência jurídica (custo de obtenção de documentos, transporte para comparecimento em perícias, na Defensoria Pública e em audiências, entre outros).

Os empecilhos socioculturais são provavelmente os que mais impossibilitam o acesso à justiça. Dentro desses obstáculos, encontram-se a língua, a ausência de informações, dificuldades na obtenção de documentos aptos a instruírem ações judiciais, tais como laudos, exames e prontuários médicos (muitas vezes em razão da xenofobia e outras por burocracias) e ainda fatores psicológicos, como acreditar que por ser migrante ou não estar com situação

migratória documentada não possui direito, ou que a Justiça só é feita para quem possui dinheiro, entre outros.

Diante do exposto, verifica-se que o número de processos com demandas de saúde propostos por migrantes venezuelanos não condiz com a população residente no estado de Roraima. Isso se deve, provavelmente, por limitações ao acesso à Justiça. No entanto, para confirmar a hipótese, bem como verificar quais obstáculos estão presentes em maior ou menor grau, são necessários outros estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, buscou-se verificar o impacto da migração venezuelana no sistema de saúde do Estado de Roraima a partir de revisão da literatura, levantamento de dados oficiais e de pesquisa documental em processos judiciais de 2015 a 2019. O estudo se justificava em razão dos discursos oficiais, repetidos pela mídia, atribuírem à migração venezuelana à situação problemática do sistema de saúde.

Em que pese ao se iniciar o estudo já se supunha que os discursos apresentassem conteúdos tendenciosos e xenofóbicos, acreditava-se que, de fato, teria ocorrido impacto na saúde e se propunha, diante de um corte metodológico, identificar o impacto parcial. A pesquisa tornaria possível identificar, ao menos, o valor gasto com s condenações impostas judicialmente nos processos de tutela da saúde, comparando-se os valores ano a ano por nacionalidade.

No entanto, o resultado da pesquisa surpreendeu ao encontrar em 2018 e 2019, respectivamente, apenas 2 (de um total de 150) e 9 (de um total de 268) processos cujo requerente possuía nacionalidade venezuelana. A pesquisa, ao invés de respostas,

levantou outras hipóteses: a) o número de processos coincide com a população imigrante venezuelana que efetivamente reside em Roraima; b) há dificuldade de acesso aos serviços de saúde por essa população; e c) há obstáculos que dificultam e/ou impedem de acesso à justiça.

É possível inda que as três alternativas estejam parcialmente corretas. O levantamento realizado nos 582 (quinhentos e oitenta e dois) processos judiciais de 2015 a 2019 revelam algumas hipóteses, que para serem confirmadas ou não demandam outros estudos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. "Roraima pede apoio para conter impactos da migração de venezuelanos". **Correio Brasiliense** [09/05/2019]. Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 28/11/2021.

BARRETO, T. M. A. C.; BARRETO, F.; FERKI, G. P. S.; RODRIGUES, F. "Os impactos nos serviços de saúde decorrentes da migração venezuelana em Roraima: ensaio reflexivo". *In*: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (coords.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018.

BOA VISTA. **Lei n. 2.074, de 26 de dezembro de 2019**. Disponível em: <www.boavista.rr.leg.br>. Acesso: 29/11/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil. "Datasus". **Portal Eletrônico do CNES** [2021; 2012]. Disponível em: <www.tabnet.datasus.gov.br>. Acesso em: 29/11/2021.

BRASIL. “Operação Acolhida”. **Portal Eletrônico do Governo Federal** [2021]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 28/11/2021.

BRASIL. Operação Acolhida. Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes. “Migração Venezuelana Jan 2017 - Out 2021”. **Portal Eletrônico do Governo Federal** [2021]. Disponível em: < www.gov.br>. Acesso em: 28/11/2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. “1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Resumo histórico: Limites entre o Brasil e a Venezuela”. **Portal Eletrônico do Ministério de Relações Exteriores** [2002]. Disponível em: <www.sistemas.mre.gov.br>. Acesso em: 15/11/2021.

CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Cidades”. **Portal Eletrônico do IBGE** [2021]. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 28/11/2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Estimativas de População”. **Portal Eletrônico do IBGE** [2021a]. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 28/11/2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Pesquisa nacional de saúde: 2013” **Portal Eletrônico do IBGE** [2015]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28/11/2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Pesquisa nacional de saúde: 2019”. **Portal Eletrônico do IBGE** [2020]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28/11/2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Pesquisa nacional de saúde: 2019”. **Portal Eletrônico do IBGE** [2021b]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 28/11/2021.

LOURENÇO, A. K. S.; SEQUEIRA, B. J.; ALHO, R. C. R. M.; GOMES, D. A. B. L. “Percepção dos refugiados venezuelanos a respeito do sistema único de saúde no extremo norte do Brasil”. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, vol. 12, 2020.

MELO, P. C.; PRADO; A. “Venezuelanos sobrecarregam serviços públicos em RR, que vive crise fiscal”. **Folha de São Paulo** [26/08/2018]. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 29/11/2021.

MILESI, R.; COURY, P.; ROVERY, J. “Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual”. **Revista Aedos**, vol. 10, n. 22, 2018.

OBMIGRA – Obserrvatório das Migrações Internacional. “Relatório anual 2020: Resumo executivo”. **Portal Eletrônico do OBMIGRA**. Disponível em: <www.portaldeimigracao.mj.gov.br>. Acesso em: 28/11/2021.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. “Displacement Tracking Matrix Brasil n. 1 (Monitoramento do Fluxo Migratório Venezuelano)”. **Portal Eletrônico da OIM** [2018]. Disponível em: <www.iom.int>. Acesso em: 28/11/2021.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. “Displacement Tracking Matrix Brasil n. 2 (Monitoramento do Fluxo Migratório Venezuelano, com ênfase em crianças e adolescentes)”. **Portal Eletrônico da OIM** [2018]. Disponível em: <www.iom.int>. Acesso em: 28/11/2021.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. “Displacement Tracking Matrix Brasil n. 6 (Monitoramento do Fluxo da População Venezuelana)”. **Portal Eletrônico da OIM** [2021]. Disponível em: <www.iom.int>. Acesso em: 28/11/2021.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. “Migration Data Portal (Total number of emigrants at mid-year 2020). **Migration Data Portal** [20/01/2021a]. Disponível em: <www.migrationdataportal.org>. Acesso em: 28/11/2021.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. “Estimate of Venezuelan Migrant Stocks in Selected Countries”. **Migration Data Portal** [20/01/2021b]. Disponível em: <www.migrationdataportal.org>. Acesso em: 28/11/2021.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. “Table: Estimates of Venezuelan Migrant Stocks in Regions”. **Migration Data Portal** [20/01/2021c]. Disponível em: <www.migrationdataportal.org>. Acesso em: 28/11/2021.

R4V. “Reporting dates and frequency vary from country to country”. **Venezuelan population registered by the R4V** [2021]. Disponível em: <www.r4v.info>. Acesso em: 28/11/2021.

RODRIGUES, F. “Migração transfronteiriça na Venezuela”. **Revista Estudos Avançados**, vol. 20, n. 57, 2006.

RORAIMA. **Decreto n. 21.871-E, de 17 de outubro de 2016**. Disponível em: <www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em: 28/11/2021.

RORAIMA. **Decreto n. 22.199-E, de 6 de dezembro de 2016** [06/12/2016b]. Disponível em: <www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em: 28/11/2021.

RORAIMA. **Decreto 24.469-E, de 4 de dezembro de 2017**. Disponível em: <imprensaoficial.rr.gov.br>. Acesso em: 28/11/2021.

RORAIMA. **Decreto 25.681-E, de 1 de agosto de 2018**. Disponível em: <www.tjrr.jus.br>. Acesso em: 28/11/2021.

ROSSI, M. "Na Venezuela não há comida, mas no Brasil sim: a nova fuga da fome na fronteira do norte". **Jornal El país** [13/03/2017]. Disponível em: <www.brasil.elpais.com>. Acesso em: 21/11/2021.

RUSEISHVILI, S.; CARVALHO, R. C.; NOGUEIRA, M. F. S. "Construção social do estado de emergência e governança das migrações. O Decreto Estadual n. 24.469-E como divisor de águas". *In*: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (coords.). **Migrações venezuelanas**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018.

SANTOS, A. R. **Interação social e estigma na fronteira Brasil/Venezuela**: um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelanos. Orientador: Karl Martin Monsma (Tese de Doutorado em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 2018.

SESAU – Secretaria de Saúde do Estado de Roraima. Sala de Situação de Emergência em Saúde dos Imigrantes. **Boletim Epidemiológico**, n. 03, 2018. Disponível em: <www.saude.rr.gov.br>. Acesso em: 28/11/2021.

SESAU – Secretaria de Saúde do Estado de Roraima. Coordenação geral de vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Relatório Anual de Epidemiologia de Roraima 2018**. Boa Vista: SESAU, 2018. Disponível em: <www.saude.rr.gov.br>. Acesso em: 29/11/2021.

SESAU – Secretaria de Saúde do Estado de Roraima. Coordenação geral de vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Relatório Anual de Epidemiologia de Roraima 2018**. Boa Vista: SESAU, 2019. Disponível em: <www.saude.rr.gov.br>. Acesso em: 29/11/2021.

SESAU – Secretaria de Saúde do Estado de Roraima. Coordenação geral de vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Relatório Anual de Epidemiologia de Roraima 2019**. Boa Vista: SESAU, 2020. Disponível em: <www.saude.rr.gov.br>. Acesso em: 29/11/2021.

SINAN – Sistema Nacional de Agravos de Notificação. **Notificação Individual - Sesau/RR**. Disponível em: <www.saude.rr.gov.br>. Acesso em: 29/11/2021.

TCU – Tribunal de Contas da União. **TC n. 021.329/2013-3**, GRUPO I – CLASSE V – Plenário. Natureza: Relatório de Levantamento. Órgão/Entidade: Secretaria da Saúde do Estado de Roraima. Relator: Benjamin Zymler. Disponível em: <www.portal.tcu.gov.br>. Acesso em: 28/11/2021.

TJRR – Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. **Agravo de Instrumento 0000.17.000167-1**, Segunda Turma Cível. Relator: Desembargador Mozarildo Cavalcanti. Julgamento em: 19/10/2017.. Disponível em: <www.jurisprudencia.tjrr.jus.br>. Acesso em: 28/11/2021.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. "Projudi traz eficiência e economia à Justiça de Roraima". **Portal Eletrônico do CNJ** [08/02/2011]. Disponível em: <www.cnj.jus.br>. Acesso em: 28/11/2021.

TJRR – Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 9000025-43.2020.8.23.0000**. Tribunal Pleno. Relator: Desembargador: Almiro Padilha. Julgamento em: 09/07/2021. Disponível em: <www.jurisprudencia.tjrr.jus.br>. Acesso em: 28/11/2021.

WOLFE, G. "Where Are Venezuelan Migrants and Refugees Going? An analysis of legal and social contexts in receiving countries". **Center for Migration Studies** [01/04/2021]. Disponível em: <https://cmsny.org>. Acesso em: 01/12/2021.

CAPÍTULO 5

Habitação e a Ocupação de Prédios Públicos por Migrantes Venezuelanos em São Luiz/RR

HABITAÇÃO E A OCUPAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS POR MIGRANTES VENEZUELANOS EM SÃO LUIZ/RR

Iara Loureto Calheiros

Nathália Santos Veras

O exacerbado crescimento das metrópoles brasileiras no século XIX impulsionou o êxodo rural, no qual milhares de trabalhadores saíram do campo em busca de trabalho nas indústrias. Esse grande contingente de indivíduos teve de se albergar em algum local nas cidades, os quais muitas vezes eram profundamente deficientes em relação ao mínimo necessário a uma moradia digna. Sem dúvidas, aglomerações insalubres com ausência de saneamento básico e submetidas a um conforto limitado.

O déficit habitacional de forma resumida, é a carência de planejamento urbano, constituindo uma legitima objeção à consecução de algum bom financiamento ou um auxílio governamental para a obtenção de uma residência. Todavia, as condições habitacionais da população constituem um dos aspetos que perpassam as várias dimensões das desigualdades sociais. A melhoria da qualidade de vida está intrinsecamente ligada à melhoria das condições de habitação. Para serem considerados habitáveis, os domicílios devem apresentar condições mínimas de uso.

É nesse contexto que o direito fundamental à moradia se apresenta em gritante descompasso em relação com a práxis. Em São Luiz, município localizado na Região Sul do Estado de Roraima, tal descompasso impacta diretamente no patrimônio público, posto que se verifica uma ocupação desordenada e incontrolável por partes dos migrantes advindos da Venezuela em virtude da crise econômica e política que assola aquele país vizinho.

A pesquisa tem como objetivo geral contextualizar o espaço urbano e o seu planejamento, bem como investigar a relação entre o déficit habitacional e a ocupação dos prédios públicos em São Luiz-RR por parte de migrantes venezuelanos.

Na perspectiva metodológica, a pesquisa realizou uma abordagem qualitativa que pode ser caracterizada como um Estudo de Caso descritivo, cujo objetivo foi analisar as características dos ocupantes, bem como as condições atuais dos imóveis envolvidos na problemática.

A revisão bibliográfica utilizada para a realização da pesquisa concentra-se em obras que incrementarão a base teórica sobre as abordagens conceituais e teóricas sobre habitação; abordagens sobre o déficit habitacional; políticas públicas; e assuntos afins que serão apresentados ao longo do livro. Devido sua importância, essa será adotada durante o decorrer de toda a pesquisa.

O levantamento de dados ocorreu a partir de análise documental junto aos órgãos municipais, estaduais e/ou privados acerca do problema em estudo na cidade de São Luiz - Roraima. Dessa forma, a pesquisa utilizou para a coleta de dados o método descritivo que conforme Gil (2008) envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados como o questionário e observação sistemática.

O ESPAÇO URBANO COMO UM PRODUTO

Para compreendermos a teoria de base deste trabalho, isto é, a teoria sobre a produção do espaço urbano, tal como proposta pelo autor Lefebvre, é importante considerar de pronto a cidade como um espaço construído a partir das necessidades humanas (política, social, cultural e econômica).

O conceito produção do espaço urbano foi desenvolvido em 1968, pelo sociólogo francês Henri Lefebvre, no qual preceitua ser esse um direito de não exclusão da sociedade das qualidades e benefícios da vida urbana. Há um flagrante repúdio a postura determinista do urbanismo moderno, ou seja, os problemas da sociedade não se reduzem as questões espaciais ou muito menos a uma prancheta de arquiteto.

Mais do que apontar a falência do resultado, Lefebvre repudia o caráter alienante da própria pretensão de tornar os problemas urbanos uma questão meramente administrativa, técnica ou científica, pois ela mantém um aspecto fundamental da alienação dos cidadãos: o fato de serem mais objetos do que sujeitos do espaço social, onde as ações humanas determinam a ocupação e utilização desse determinado espaço constituído como seu território ou propriedade (DANTAS; MORAIS, 2008).

Em oposição a essa perspectiva administrativista, o autor politiza a produção social do espaço, assumindo a ótica dos cidadãos (e não a da Administração) e assentando o direito à cidade na sua luta pelo direito de criação e plena fruição do espaço social. Ele avança numa concepção de cidadania que vai além do direito de voto e expressão verbal: trata-se de uma forma de democracia direta, pelo controle direto das pessoas sobre a forma de habitar a cidade.

Lefebvre pensa o espaço como a inscrição do tempo no mundo. Os ritmos da população urbana definem o cotidiano, formado por uma multiplicidade de momentos, com diferentes durações: trabalho profissional, voluntário, descanso, arte, jogo, amor, luta, conhecimento, lazer, cultura.

Logo, o espaço ganhou uma função fundamental no sistema e passou a ser finalmente entendido como um lugar “da reprodução das relações sociais de produção” (LEFÉBVRE, 1976, p. 25). A partir desta análise, o espaço começa a desempenhar uma função

primordial na estruturação da totalidade do sistema, onde não é mais visto como espaço absoluto ou vazio, mas, como um espaço social que se encontra em permanente atividade social (CORRÊA, 2012).

Partindo desse princípio o espaço passa a ser uma reprodução das relações sociais e sua concepção permeia a ótica do materialismo histórico e dialético presente em Lefebvre.

Nesse sentido, reforçando o paradigma materialismo histórico e dialético de Lefebvre, Santos (2012, p. 12) considera "o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica" onde o espaço é contido por elas e ao mesmo tempo as contêm. Nesta visão de Santos, o espaço contém todos os atributos econômicos, políticos, religiosos, ideológicos, culturais, sociais, naturais e artificiais, ou seja, os objetos geográficos, naturais e artificiais distribuídos sobre um território e que são materializados na natureza através de formas, funções e categorias de análises necessárias e que devem ser consideradas para o desenvolvimento das relações nas sociedades.

É nesse contexto que a nova sociedade urbana nascerá da alteração dos seus ritmos, de modo a propiciar o uso completo dos lugares, com plena fruição de direitos. Para tanto, é preciso contrariar o *status quo* de segregação e uniformização do cotidiano, por meio da contestação e da vivência concreta de experiências alternativas, mais espontâneas e autênticas, propiciadas, por exemplo, pela arte e por atividades lúdicas comunitárias, como festas e jogos no espaço público.

Partindo dessa ótica Lefebvre urdiu o direito à cidade com uma concepção crítica e lançava desafios aos gestores públicos e aos urbanistas, incentivando-os a pensar na cidade como um lugar de encontro, reunião e simultaneidade, onde o valor da cidade é o de uso, e não de troca. Os urbanistas de fato, precisam ter uma

consciência social, racial e de gênero bem desenhada para poder realizar um planejamento urbano.

> Com um enfoque também em áreas multidisciplinares, Lefebvre dedica um capítulo inteiro a filosofia e a cidade, na qual salienta: Para a meditação filosófica que visa uma totalidade através da sistematização especulativa, isto é para a filosofia clássica de Platão e Hegel, a Cidade foi muito mais do que um tema secundário, um objetivo dentre outros. As ligações entre o pensamento filosófico e a vida urbana aparecem claramente a reflexão, ainda que tenha sido necessário em certas ocasiões, explicitá-las. A grande cidade e a cidade não foram para os filósofos e para a filosofia, um dado externo. Os filósofos pensaram a cidade trouxeram a vida urbana para a linguagem e para conceito (LEFEBVRE, 2001, p. 35).

Tal prerrogativa vai muito além da liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Aliás, não se trata de um direito individual uma vez que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização.

É possível salientar que a qualidade da vida urbana se tornou um comércio, em que desde que se tenha dinheiro para pagar o cidadão tem o livre arbítrio de escolher entre pelos serviços, lazer e cultura.

Como bem se vê, hoje em dia há uma acentuada sujeição à convivência em enclaves fortificados, espaços públicos privatizados e ainda mantidos sob vigilância constante. Nota-se que os direitos da propriedade privada e as taxas de lucro superam todas as outras noções de direito.

É interessante frisar, que a cidade pode ser considerada como a tentativa mais bem-sucedida do homem de refazer o mundo em que vive mais de acordo com os desejos do seu coração. Por óbvio, indiretamente, e sem ter noção clara da natureza da sua tarefa, ao fazer a cidade o homem refez a si mesmo.

O direito à cidade ultrapassa a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: possui essência coletiva, já que transformar a cidade depende da iniciativa conjunta de todos seus habitantes para refundir os processos de urbanização.

Desde o princípio, as cidades ergueram-se nos locais onde existe produção excedente, aquelas de caráter sobejante. Ou seja, a urbanização sempre se apresentou como um fenômeno de classe, uma vez que o controle sobre o uso dessa superprodução sempre foi monopólio de poucos, a exemplo disso tem-se o senhor feudal.

Entretanto, a dilatação mais recente do processo de urbanização trouxe consigo mudanças que alteraram o direito à cidade e a moradia, pois o espaço do urbano passa a ser transmudado a uma mercadoria. Partindo dessa vertente, o sociólogo e filósofo marxista define a cidade como a projeção da sociedade sobre o terreno, e a cidade passa a ser produzida enquanto mercadoria minando ao indivíduo ao direito à moradia e intensificando a miséria urbana, principalmente no que diz respeito a habitação.

Por esse motivo, é indispensável acolher o direito à cidade como ideal político, precisamente porque ele levanta a questão de quem comanda a relação entre urbanização e a produção do lucro. A democratização desse direito, e a construção e um amplo movimento social para fazer valer a sua vontade são premissas para que os excluídos possam retomar o controle que, portanto, tempo lhes foi negado e instituir novas formas de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir em que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo do termo; do contrário, não será nada.

PLANEJAMENTO URBANO E A LEGISLAÇÃO

As demandas sociais decorrentes do forte e rápido processo brasileiro de urbanização originaram leis específicas a respeito do direito à cidade na Constituição federal de 1988, sendo também regulamentado por lei posterior chamada de "Estatuto da cidade".

Trata-se do capítulo denominado de "políticas urbanas", composto pelos artigos 182 e 183, imbuído de caráter constitucional na média em que está prevista expressamente em seu corpo (FEDERAL, 2001).

> Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

De acordo com Parente e Melo (2016), essas políticas possibilitam a criação de cidades planejadas obedecendo e cumprindo o Plano Gestor no sentido de diminuir vários problemas socioeconômicos e ambientais. Essas leis que dão direitos à cidade evitam a ocupação de forma ilegal de terras públicas ou privadas e minimizam problemas de mobilidade urbana, e proporcionam um planejamento urbano que possa está pronto para enfrentar os diversos problemas que permeiam a vida urbana com os processos migratórios.

Em âmbito interno, além do que a Carta Magna previu, há a Lei 10.257, de 2001, na qual há as especificações que tratam das normas constitucionais que asseguram o direito à cidade (SILVA, 2017). A presente Lei regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (FEDERAL, 2001).

> Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Por esse motivo, a política urbana desenvolvida nos grandes centros urbanos é mediada pelo Plano Gestor, o qual promove o planejamento urbano e possibilita a criação de políticas que viabilizam a qualidade de vida nas cidades.

Em casos menos extremos, mas igualmente graves, sabe-se de áreas urbanas que são quase que exclusivamente frequentadas por determinados classes sociais, havendo, inclusive, discriminação (como a atenção de segurança e forças policiais). Ou até mesmo a poluição e a degradação ambiental de ambientes urbanos (como rios, mares, praças e parques).

Diante desse contexto é que há um frágil elo entre o direito à cidade e a migração desordenada que atingiu a capital do estado de Roraima, o que de fato impactou seriamente na questão urbanística.

A QUESTÃO HABITACIONAL EM RORAIMA: O DIREITO À MORADIA EM FACE DO SETOR IMOBILIÁRIO

As cidades, ao longo da sua história, sempre representaram uma nítida divisão no que concerne a organização das moradias. Os nobres e aqueles ligados ao poder tomavam-se espaços próximos à sede, enquanto que a população em geral, ocupava as áreas mais periféricas e de estrutura duvidosa.

Desde os primórdios da civilização, esta organização se repete sem grandes mudanças. É como se voltássemos no tempo ao observar a organização habitacional das cidades.

Neste modelo, a população de baixa renda ocupa áreas mais desvalorizadas que, por vezes, apresentam riscos e, são de infraestrutura inferior àquelas apresentadas pelos bairros mais estruturados e bem localizados. Contribuindo com esse raciocínio, Monteiro (2015, p. 26) considera que:

> A exclusão social, a inclusão precária, a segregação, a informalidade e a ilegalidade da ocupação têm sido uma das marcas no processo de urbanização contemporânea, ampliando-se consideravelmente nas últimas décadas, quando a falta de alternativas habitacionais para a população de baixa renda incidiu na ampliação da cidade para as periferias.

Conforme bem colaciona Monteiro, a ocupação irregular de terrenos públicos ou privados, desprovida de infraestrutura tem feito parte da dinâmica urbana das cidades. Constituindo esse grupo, a maioria da população brasileira de baixa renda, não consegue adquirir um imóvel e muitos recorrem a alternativas informais. Tais meios resumem-se a construção de casas sem infraestrutura, seja em

terreno próprio, geralmente clandestinos ou através de ocupações/invasões.

Como ratificado, o crescimento urbano foi continuamente acompanhado pela exclusão social, e obviamente alguma classe tende a lucrar com isso: o setor imobiliário. Por se tratar de um astuto conhecedor de todo o mercado, ele é capaz de tirar o seu máximo proveito, fazendo lançamentos cada vez mais afastados para os que podem pagar o preço pelo retraimento e, ao mesmo tempo, congregar prédios em zonas residenciais influentes.

É plausível afiançar que o estado de Roraima, extremo norte do Brasil também não escapa a preceito unânime no tocante a questão habitacional, reproduzindo o mesmo modelo nacional, no qual a desigualdade do planejamento urbano se tornou uma constante nos últimos 40 anos. Por isso, sendo assim, é admirável frisar o importante papel que os políticos tiveram no direcionamento das políticas públicas que moldaram o estado.

Veras (2009), menciona que o Governo de Otomar de Souza Pinto foi de caráter centralizador e as suas ações sempre estavam condicionadas aos seus interesses próprios e político. Neste governo foram incentivados os processos de migração de pessoas da região nordeste e do centro-sul para o Estado. No entanto essa migração não tinha o intuito de desenvolver o estado e sim de formar currais eleitorais. O governo neste processo atuou fazendo doações de lotes urbanos em Áreas de Proteção Permanente (APP's), criou conjuntos habitacionais, em particular o conjunto Pintolândia que se estabeleceu como seu maior reduto eleitoreiro em Boa Vista.

Na questão habitacional propriamente dita, o Governo do Estado, atuou financiado pela Companhia de Desenvolvimento de Roraima, por meio da Lei n° 6.693, de 03 de outubro de 1979. A empresa estatal, com natureza jurídica de sociedade de economia

mista tem a finalidade de promover o desenvolvimento rural e urbano no Território.

Ainda após a criação do estado, na década de 90 ela foi a responsável pela construção de várias unidades habitacionais. Mais recentemente, nos anos de 2007 e 2008, hoje financiada pela Caixa Econômica Federal, foram construídos novos conjuntos nos bairros periféricos da cidade: Bela Vista, Operário, Silvio Leite, Jardim tropical, Olímpico, Senador Hélio Campos, Cidade Satélite e Caranã.

Contudo, esses programas habitacionais não favoreceram todas as famílias desprovidas. Veras (2009) considera que as alterações na forma espacial e nos processos sociais da cidade alteraram a renda dos indivíduos e produziram novos territórios precários. Em particular, os do Governo do Estado, que em sua maioria, são voltados exclusivamente para funcionários públicos estaduais de médio e baixo escalão.

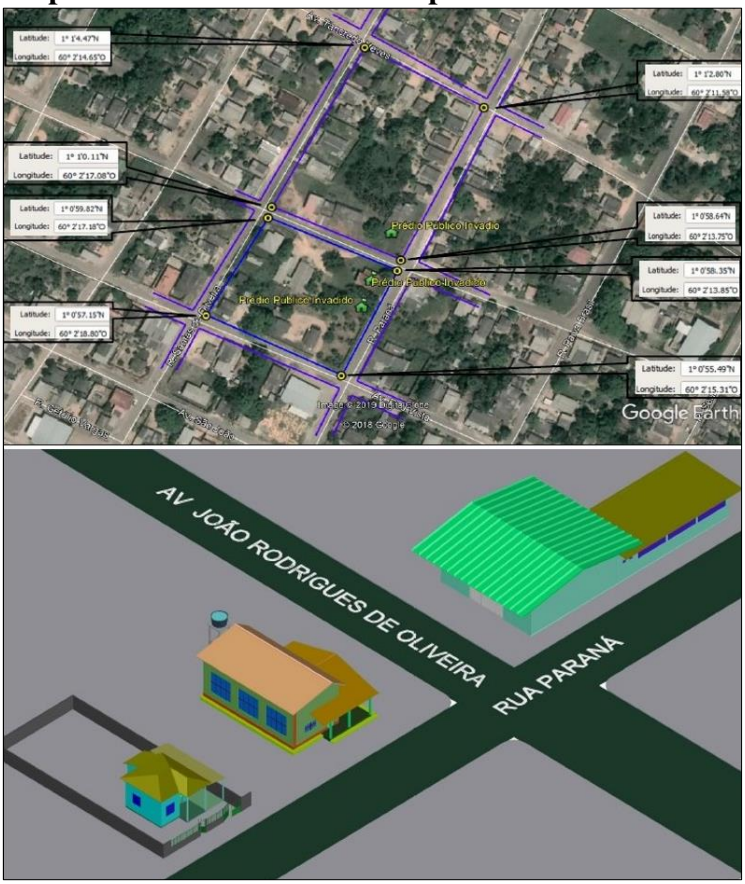
PRÉDIOS PÚBLICOS OCUPADOS PELOS MIGRANTES VENEZUELANOS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ/RR

A conjuntura global vem agenciando uma nova ordenação dos movimentos migratórios dentro de um contexto de progressiva desigualdade, em certo ponto acarretada pela convergência de renda em redes de investidores financeiros e empresas transnacionais e pela mortificação das condições de trabalho. Este conjugado de combates patrocina as constantes valorizações da produtividade e da economia, ao mesmo tempo em que suscita naipes de pobreza das quais muitos precisam fugir.

As migrações populacionais contemporâneas repassam os tempos pré-históricos, mostrando que o homem conta com o espírito

de inquietude e esperanças de melhores dias. Desta forma, migração é um movimento de pessoas, grupos ou povos de um lugar para outro com a finalidade de estabelecer-se ou trabalhar naquele lugar. É o movimento de pôr-se a caminho, podendo ser constrangido ou natural (CEMCREI, 2012).

Figura 1 - Prédios públicos ocupados por venezuelanos no município de São Luiz-RR



Fonte: Moivan (2019).

Assim, quando se migra além das questões de ordem interna, ao chegar no novo país, tais pessoas ficam ainda mais vulnerabilizadas haja vista a dificuldade que enfrentam na procura de imóvel. Há exigências das mais variadas: fiador, caução e outras garantias ainda mais complexas. Frise-se que ainda enfrentam dificuldades de obtenção de documentos e regularização migratória, emprego formal e oportunidades educacionais.

A parábola em localizar habitação é um capítulo estrutural e de fundo em nossa sociedade, alcançando, há dezenas de anos, a quem acosta-se às cidades brasileiras, contudo determinados vieses devem ser respeitados. Não se pode olvidar as novas lides compreendidas nestes processos migratórios. Demandas concernentes à violência de gênero, às violações de direitos a partir de orientações afetivas e à intensificação da presença da criança devem ser avaliadas na confabulação que envolve a moradia.

Agora, partiremos para o município de São Luiz, distante 305 km da capital Boa Vista, no qual a pesquisa foi realizada. A cidade está situada na região Sul de Roraima tendo acesso pela BR-174 e no entroncamento da BR-210.

De acordo com a análise documental cedida pela a Prefeitura Municipal de São Luiz/RR, Procuradoria Geral do Estado de Roraima, Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração (SEGAD), e Secretaria Municipal de Assistência Social de São Luiz/RR os prédios públicos ocupados (Figura 1) pelos migrantes venezuelanos no município de São Luiz/RR são:

- O prédio do antigo Centro Social onde funcionava a sede do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado na Av. João Rodrigues da Silva esquina com a Rua Paraná, Bairro Ayrton Senna, desativado desde 2017.

- Prédio do Centro de Produção Comunitária (CPC) localizado na Rua Paraná, S/N, Centro, conforme placa informativa o prédio foi desativado em 2004, (no período de 2003 e 2004 abrigava o Projeto de costura e fardas, porem o Governo encerrou o projeto e parou de produzir). Em 2016 e 2017 o prédio foi utilizado como sede do Centro Regional de Ensino do Governo Estadual
- Casa do Defensor (Defensoria Estadual de Roraima), localizada na Rua Paraná, S/N, Centro, prédio desativado em 2013 por falta de manutenção (Figura 1).

De acordo com a observação sistemática realizada *in loco,* a pesquisa estabelece os seguintes índices de ocupação pelos venezuelanos nos prédios públicos no município de São Luiz/RR: dos 40 imóveis públicos pertencentes a prefeitura, somente três estão temporariamente ocupados pelos migrantes o que equivale a 7,5% da taxa de ocupação.

Tabela 1 - Taxa de ocupação levando em conta a quantidade de imóveis no município de São Luiz/RR

QUANTIDADE DE IMÓVEIS PÚBLICOS	IMÓVEIS PÚBLICOS OCUPADOS
40	3
Taxa de ocupação = 7,5%	

Fonte: Prefeitura do Município de São Luiz (2019).

Com relação a taxa de ocupação levando em conta a soma da área de todos os 40 imóveis públicos pode-se mensurar os seguintes dados (Tabela 2).

Tabela 2 - Taxa de ocupação: soma da área de todos os 40 imóveis públicos do município de São Luiz/RR

ÁREA TOTAL	TAXA DE OCUPAÇÃO
62225 M²	1,75%
Taxa de ocupação = 1,75%	

Fonte: Prefeitura do Município de São Luiz (2019).

Observa-se que esta pesquisa fez ainda uma análise comparativa considerando apenas a taxa de ocupação levando em conta apenas os 3 imóveis ocupados apresentando os seguintes resultados (Tabela 3).

Tabela 3 - Taxa de ocupação levando em conta apenas os 3 imóveis ocupados pelos venezuelanos no município de São Luiz/RR

ÁREA DOS IMÓVEIS OCUPADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO
620 m²	1,75%

Fonte: Prefeitura do Município de São Luiz (2019).

Por fim, a pesquisa estabelece a taxa de ocupação considerando cada imóvel individualmente (Tabela 4).

Tabela 4 – Taxa de ocupação considerando cada imóvel individualmente no município de São Luiz/RR

TAXA INDIVIDUAL CASA DO DEFENSOR	TAXA INDIVIDUAL CASA VERDE DA ESQUINA	CASA MADEIRA AZUL
120 m² = 11,11% (9 pessoas)	150 m²= 4.17% (24 pessoas)	350 m² = 4,17% (24 pessoas)

Fonte: Prefeitura do Município de São Luiz (2019).

Conforme demonstrado e observado por meio da pesquisa de campo, tais migrantes chegaram ao município em virtude da grande crise enfrentada no país vizinho. Por óbvio, diante da inércia governamental essas pessoas não dispõem de moradia digna, nem fazem jus a nenhum programa habitacional existente no município.

Assim, amontoam-se nos prédios públicos diante da ausência de condições financeiras de alugar um pequeno imóvel, tendo em vista que isso comprometeria ainda mais o apertado orçamento familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o observado, como era previsto, o déficit habitacional impacta nacionalmente o país e suas raízes estão arraigadas desde o período colonial. Por óbvio que inexistência de interesse estatal, bem como a de políticas públicas relacionadas à moradia atuaram de maneira significativa na fomentação do rebuliço habitacional.

Por meio do retrospecto histórico, ficou ainda mais evidente que mesmo após a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, a apatia perpetuada no cenário político representa um entrave à quebra do paradigma do déficit habitacional. A formulação de políticas públicas demanda um ato de vontade diplomática, acompanhado de um amplo debate constitucional e a consideração dos interesses dos cidadãos envolvidos. A conjectura da sociedade brasileira atual requer hodiernas instâncias de comunicação sociais decorrentes das necessidades locais e coletivas.

No caso concreto do município, foi possível observar robusta relação entre a invasão dos prédios públicos abandonados e a chegada de migrantes oriundos do país vizinho. De certo que ante a

falta de moradia disponível e de ações oficiais nesse sentido, tais pessoas resolveram ocupar os imóveis mesmo compreendendo o caráter indisponível por se tratar de um bem estatal.

Constata-se que a progressão é inversamente desproporcional na medida em que o número de migrantes cresce, enquanto são irrisórias as medidas de planejamento e gestão do espaço urbano, o que contribui para o incremento de problemas sociais e estruturais na cidade.

É certo que as mudanças regidas pelas novas exigências tecnológicas e econômicas dos sistemas e das sociedades capitalistas corroboram para o surgimento de novos problemas e com eles, novos atores sociais. Assim, é incontestável a participação e a influência que o migrante produz no lugar que o recebe, tanto no âmbito funcional quanto simbólico.

Os migrantes experimentam ao mesmo tempo estranhamento e distanciamento, medo de expulsão, reiterados deslocamentos e alienação residencial de maneira continua. Eles enfrentam a demora em se obter documentos, a dificuldade com a língua, a dificuldade da compreensão de processos burocráticos são agravadores que os colocam em situação tênue. A exigência do pagamento de seguro ou da existência de fiador, no caso do aluguel, levam muitos deles a procurarem contratos sem mediação de documentos. Ressalte-se que a clivagem social da dominação entra em ação junto à da exploração, pois nestas negociações são reativadas questões de gênero, raça, dentre outras.

Esse emanharado já demonstra de forma visível algumas mudanças na cidade com a chegada desses migrantes, marcado pela presença constantes deles nos comércios e praças públicas pedindo por ajuda e emprego, destaque para a presença de crianças e mulheres.

Diante de todo esse panorama, inacreditavelmente às autoridades responsáveis pela conservação do patrimônio público parecem fechar os olhos para ocorrido na localidade, contudo os moradores sentem constantemente os impactos da migração desregradas.

Por esse motivo é urgentemente necessário à atuação estatal no sentido de instituir no próprio município um cadastro unificado responsável pela identificação desses migrantes. Cabe frisar que essa foi uma demanda apontada pelos entrevistados, com inclusive a criação de uma espécie de registro que possibilite uma futura interiorização, pois muitos não dispõem de condições financeiras de se deslocar até a capital Boa Vista e aguardar os trâmites.

REFERÊNCIAS

ABIKO, A. K.; ALMEIDA, M. A. P.; FERREIRA, M. A. **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo: USP, 1995.

ARAGON, L. E. (org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2009.

BONDUKI, N. "Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula". **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, vol. 1, n. 1, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24/03/2021.

BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Brasília: Planalto, 2001. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24/03/2021.

BRASIL. **Lei n. 976, de 14 de julho de 2014**. Brasília: Planalto, 2014. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24/03/2021.

BRASIL. **Lei n. 6.693, de 3 de outubro de 1979**. Brasília: Planalto, 1979. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24/03/2021.

BUONFIGLIO, L. V.; BASTOS, R. D. "O lugar das políticas de habitação popular nas cidades brasileiras". **Anais do 12º Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Belo Horizonte: SIMPURB, 2011.

CALDEIRA, T. P. R. C. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

DIAS, M. B. **Urbanização e ambiente urbano no distrito administrativo de Icoaraci, Belém-PA** (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2007.

FECOMERCIO-RR - Federação do Comércio do Estado de Roraima. **Roraima**: Economia e Mercado. Dados econômicos e sociais 2003. Boa Vista: FECOMERCIO-RR, 2003.

FJP - Fundação João Pinheiro. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte: FJP, 2018.

FOLHA DE BOA VISTA. "Número de ocorrências envolvendo venezuelanos quintuplicou em 2017". **Folha de Boa Vista**

[24/09/2017]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 05/04/2021.

FREITAS, A. **Geografia e história de Roraima**. Boa Vista, DLM, 2000.

G1. "Roraima decreta emergência por causa de imigrantes venezuelanos". **G1 [**2016]. Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em: 02/04/2021.

G1. "Roraima decreta emergência por causa de imigrantes venezuelanos". **G1** [2018]. Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em: 02/04/2018.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GONÇALVES, J. P. **Acesso ao financiamento para moradia pelos extratos de média e baixa renda**: a experiência brasileira recente. Santiago: PNUD, 1997.

HILBERT, J. **Direito à moradia**: uma abordagem quanto à reserva do possível (Tese de Doutorado). Itajaí: UNIVALI, 2007.

HILY, M. A. "As migrações contemporâneas: dos Estados e dos homens". **Anais do Seminário Cultura e Tolerância**. São Paulo: SESC, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1996**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24/03/2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População para junho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IMI – International Migration Institute. **Para uma nova agenda de investigação sobre as migrações internacionais**. Oxford: Universityof Oxford, 2006.

INÁCIO, G. L. **Direito social a moradia & a efetividade do processo**: contratos do sistema financeiro de habitação. Curitiba: Editora Juruá, 2002.

LOPES, J. I. P. **Manual de elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos**. Ouro Preto: João Monlevade, 2007.

MAGALHÃES, M. G. S. D. **Amazônia, extrativismo vegetal no sul de Roraima**: 1943-1988. Boa Vista: EdUFFR, 2008.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Editora Abril, 1975.

MASCARENHAS, M. "Moradias irregulares e o olhar do poder público". **A12** [04/06/2018]. Disponível em: <www.a12.com>. Acesso em: 02/04/2019.

MONTEIRO, A. R. **O programa habitacional minha casa, minha vida**: um olhar sobre o conjunto habitacional Cruviana em Boa Vista, RR (Dissertação de Mestrado). Boa Vista: UFRR, 2014.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. R. "O programa Minha Casa, Minha Vida e a produção do espaço urbano na cidade de Boa Vista-RR". **Revista de Direito da Cidade**, vol. 7, n. 3, 2015.

NOAL, E. B.; JANCZURA, R. "A política nacional de habitação e a oferta de moradias". **Textos & Contextos**, vol. 10, n. 1, 2011.

OLIVEIRA, F. M. C. "A economia brasileira: crítica à razão dualista". **Estudos CEBRAP**, n. 2, outubro, 1972.

OLIVEIRA, M. M. *et al*. **Dinâmicas migratórias na Amazônia Contemporânea** (Tese de Doutorado). Manaus: UFAM, 2014.

PASTERNAK, S.; D'OTTAVIANO, C. "Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010". **Cadernos Metrópole**, vol. 18, n. 35, 2016.

RAMOS, P.; RAMOS, M. M.; BUSNELLO, S. J. **Manual prático de metodologia da pesquisa**: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese. Blumenau: Acadêmica, 2005.

ROLNIK, R.; KANANO, K. "As armadilhas do pacote habitacional" **Le Monde Diplomatique** [2019]. Disponível em: <www.diplomatique.org.br>. Acesso em: 02/04/2019.

SEABRA, R. "Algumas considerações sobre a "crise" na Venezuela". **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, julho, 2017. Disponível em: <www.mundorama.net>. Acesso em: 02/04/2019.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa. **Levantamento. 2002**. Disponível em: <http://www.sebrae.gov.br>. Acesso em: 24/03/2021.

SENADO FEDERAL. **Estatuto da Cidade**. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Senado Federal, 2001.

SENHORAS, E. M. "O ciclo político de Hugo Chávez no poder e seu impacto na Venezuela". *In*: PENNAFORTE, C.; OLIVEIRA, F. (orgs.). **A Venezuela em transformação**: A era Chávez e a revolução bolivariana. Rio de Janeiro: Cenegri Edições, 2013.

SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Informações Socioeconômicas do Município de São Luiz – RR 2012**. Boa Vista: CGEES/SEPLAN - RR, 2012.

SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1979.

SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.

SOUZA, S. I. N. **Direito à moradia e de habitação**: análise comparativa e suas implicações teóricas e práticas com os direitos de personalidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SPAGNUOLO, S. "O déficit habitacional no Brasil em 4 gráficos". **Os Fatos** [03/05/2018]. Disponível em: <www.aosfatos.org>. Acesso em: 02/04/2019.

VERAS, A. T. R. **Produção do espaço urbano de Boa Vista-Roraima** (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2009,

VÉRAS, M. P. B. "Tempo e espaço na metrópole: breves reflexões sobre assincronias urbanas". **São Paulo em Perspectiva**, vol. 15, n. 1, 2001.

VICENTINO, C.; VICENTINO, J. B. **Olhares da história**: Brasil e mundo. São Paulo: Scipione, 2016.

VILLAS BOAS, B.; CONCEIÇÃO, A. “Déficit de moradias no país já chega a 7,7 milhões”. **Valor Econômico** [03/05/2018]. Disponível em: <www.valor.com.br>. Acesso em: 02/04/2019.

ZAPELINI, M. B..; LIMA, J. G.; GUEDES, M. C. “Evolução da Política Habitacional no Brasil (1967–2014): Uma Análise de Equilíbrio Pontuado”. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, vol. 6, n. 3, 2018.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Elói Martins Senhoras é professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do Think Tank IOLEs. Economista e Cientista Político. Doutor em Ciências. *Post-doc* em Ciências Jurídicas. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com. Portal institucional: www.eloisenhoras.com

Francisleile Lima Nascimento é geógrafa, especialista nas áreas de Educação e Turismo. Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Professora do "Salva Vidas Acadêmico", Suporte Acadêmico e Aulas de Metodologia. Email para contato: leile_lima@hotmail.com

Iara Loureto Calheiros é bacharel em Direito. Especialista em Desenvolvimento Regional da Amazônia, bem como em Direito Público. Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania. Analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima. E-mail para contato: adviaracalheiros@hotmail.com

Kelma Cristina da Silva Wendling é bacharel em Relações Internacionais. Especialista pós-graduada com MBA em Logística Internacional pela Associação Brasileira de Consultoria e Assessoria em Comércio Exterior (ABRACOMEX). E-mail para contato: kelmacristina2009@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Nathália Santos Veras é bacharel em Direito, e, em Relações Internacionais. Doutoranda em Direito. Analista na Defensoria Pública da União e coordenadora do curso de Direito do Centro Universitário Claretiano (Polo Boa Vista/RR). Email para contato: nathalia_veras@hotmail.com

Paulo Henrique Rodrigues da Costa é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Técnico em Tecnologia da Informação pela Escola Estadual Major Alcides Rodrigues dos Santos. E-mail para contato: paulohodrig@gmail.com

Thiago Augusto Lima Alves é bacharel em Direito e advogado. Especialista pós-graduado em Direito Constitucional. Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Email para contato: thiagolimaalves.adv@gmail.com

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimode 50 laudas. O texto deverá estarobrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2022

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022